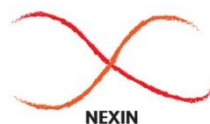


**Anais do III Encontro do Núcleo de  
Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão  
Social (NEXIN): Comunidades  
Tradicionais e Práticas Psicossociais  
- 29/10/2020 a 03/11/2020-**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S271B - SAWAIA, Bader B.      B976f - BUSARELLO, Flávia R.  
B492 J - BEREZOSCHI, Juliana

Anais do III Encontro do Nexin. Bader Sawaia, Flávia Busarello,  
Juliana Berezoschi. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP; EDUA:  
Manaus/AM, 2021

14x21cm - 194 páginas

ISBN 978-65-89677-43-7

1. Psicologia Social; 2. Universidade; 3. Encontro Acadêmico  
Nacional. 4. Nexin/PUC-SP. I. Índice - II Sumário - III Biblio-  
grafia

CDD - 303 / 156

Índices para catálogo sistemático:

    Psicologia Social  
    Psicologia sócio-histórica  
    Contexto brasileiro  
    Desigualdade Social

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

A obra é uma reunião de trabalhos com intuito de agregar saberes que compõem o  
Grupo de Pesquisa Nexin, da PUC-SP

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

**Comissão Científica:**

Profa. Dra. Bader B. Sawaia (PUC-SP)  
Elisa Harumi Musha (FIG, Mackenzie e PUC-SP)  
Naiara Matos (UNIMES e PUC-SP)  
Lívia Maria Camilo dos Santos (UFBA e PUC-SP)

**Comissão Organizadora:**

Profa. Dra. Bader B. Sawaia (PUC-SP)  
Flávia Roberta Busarello (PUC-SP e Abrama)  
Juliana Berezoschi (PUC-SP)  
Gláucia Tais Purin (PUC-SP e Abrapso)  
Elisa Harumi Musha (FIG, Mackenzie e PUC-SP)  
Naiara Matos (UNIMES e PUC-SP)  
Cinara Brito de Oliveira (UNISA e PUC-SP)  
Beatriz Marques Sanchez (PUC-SP)

**Pareceristas e Debatedores**

Alexsandro Cosmo (PUC-SP e Pindorama/PUC-SP)  
Aline Matheus Veloso (PUC-SP)  
Ana Carolina Martins Gil (PUC-SP e Uninove)  
Beatriz Marques Sanchez (PUC-SP)  
Bruno Simões (Abrapso e CRP-SP)  
Carla de Almeida Vitória (PUC-SP)  
Cinara Brito de Oliveira (UNISA e PUC-SP)  
Elisa Harumi Musha (Mackenzie e PUC-SP)  
Emylio César Santos da Silva (Secretaria da Saúde - Ceará e Abrapso)  
Fátima Bertini (UNILAB)  
Flávia Roberta Busarello (PUC-SP)  
Gabriela Moreira Rodrigues dos Santos (PUC-SP)  
Gláucia Tais Purin (PUC-SP e Abrapso)  
Gustavo Henrique Carretero (UFAC)  
José Carlos de Oliveira (PUC-SP)

Juliana Berezoschi (PUC-SP)

Leandro Rosa (UFAC)

Lívia Maria Camilo dos Santos (PUC-SP e UFBA)

Lívia Gomes dos Santos (UFG)

Luciana Ferreira Silva (UNinove)

Marcus Vinícius de Campos França Lopes (FIG)

Margarida Maria Silveira Barreto (PUC-SP e FCM - Santa Casa SP)

Naiara Matos (UNIMES e PUC-SP)

Pedro Henrique Chaves Pessanha (NA Comunidades Atingidas por Barragens/NACAB)

Thiago da Silva Prada (PUC-SP)

Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi (PUC-SP e CDHS/SP)

### **Organizadoras da Exposição Virtual**

Profa. Bader Burihan Sawaia (PUC-SP)

Beatriz Marques Sanchez (PUC-SP)

Flávia Roberta Busarello (PUC-SP)

Juliana Berezoschi (PUC-SP)

Cinara Brito de Oliveira (UNISA e PUC-SP)

Lívia Maria Camilo dos Santos (PUC-SP e UFBA)

**Outubro/Novembro de 2020.**

## APRESENTAÇÃO

**Bader B. Sawaia e Gláucia T. Purin**

O III Encontro Nacional do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN): comunidades tradicionais e práticas psicossociais, aconteceu nos dias 29 de outubro até 03 de novembro 2020.

A inspiração para o evento surgiu da execução do projeto de pesquisa intitulado “Psicologia social e comunidades tradicionais: em busca da práxis ético-política” realizado entre 2019 e 2020. Nele, buscamos aprofundar os pressupostos orientadores da práxis psicossocial voltado ao “sofrimento ético-político” de populações pouco estudadas pela Psicologia: as comunidades tradicionais. Sua realização contou com a participação de pesquisadores de várias universidades (UFAM, UFPI, PUC-SP e FURB) e indígenas Sateré-Mawé da Amazônia e Xokleng/Laklãnõ que vivem no contexto urbano de Santa Catarina, pescadores artesanais do Piauí e ribeirinhos de Nazaré de Rondônia. A ênfase nesta temática orientou mesas redondas e rodas de conversa, no entanto, o evento não se limitou a ela, tendo expandido para a discussão da práxis com outras populações que vivem a desigualdade social.

O planejamento inicial do evento contava com sua realização presencial, no entanto a Pandemia da Covid-19 exigiu do grupo criatividade para realizá-lo. Decidimos enfrentar o desafio e executá-lo de forma totalmente online. Julgamos que sua realização mesmo que à distância promoveria a divulgação do projeto realizado, a visibilização dos povos tradicionais refletidos por eles mesmos e também o “bom encontro” entre pesquisadores, estudantes, profissionais, ativistas e indígenas, ribeirinhos e pescadores de diversos estados. Nossa aposta estava na direção certa!

Tivemos ao todo 250 pessoas inscritas no evento, que reuniu integrantes atuais do NEXIN, egressos, estudantes e profissionais visitantes, pesquisadores e professores da PUC-SP e de outras universidades do país, e pessoas dos povos tradicionais - representando as quatro regiões do Brasil. Todos os detalhes do III Encontro estão disponíveis no site do evento: <https://sites.google.com/view/iinexin2020/programa%C3%A7%C3%A3o?authuser=0>

As mesas redondas, em formato virtual, foram transmitidas simultaneamente por meio das plataformas do NEXIN - Facebook (<https://www.facebook.com/nucleonexin>) e Youtube (NEXIN PUC-SP). Ao todo, contamos com 19 palestrantes, 12 pesquisadores brasileiros das áreas das Ciências Sociais e Humanas, 4 representantes de populações tradicionais, dois pescadores do Piauí, uma indígena de Santa Catarina, e um indígena do Amazonas e 3

palestrantes internacionais, dois pesquisadores da Universidad de Costa Rica (UCR) e um pesquisador da Universidade de Coimbra - Portugal. Os temas das mesas redondas e seus integrantes foram: a) “Comunidades tradicionais em luta por território” com os palestrantes mestranda Jussara Ignácio (indígena), Mestre Josias Sateré (indígena), Julanes Oliveira Costa (pescador) e Bader Burihan Sawaia ( PUCSP)); b) “Questão ambiental e impacto psicossocial” com as palestrantes Dra. Carmem Junqueira (PUC-SP), Dra. Eugênia B. Gadelha Figueredo (UFPI) e mestranda Beatriz M. Sanches (PUC-SP); c) “A pandemia e as desigualdades sociais”, com os palestrantes Dra. Valdênia A. Paulino Lanfranchi (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba Pablo Olalla Gonzales), Dr. Ignácio Dobles (UCR) e Dr. Renan Albuquerque (UFAM). e d) lançamento do livro organizado pelo NEXIN: Afeto e Violência: lugares de servidão e resistência, com os palestrantes Dra. Bader B. Sawaia (PUC-SP), Dr. Renan Albuquerque (UFAM), Mestra Dylanna Rodrigues (UCR), Dra. Raiane Assumpção (Unifesp-BS e CAAF), Dr. Marcos Silva (Universidade de Coimbra) e Dra. Gláucia T. Purin (PUC-SP e Abrapso).

O livro mencionado pode ser acessado gratuitamente no site do NEXIN, em formato de E-book: [https://www5.pucsp.br/nexin/livros/afeto\\_violencia.html](https://www5.pucsp.br/nexin/livros/afeto_violencia.html), ou adquirido fisicamente mediante contato pelo instagram do Nexin: <https://www.instagram.com/p/CNDqTyqnZ7t/>.

As Rodas de Conversa receberam 54 trabalhos, divididos em 3 sessões temáticas, que foram apresentadas em 10 salas virtuais por meio do Google Meet, cada uma com um coordenador e um debatedor. As apresentações foram divididas da seguinte forma: 11 trabalhos no eixo 1 – Participação Popular e Políticas Públicas (duas sessões temáticas/salas virtuais); 23 trabalhos no eixo 2 – Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento: teoria e práxis (quatro sessões temáticas/salas virtuais); 20 trabalhos no eixo 3 – Relatos de Sofrimento Ético-Político (quatro sessões temáticas/salas virtuais). O número de participantes em média nas salas das sessões temáticas variou de 15 a 25 pessoas.

O evento também contou com a apresentação de 12 banners no formato de vídeo publicado na página do Facebook do NEXIN e no canal do Youtube no Nexin, com alcance de 2.702 pessoas até o dia 03/11/2020. Os vídeos tiveram a duração total de até 15 minutos. Verificamos uma diversidade de metodologias utilizadas, alguns foram apresentados individualmente, já outros coletivamente, considerando que a totalidade optou por utilizar slides durante as apresentações. Os participantes receberam uma avaliação individual de pareceristas.

O isolamento não prejudicou o III Encontro, ao contrário, nos obrigou a buscar estratégias criativas para a sua realização. Uma preocupação dos organizadores do evento era

a falta de espaços de encontros e bate papos fora das atividades acadêmicas, que enriquecem o evento. Para tanto criaram um grupo de whatsapp, nomeado: “Corredor do III Encontro do Nexin”. Estiveram interagindo ao todo, aproximadamente, 140 pessoas no grupo. Nele, os integrantes puderam compartilhar dúvidas, contatos, fotos de sua participação durante o evento, memes, e declarações de parabenização pela contribuição de pesquisadores e estudantes e também de suas participações no evento.

Outra preocupação, bem solucionada pela tecnologia, foi a realização de duas atividades culturais. Uma que reuniu produções artísticas sobre a temática das populações tradicionais. Para isso, as nexianas Beatriz Marques Sanchez, Flávia Roberta Busarello, Juliana Berezoschi, Cinara Brito de Oliveira, Lívia Maria Camilo dos Santos e Profa. Bader Burihan Sawaia, organizaram a exposição virtual “Ancestralidade e luta: a arte explodindo potências invisibilizadas”. A atividade reuniu produções nos formatos de fotografia e audiovisual, voltadas de maneira crítica e criativa a transmitir estéticas singulares e compartilhadas que compõem modos de vida das populações tradicionais do Brasil, com o objetivo de valorizar e preservar saberes. O acervo está disponível no site do evento e conta com 11 obras, conforme segue: a) “Marco Temporal Não!” de Maria Elis Nunc-Nfônro-Indígena LAKLÃNÕ XOKLENG. O poema denuncia o Marco Temporal, tese que propõe a demarcação de terras indígenas colocando em risco a sobrevivência etnocultural de vários povos originários do Brasil; b) “Enchente | excesso de falta” por Gabriela Rabaldo. Enchente é um relato que busca percorrer um fragmento do imenso imaginário que envolve o Rio Madeira através de fotografia, linhas de costura e escrita. c) “Se não contar a gente vai esquecendo” - Memórias Ribeirinhas de Thaís Espinosa e Mariana Molina. Registro, em formato de audiovisual mostra 14 relatos acompanhados de vídeos e fotos do cotidiano de moradores da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, comunidade ribeirinha da Amazônia rondoniense. d) “Atentas e Fortes- Cartografia de encontros com mulheres do Baixo Madeira (RO)” por Bia Marques. A autora se debruça sobre a construção da prática e produção de conhecimentos da Psicologia Social em territórios tradicionalmente ocupados, registrando os percursos, encontros e afetos através da fotografia e da escrita; e) “Madeira de dentro; madeira de fora” de Marcela Bonfim (Comunidade ribeirinha da Baixada). Propõe uma reflexão interna sobre as inúmeras questões não enxergadas do lado de fora dessas tantas Amazônias, trazendo ao imaginário social, a vivência como uma alternativa mais saudável à noção de "propriedade" e também aos anseios de futuro; f) “Transformando a matéria” de Letícia Dias (Puri), trata-se de fotografias de obras indígenas produzidas a partir das técnicas de “Acrílica sobre papelão reciclado” e “Sobreposição de camadas de papelão”. g) “De limite, céu” de Dandara Sousa, Gabriel, morador da comunidade

de Nazaré (Baixo Madeira -RO), retrata através da fotografia vivências na natureza do adolescente ribeirinho. h) “Karitianas” de Nilson Santos (RO), a partir de fotografias o artista retrata a “rotina da escola bilíngue na aldeia do povo Karitiana e aldeia karitiana á noite; i) “O Começo do Mundo, pela etnia Makurap” por Elisabete Christofolletti, a animação em formato de vídeo conta sobre o “mito de criação de como o mundo e as primeiras pessoas nasceram, segundo a etnia Makurap”; e por último j) “És sisa” de Perola Niara, registra por modo audiovisual seu poema escrito em “homenagem às mulheres indígenas.

O mesmo aconteceu com a outra atividade cultural planejada do III Encontro do NEXIN, a do Sarau, que foi realizado totalmente online por meio de sala no Google Meet e contou com a colaboração de mais de 30 pessoas. O sarau foi um momento de afetos potentes. Inicialmente tímidos e vagarosos nos sentimentos, colocamos algumas palavras à mesa, com a mediação humana e criativa de Tatiana Minchoni. Em pouco tempo éramos mais de trinta pessoas no “chat” e vídeo. Alguns cantaram, outros declamaram poesias de autoria própria e de clássicos como Drummond, Fernando Pessoa, Quintana. Bem como textos belíssimos de poetisas negras das periferias de São Paulo (Luz Ribeiro, Helena Silvestre). O momento auge, no entanto, de acordo com o engenho de quem escreve essa memória foi quando Cinara nos lembrou lindamente da carta de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, redigida à formação de um curso de Psicologia. Onde se lê, claramente, na práxis de uma teologia da libertação, o Deus imanência de Espinosa. Foram três horas de contos, risadas, lembranças e potência. Sarau arte, sintetizando o social em nós, promovendo, por meio da tela fria do computador, memórias que esquentaram o corpo de pessoas que não se veem há tanto tempo e que possuem em comum tanta luta e arte. De modo a presentear a quem nos lê, transcrevemos, abaixo, uma das poesias declamadas neste dia:

Neolatina

É preciso ouvir mulheres e seus buracos,  
 Temos buracos tão fundos  
 Quanto os que anseiam ou violam.  
 Nossas lacunas criaram pontes longas  
 De uma para a outra,  
 Esses vãos por inúmeras vezes  
 É o que nos faz seguir, juntas.



É preciso falar sobre mulheres e seus buracos.  
 Eis aqui um buraco gramático e sintomático,  
 Desde os ossos porosos aos tecidos uterinos,  
 Desde os poços sem fundo olhos aos furos  
 Peitos que não estancam.  
 Desde as que vieram antes até as que nascerão  
 É precioso acessar mulheres e seus buracos  
 Estreia aqui um buraco no meio da avenida  
 Que quebra molas cabeças dos desavisados,  
 Que causa desvio, quiçá cautela aos precavidos,  
 Há placas que sinalizam buracos ávidos, vivos...

Buracos

É preciso reconhecer mulheres e seus buracos.  
 Nos becos escuros e fétidos, nas filas de desempregadas,  
 Nas lutas pela equiparidade.

É preciso ler mulheres e seus buracos.

Pra isso, leia este.

De Luz Ribeiro

Ao final, contamos com uma Assembléia Geral do evento, onde todos aqueles que participaram da organização do evento puderam relatar oralmente e de modo escrito informações importantes sobre as atividades conduzidas pelos mesmos. Contamos ao todo com aproximadamente 45 pessoas, durante 2 horas, em uma sala virtual do Google Meet. Também retirou-se pautas importantes para serem aprofundadas nos próximos eventos do Nexin, assim como durante as disciplinas coordenadas pela profa. Bader na PUC-SP e atividades coordenadas pelos nexianos interdisciplinarmente em parceria com outras instituições. Apresentamos, a seguir, o resumo desses relatos, com o intuito de registrar a amplitude e relevância do evento, juntamente com a apresentação dos trabalhos inscritos que totalizaram 54 apresentações orais. Lembrando que estão divididos em 3 eixos temáticos e 10 sessões temáticas/rodas de conversa. Ao final, são apresentados os 12 trabalhos apresentados em formato de banner. Conforme segue abaixo:

## Sessão Temática 1: Participação Popular e Políticas Públicas.

### Sala 1

#### Apresentação da coordenadora

As desigualdades sociais marcaram fortemente todos os 5 trabalhos, demonstrando que determinam e delimitam a qualidade das participações nas políticas públicas, assim com das vivências como um todo.

Debateu-se sobre a importância das políticas públicas sociais para a sobrevivência e garantia de direitos básico, o reconhecimento de que elas nascem da contradição na sociedade e são consequências de lutas dos trabalhadores.

Apesar disso, a sua instituição e execução não muda a realidade desigual ou as contradições do sistema capitalista, que aparecem principalmente nas diferenças de classe, gênero e raça/etnia.

Um dos trabalhos evidenciou os dados atuais do índice de Gini, instrumento que mede a concentração de renda, mostrando que a desigualdade socioeconômica aumentou depois de 2016, data em que houve eleições presidenciais no Brasil. Também evidenciou que os programas de transferência de renda acabam se tornando interesse político para a maximização e/ou captura de votos.

Os afetos aparecem em 4 dos 5 trabalhos como dimensão da subjetividade, ferramenta de manipulação, manutenção do status quo, mas também como importante dimensão para o fortalecimento das relações e formação do comum.

- Um deles, tratou dos dos mapas afetivos dos moradores do Ceará, relacionando os afetos à extrema pobreza, ressaltando o medo do vizinho, das violências, dos usuários de drogas, e sentimento de abandono do poder público.

- Outro, abordou os afetos como importante dimensão para a apropriação do espaço da rodoviária em Santa Catarina como seguro ou inseguro.

- Outro tratou do sentimento de inferioridade e culpa da sua própria condição de pobreza.

- Outro trabalho a partir de uma relação entre Bauman e Espinosa abordou que as relações líquidas vividas na modernidade (despotencializadas, fragmentadoras, frágeis, rápidas e superficiais) assim como os afetos nestas relações líquidas têm servido de sustentação para a

manutenção da ordem vigente, e sedimentação das relações em espaços e políticas públicas, tornando um desafio a formação do comum.

Também se problematizou sobre: Os afetos são revolucionários?

Nesse debate concordou-se que sim, são importantes para a forma como se vivenciam as relações, os espaços públicos e territórios, a participação das políticas públicas, etc. Assim como são necessários para continuação da luta individual e coletiva da classe - por todos os direitos de: comer, estudar, morar, ser feliz e livre, etc.

Coordenadora: Gláucia T. Purim

Debatedor 1 e 2 : Gustavo Henrique Carretero e Pedro Henrique Chaves Pessanha

---

**Trabalho 1: O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família: interesses políticos, captura de votos e movimentos da consciência política.**

**Autores: Vânia Carla Barbosa Santos; Antônio Euzébios Filho; Carlos Eduardo Mendes.**

Resumo: Com o presente trabalho pretende-se realizar uma reflexão de cunho teórico sobre a função política e eleitoral do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF), refletindo sobre como o maior programa de transferência de renda do Brasil se tornou alvo dos interesses partidários na captura de votos entre o período de 2003 a 2018. Para tal, cabe informar que nos basearemos na discussão feita por Antonio Euzébios Filho em um artigo de 2010 com o título: Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. Outro ponto de apoio se fez pela reflexão crítica com base no conceito de consciência política, que articula Psicologia Historico-Cultural com materialismo histórico-dialético. Do ponto de vista metodológico optamos pelo “estado de conhecimento ou Estado da arte” contemplando o recorte temporal supracitado, porque este possibilita a avaliação de quanto maior for o percentual da população atendida pelo programa (PBF) em uma determinada região, maiores são as chances de votos nos candidatos que o defendem como bandeira. Para a análise da conjuntura do país no período indicado, observando que a opção pelos programas de transferência de renda, no âmbito do Governo Federal, vem ocorrendo em um cenário neoliberal em que se acirra a ideologia liberal baseada no individualismo, sendo este

compreendido como um atributo natural do indivíduo. A ideologia do “fim da história” prega que a humanidade tenha fracassado em todas suas tentativas de construir sociedades mais justas, sendo assim, não restando mais nada a fazer que não contemplar o caos, a burguesia tenta se livrar da responsabilidade de erradicar as mazelas da sociedade que ela própria criou para que ela não atinja graus insuportáveis e comprometa os níveis de lucratividade do capital. Criado em 2003 com a unificação de outros programas existentes com o intuito de combater a fome e a pobreza o Programa Bolsa Família ficou associado, desde então, com uma política de combate à fome e a miséria e, que diante da conjuntura política com a ascensão (econômica e ideológica) do neoliberalismo pode ser considerado como uma das formas mais eficazes de administração da pobreza, astutamente aproveitado por políticos com gana presidencial. Argumentaremos também que, para além de sua função de geração de microcrédito, os programas de transferência de renda também se constitui como uma forma eficaz de administração da consciência política, ao contribuir para reforçar o personalismo político e gerar uma confusão entre o que é direito e favor. Também nos apoiaremos na teoria do eleitor mediano, para analisar a correlação entre aprovação eleitoral e disseminação e a participação no Bolsa Família. Embora o PBF aponte para um avanço nas políticas sociais brasileiras, não conseguiu superar problemas tradicionais como: pulverização de recursos, elevado custo administrativo, superposições de público-alvo, competição entre instituições, ausência de coordenação e de perspectiva intersetorial. Tudo isso somado ao acrescentamento da operação Lava-Jato com consequências na rejeição deflagrada aos políticos tradicionais e seus métodos clássicos de atração dos eleitores; ao enfraquecimento do governo Michel Temer marcado por acusações contínuas de corrupção e crises institucionais; a prisão de Lula; o agravamento da crise econômica iniciada em 2015; o desemprego e a queda na renda do brasileiro contribuíram para ressaltar a predileção do programa PBF. Desse modo, mesmo diante do cenário de intolerância e polarização política onde novos candidatos se investiram de maior visibilidade sob a bandeira da luta contra a corrupção e não mais os mesmos políticos, o ex-deputado federal Jair Bolsonaro uniu promessa de não extinguir e ampliar a PBF com a pauta conservadora em defesa da família e com foco na segurança pública e acaba sendo eleito em outubro de 2018 com 53% dos votos. Dito isto, pode-se destacar que as políticas assistenciais como forma de combate à pobreza e a miséria possuem, ainda que mereça mais estudos, um agente causal no comportamento eleitoral independente de estar bem estabelecidos ou não os aspectos ideológicos dos partidos envolvidos nas disputas eleitorais. Concluem-se então que os programas de transferência de renda acabam se tornando interesse político para a maximização de votos, assim como o Programa Bolsa Família, sendo o compromisso partidário com a

captura de votos e não com o eleitor, esse que em sua maioria pode não decodificar os aspectos ideológicos existentes nas propostas partidárias. Em um estudo sobre Ideologia e programas de transferência de renda realizado por Euzébio Filho mostra que o recebimento desses programas, podem ter cinco categorias ideologizantes identificadas e podem contribuir para deslocar a responsabilidade do Estado para a família, apresentar uma focalização na seleção, o destaque para as condicionalidades e corroborar para uma inclusão pela via do consumo e favorecer a contribuição ao personalismo político que inviabiliza a construção de uma consciência de classe, forjando um sentimento de resignação e fatalismo. Entre outras consequências fatídicas, expressa o autor que os programas de transferência de renda, dentre eles o Bolsa Família (BF), configura-se, quando analisamos o atual cenário político, como palco de ideologias com forças capazes de obstruir processos de tomada de consciência de classe, em especial apreço para aquelas pessoas envolvidas na trama das relações materiais que perpassam esses programas. Desse modo, finalizamos nossas reflexões trazendo a compreensão de que a ideologia como um processo social, complexo e contraditório, disseminado em várias dimensões da sociabilidade humana com o objetivo de amenizar conflitos de classe e naturalizar a desigualdade social ao mesmo tempo que promove no sujeito um sentimento de inferioridade ao mesmo tempo que se culpa da sua própria condição de pobreza. Cabe lembrar que a culpabilização do pobre e à desqualificação histórica das famílias pobres se materializa nas próprias exigências para se obter o benefício; o de provar que se o mais pobre entre os pobres.

Palavras chaves: Pleito eleitoral, Programa Bolsa Família, políticas de distribuição de renda, estratégias políticas.

### **Referências Bibliográficas**

Arretche, Marta; Marques Eduardo; Faria, Carlos Aurélio Pimenta (2019). As políticas da política (recurso eletrônico): desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019 (Ebook).

Araújo, Victor; Flores, Paulo (2019). Competição eleitoral e ideologia partidária: PT, PSDB e a agenda de proteção social no Brasil (1991-2014). In; As políticas das políticas (recurso eletrônico): desigualdades e inclusão dos governos do PSDB e PT. Organizado por Marta

Arretche, Eduardo Marques, Carlos Aurélio Pimenta de Faria. São Paulo; Editora Unesp Digital, 2019 (Ebook).

BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dado>. Acesso em 15/11/2019.

Downs, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row. chapter 7.

Euzébios Filho, Antonio, y "Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil." *Psicologia & Sociedade*, vol. 28, nº 2, 2016, pp.257-266. Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309346236007>

Euzébios Filho, Antonio. *Psicologia Social e desigualdade: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferências*. Curitiba: Juruá, 2014.

Gillens, Martin (2012). *Affluence and influence: economic inequality and political power in America*. Princeton: Princeton University Press. Cap. 3 (The Preference/Policy Link).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/arquivos/atlas\\_socioassistencial\\_sp\\_2015.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/atlas_socioassistencial_sp_2015.pdf). Acesso: em junho de 2018.

Leite, Cristiane Kerches da Silva, Fonseca, Francisco César Pinto da, & Holanda, Bruna de Moraes. (2019). *Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa*. *Revista de Administração Pública*, 53(5), 879-898. Epub novembro 11, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180383>

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – vol. I – livro primeiro – tomo 2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Meltzer, A. H. and Richard, S. F (1981). *A Rational Theory of the Size of Government*, *Journal of Political Economy*, 89, pp. 914-27.

Retratos das Desigualdades: raça e gênero. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 15/11/2019.

SIMONI JUNIOR, Sergio. Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral. 2017. 154 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

Vestena, Carolina Alves (2017). Desigualdade, direito e estratégias políticas: uma análise do processo de institucionalização do programa Bolsa Família. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

## **Trabalho 2: Mapas Afetivos e Estima de Lugar: possibilidades de leitura do território na Política de Assistência Social a partir da Afetividade**

**Autores: Andersson de Castro Lima; Zulmira Áurea Cruz Bomfim.**

Resumo: O presente trabalho é um excerto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Estima de Lugar e Território: construção de Mapas Afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE”, defendido em 2019 como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O estudo possuiu como objetivo principal levantar as dinâmicas afetivas dos moradores do Timbó, território de Maracanaú-CE, para fomentar a discussão acerca de uma nova estratégia de territorialização da Política de Assistência Social (PAS) no município que superasse os aspectos físicos e estruturais do ambiente presente nos dados oficiais e abarcasse aspectos simbólicos da relação dos moradores com seu lugar de moradia. Para tanto, partiu-se da premissa de que os ambientes são mais do que uma estrutura física e objetiva apreensível pela cognição, sendo também palco de trocas simbólicas das quais participam os sentimentos, as emoções e as representações dos sujeitos sobre os lugares. Para a construção teórica que sustenta o estudo, foram elencadas as categorias “Território”, “Afetividade”, “Mapas Afetivos” e “Estima de Lugar”, que são caracterizadas por autores da Psicologia Ambiental, da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica e pelos marcos legais da Política de Assistência Social. Quanto à metodologia, o estudo possui natureza qualitativa, apesar de contar com análise estatística complementar. Como estratégia de coleta de dados foi aplicado o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) em 104 sujeitos. Os resultados apontaram um Índice de Estima de Lugar médio de -24,9, o que demonstra a prevalência de uma Estima de Lugar despotencializadora entre os sujeitos. Além disso, os resultados mostram que predomina entre os moradores a Imagem Afetiva de Contrastes, destacando-se o Contraste potencializador. A partir do exposto, tem-se que o estudo possibilita a visualização das vulnerabilidades, riscos e suas potencialidades de

superação no território pela via da Afetividade nas relações humano-ambientais, servindo de fomento à prática profissional das trabalhadoras da PAS. Para além, a construção de Mapas Afetivos como estratégia para conhecer o território promove maior participação social na Política de Assistência Social, dado o engajamento dos sujeitos no reconhecimento de suas vulnerabilidades e de suas potencialidades a partir das manifestações acerca das suas relações com o território, assim como fornece novos horizontes para o planejamento, para o monitoramento, para a execução e para a avaliação da PAS.

### **Trabalho 3: As estações rodoviárias como não lugares: Um estudo da não apropriação dos espaços da estação rodoviária da cidade de Criciúma – SC.**

**Autoras: Rafaela Bohrer Rotuno; Dra. Teresinha Maria Gonçalves.**

Resumo: A pesquisa se desenvolveu a partir do projeto do Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Estudos e Pesquisas Sobre Meio Ambiente e Espaço Urbano – GIPMAUR, cuja motivação é compreender se o espaço da estação rodoviária de Criciúma – SC constitui espaço de lugar ou de não lugar. A principal contribuição da pesquisa é a partir das entrevistas com os usuários e da observação de como os mesmos utilizam o espaço da estação rodoviária, concluir se a mesma constitui um lugar ou não lugar. O instrumento de pesquisa utilizado foi à entrevista semiestruturada, estando assim na modalidade qualitativa, sendo composta por uma amostra: 15 entrevistas de frequentadores da estação rodoviária de Criciúma - SC, os dados foram analisados por meio de conceitos chaves retirados da argumentação teórica.

Palavras-chave: Estações Rodoviárias; Não Lugar; Não Apropriação.

## INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa faz parte do GIPMAUR - Grupo Interdisciplinar E Interinstitucional De Estudos E Pesquisas Sobre Meio Ambiente E Espaço Urbano. Sua base é o Laboratório de Meio-ambiente, Desenvolvimento Urbano e Psicologia ambiental – LADUPA. Este projeto segue a linha de pesquisa “Psicologia ambiental/processo de apropriação do espaço urbano”. Desenvolveu-se no âmbito do projeto do grupo: “As estações rodoviárias como não lugares: Um estudo da não apropriação do espaço da estação rodoviária da cidade de Criciúma - SC”. Os não lugares, ao contrário dos lugares, é um lugar que não é



lugar, pois não tem a presença efetiva do sujeito, não é apropriado pelo mesmo, não tem um sentido e um significado maior, de uma maneira geral. Estações rodoviárias, aeroportos, portos, motéis, são lugares de passagem onde não há tempo e nem investimento emocional para que se inicie um processo de apropriação.

Para Augé (1994), o não lugar corresponde empiricamente a um conjunto de construções com características muito diferentes dos lugares do cotidiano do sujeito. O autor coloca como exemplos, rede de hotéis, hipermercados, autoestradas, aeroportos e outros. Procura compreender o que esses lugares interferem e provocam mudanças na organização social – econômica – simbólica, na sociedade. Portanto, na vida das pessoas o não lugar é um local de passagem, o qual não apresenta nenhum significado ao indivíduo que o frequenta.

Trabalha-se com a hipótese de que a estação rodoviária é um não lugar para a maioria das pessoas, por ser um lugar de passagem, transitório, muitas vezes inseguro. A proposta tem como objeto de pesquisa identificar o processo de não apropriação do espaço de estações rodoviárias pelos seus frequentadores.

O objetivo da pesquisa foi compreender se o espaço da estação rodoviária de Criciúma – SC e se constitui como espaço de lugar ou de não lugar. Ainda, observar o ambiente e sua infraestrutura, como: banheiros, locais de descanso, cantinas e acessibilidade para deficientes, observar também se o local possui segurança e informações para que quem não seja frequentador tenha mais facilidade para se localizar, observar o modo como os usuários utilizam o espaço da rodoviária e observar se há constituição de lugar no espaço da estação rodoviária.

## MÉTODO

A pesquisa definiu-se por uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva, que segundo Godoy (1995) envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

A pesquisa localizou-se no âmbito das ciências humanas (Psicologia) e segue o pressuposto de que os pesquisadores que adotam essa abordagem, segundo Goldenberg (2005), não defendem o modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseada no modelo das

ciências da natureza. Portanto, a representatividade da pesquisa pelas suas amostras não se resume ao método estatístico, mas sim, pelo detalhamento metodológico e profundidade da análise dos dados.

Coletivo da pesquisa: Participaram 15 respondentes. Os critérios para a escolha dos respondentes foram: ter idade de 18 anos e mais, disponibilizar-se a participar da pesquisa e serem frequentadores da estação rodoviária de Criciúma - SC.

Processos e instrumentos para coleta de dados: Os dados foram obtidos por meio de observações sistemáticas, diário de campo, registros fotográficos dos ambientes e entrevista semiestruturada.

Análise de dados: A análise de dados se deu por meio de conceitos chaves retirados da argumentação teórica.

Etapas da pesquisa:

Primeira etapa: consistiu na aproximação do pesquisador com o campo a ser estudado através de observações sistemáticas, foi feita a cada 15 dias com duração mínima de 30 minutos, no período de quatro meses. Essa etapa visou entender a jornada desses caminhantes em viagem, chegando ou saindo de algum lugar.

Segunda etapa: com base nas observações registradas no diário de campo, a pesquisadora tomou fotos dos lugares mais representativos de suas representações.

Terceira etapa: foi realizado entrevistas semiestruturadas com o coletivo da pesquisa pretendido.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise das entrevistas pode-se observar que os entrevistados que não residiam na região de Criciúma, não possuíam nenhum tipo de memória vinculada a aquele ambiente, característica de um não lugar, pois de acordo com Augé (1994), na vida das pessoas o não lugar é um local de passagem, o qual não apresenta nenhum significado ao indivíduo que o frequenta, já os moradores da região de Criciúma relataram ter algumas lembranças e memórias na estação rodoviária, muitas delas criadas na infância. Também se observou que entrevistados que não residiam em Criciúma se sentiam inseguros no local, ou não sabiam definir, já

moradores da região de Criciúma se sentiam seguros. A partir das observações sistemáticas, e também da análise das entrevistas, foi concluído que não houve apropriação do espaço, Gonçalves (2007), ao falar do conceito de espaço ao conceito de território, traz que o espaço é compreendido como conceito amplo no qual o sujeito constrói os seus lugares, e no caso da estação rodoviária de Criciúma não houve apropriação do sujeito (POL, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados pode-se concluir que a estação rodoviária é um não lugar, pois não tem a presença efetiva do sujeito, não é apropriado pelo mesmo e não tem um sentido e um significado maior, é um local de passagem, o qual não apresenta nenhum significado ao indivíduo que o frequenta (AUGÉ, 1994).

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GONÇALVES, T. M. Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.

POL, Enric. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, Lupicínio; POL, Enric. Monografies psico-socio ambientales. Barcelona: Universitat de Barcelona Publicacions, 1996.

**Trabalho 4: Reflexões sobre a implicação da modernidade líquida na formação de conatus: uma leitura de Bauman e Espinosa.**

**Autores: Péricles de Souza Macedo; Fábio Roberto Pillatt.**

Resumo: A configuração do mundo contemporâneo tem sido objeto de investigação de vários campos do conhecimento, sobretudo, no que tange às mudanças que se processam na sociedade

e os impactos que representam no modo de ser e estar no mundo dos indivíduos. Este trabalho de natureza teórico-reflexiva, visa abordar possíveis diálogos entre Espinosa e Bauman. Para tanto, realizou-se levantamento bibliográfico acerca da temática, bem como utilizou de reflexões oriundas da disciplina “Imaginação, Memória e Afeto: Pressupostos de liberdade em Vigotski e Espinosa” ministrada no segundo semestre de 2020 pela professora Bader B. Sawaia, no PPG de Psicologia Social da PUC-SP, bem como reflexões oriundas do Grupo de Estudos sobre Zygmunt Bauman, vinculado institucionalmente à Faculdade de Balsas (UNIBALSAS) do qual os autores são membros. Considera-se imprescindível a reflexão e o debate sobre essa temática de modo a qualificar a práxis da psicologia social.

O sociólogo Zygmunt Bauman é um dos grandes expoentes da sociologia contemporânea e ao longo de sua trajetória intelectual buscou descrever e explicar fenômenos sociais à luz de conceitos como os de modernidade sólida e modernidade líquida. A modernidade líquida descrita pelo autor tem na fluidez sua principal característica, negando as referências estabilizadas que delinearam a época anterior, denominada de modernidade sólida. Padrões, códigos e regras que antes se constituíam de pontos estáveis de orientação, agora foram “derretidos”, concedendo à atual sociedade a incapacidade de manter a forma, ou seja, fazendo com que crenças, convicções, referências e estilos de vida mudem antes que tenham tempo de se solidificarem como costumes, hábitos ou verdades absolutas. A liquidez é utilizada pelo autor para, metaforicamente, representar a natureza desta nova fase da modernidade (BAUMAN, 2001), sua sociedade (BAUMAN, 2008a, 2008b, 2009), seus relacionamentos (BAUMAN, 2004) e seus temores (BAUMAN, 2007, 2008c).

Zygmunt Bauman descreve o período contemporâneo como sendo marcado por relações líquidas, relações que se esvaem muito rapidamente, que não se sedimentam e que esses processos de liquidez próprios da modernidade, constituem-se em empecilhos que dificultam ou impedem a formação de vínculos sólidos entre os sujeitos. Segundo Bauman (2004), o amor deixa de encontrar seu significado no estímulo à criação de laços humanos fortes e passa a ser visto como uma conquista, uma mercadoria a ser consumida e, logo em seguida, abandonada em prol de novas conquistas e experiências. As relações humanas passam a ser encaradas como objetos de consumo tais como os descritos em Bauman (2008a).

Considera-se o afeto como categoria fundamental do psiquismo e entende-se o afeto como o fio condutor da forma como o sujeito experiencia o mundo e se insere nele. Por meio desta reflexão, objetiva-se lançar luz a partir da hipótese de que o conjunto de ideias oriundas da

modernidade líquida dificulta ou impede a formação de vínculos sólidos, tendo repercussões na qualidade da participação dos sujeitos na arena pública.

Para se compreender o afeto e como os sujeitos são afetados faz-se mister que se compreenda este fenômeno a partir do enlace entre pensamento, imaginação e memória. O afeto só pode ser entendido no interior dessa trama complexa que o engendra. Os processos de liquidez que marcam a sociedade contemporânea impactarão nessa trama e produzirão formas de afetação líquidas. Em um mundo marcado pela liquidez, o pensamento, a imaginação e a memória, bases para a afetação, são atravessados pela lógica líquida e se expressam em afetações líquidas, nas quais nem sempre o sujeito está cômico de sua servidão. A modernidade líquida produz indivíduos iludidos que agem no reino das paixões.

Conforme Espinosa(1979), os afetos podem ser classificados em ativos e passivos. Sendo que os afetos ativos se caracterizam fundamentalmente quando a ação do sujeito se determina internamente e não por causas externas ao sujeito. Contrariamente aos afetos ativos, os afetos passivos se caracterizam pelo padecimento do sujeito , quando este é incapaz de ser a causa adequada de suas ações, ele é determinado por causas exteriores a si. Os afetos podem impedir a potência de ação ou podem impulsionar para a direção da servidão.

Neste sentido, fundamentados em Bauman e Espinosa, parte-se da ideia de que a modernidade líquida e as formas de afetação por ela engendradas têm sido instrumento de manutenção dos indivíduos em estruturas de servidão que impedem a alegria e uma afetação ativa em direção à liberdade.

É possível dentro da modernidade líquida, estabelecer encontros que levem à liberdade e aumentem a potência de ação dos sujeitos?

Os bons encontros aumentam a potência de ação do corpo e da mente. De acordo com Espinosa(1979), somos todos seres de uma mesma substância, qual seja, potência de vida e todos os seres estão em contínua perseverança na existência.

Essa força que leva à perseverança na existência e no modo humano de ser, Espinosa a denominou de conatus e o homem como todos os seres é um ser de conatus , buscando sempre perseverar na existência. Daí a importância dos bons encontros, neste sentido, bom é tudo aquilo para o qual o indivíduo se dirige. O indivíduo só se dirige para algo que vai compor com

seu corpo, se o indivíduo busca algo fora disso é porque está iludido e agindo no reino das paixões.(ESPINOSA,1979).

Na modernidade líquida, percebe-se que os sujeitos agem no reino das paixões, quase sempre iludidos e sem nitidez do que os dirige. O conatus depende fundamentalmente dos encontros, ele não se move sozinho, e se movimenta em direção à liberdade ou à servidão.

Palavras-Chave: Bauman; modernidade líquida; conatus; espinosa

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 272p.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. 258p.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007. 119p.

SPINOZA, Baruch de. A Ética, in Os Pensadores. Ed. Abril, São Paulo, 1979.

### **Trabalho 5: Políticas públicas e desigualdade social: Uma discussão ontológica.**

**Autoras: Gabriela Pereira da Silva; Luciane Pinho de Almeida.**

Resumo: A temática das Políticas Públicas é pauta freqüente de discussões, especialmente no que tange políticas de proteção social que visem propor ações e estratégias voltadas para populações em estado de vulnerabilidade. A partir disso, o presente trabalho se propõe a discutir políticas públicas e desigualdade social a partir de uma perspectiva ontológica, refletindo as contradições do capital que resultam na construção de certas políticas.

Para cumprir seu objetivo, a metodologia foi constituída a partir de uma pesquisa qualitativa, pois trabalha com o universo dos sentidos e dos significados. Trabalha com um nível da realidade não quantificável, um conjunto de fenômenos humanos que não é visível, precisa ser exposta e interpretada pelos próprios pesquisadores (MINAYO, 2010). Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos temas políticas públicas e desigualdade social, os resultados foram analisados segundo a Teoria Sócio-Histórica da Psicologia. Esta tem como base o Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx, que pauta sua análise na objetividade

do mundo real e concreto. Esta perspectiva tem por interesse conhecer a lógica de um objeto real e determinado, de forma a reproduzir teoricamente sua estrutura e dinâmica. Assim, parte-se do mundo material para que sejam feitas considerações teóricas a respeito (NETTO, 2011).

O modo de produção capitalista produz certa divisão social do trabalho, papéis sociais exercidos pelos sujeitos, em que alguns detêm os meios de produção, meios de explorar o trabalho de outrem, passando a impor certas condições de trabalho que não foram livremente assumidas pelos trabalhadores, enquanto do outro lado restam aqueles que detêm apenas sua força de trabalho (KONDER, 2008). Isso gera determinados tipos de relações entre os indivíduos, produzindo certos tipos de subjetivação, e, conseqüentemente resultadas em desigualdade social.

A desigualdade social está ligada a baixas condições socioeconômicas por grande parte da população que detém apenas sua força de trabalho enquanto a riqueza é concentrada em uma pequena parcela de pessoas. A desigualdade ocasiona menores possibilidades de acesso à direitos básicos como saúde e educação, por exemplo. A desigualdade social da forma que conhecemos hoje se dá a partir de processos históricos e sociais da instauração do capitalismo, ainda que possamos analisar diferenças de classes entre os diferentes modelos de sociedade anteriores a esse, com sua origem em sociedades escravagistas. Assim, a pobreza aumenta e a desigualdade social passa a ser uma questão pública. É nesse sentido que surgem as políticas públicas de proteção social, como uma forma de minimizar efeitos de problemas sociais, implementando estratégias de melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvimento de capacidades individuais, resolução de conflitos entre grupos, transgressão de direitos, entre outros (RODRIGUEZ, 2016).

Na história dos direitos sociais no país nota-se que a integração social no país se dá de forma articulada entre trabalho e proteção social, de forma que quanto mais os sujeitos estão inseridos na sociedade, mais incluídos estão nos dois eixos. Desta forma, a condição para assegurar os direitos sociais é através da condição de trabalhador formal. Como consequência, determinados sujeitos são privilegiados pelas ações governamentais, enquanto outros são deixados à margem, sem acesso ao emprego formal e com seus direitos sociais negados (SAWAIA, 1999).

Segundo Lukács, o direito se constituiu enquanto complexo social a partir do momento em que houve a exploração do homem, e conseqüentemente as classes sociais (LESSA, 2015). Com isso, surgem também conflitos antagônicos. O complexo do direito não é espontâneo ou

universal, foi produzido a partir da necessidade social dos homens. O direito é intrinsecamente contraditório. Sua contrariedade está no fato de que toda regulamentação jurídica deve generalizar os conflitos sociais em leis universais. Mas conflitos sociais nunca são iguais, se estabelece, portanto, uma contradição entre a homogênea abstratividade da lei jurídica, isto é, resultado do seu alto grau de generalização, e a diversidade de conflitos sociais. A universalidade da lei está sempre em contradição com casos concretos.

A noção de políticas públicas também está pautada na contradição seguindo o complexo do direito. Isso porque o objeto de interferência estatal está ligado ao interesse geral, embora o que possa ser qualificado enquanto público não seja delimitado de forma isenta. Desta forma, ainda que as ações tentem assumir caráter geral e universalizante, estas acabam por assumir uma forma de hierarquização no sentido de privilegiar alguns sujeitos em detrimento de outros, conforme interesses, posições e lugares (AUGUSTO, 1989).

Tendo origem no capital, as políticas públicas são eleitas para ampliar seu domínio das classes populares, oferecendo a ilusão de que podem ascender socialmente. O que está de modo oculto é a negação da possibilidade de uma real mobilidade social, evidenciando a divisão social de classes. Além disso, as políticas públicas não são práticas do Estado que visam melhorar a vida da classe trabalhadora, e sim mais um modo do capital manter sua hegemonia evitando a exposição das contradições entre as classes sociais (LEÃO, 2012). São ações, portanto, com objetivo de manter o Estado capitalista e fazer com que as diferenças entre as classes, e mesmo seus privilégios, não fiquem tão evidente a ponto de ameaçar a estabilidade do próprio sistema.

Assim, o Estado faz a manutenção da formação social atual através das políticas públicas, as quais produzem o afeto da esperança de melhores condições de vida para população. No entanto, a esperança também pode ser triste, pois também se configura como forma de controle do governo, isso porque a esperança está associada ao medo, é o que permite que não haja revolta diante das situações de medo, mantendo a passividade esperando que alguém – governo – ou algo – políticas públicas – resolva a situação. A situação apenas pode mudar com um afeto mais potente e contrário, portanto, é necessário ir além da esperança de políticas que resolvam as desigualdades ocasionadas pelo capitalismo. É preciso que haja afetos felizes que promovam encontros cheios de potência e revolucionários que levem a liberdade.



A ontologia do ser social é constituída a partir de sua natureza orgânica biológica e a partir do contexto histórico e cultural na qual se encontra. A partir do trabalho o homem se relaciona consigo, com o outro e com o mundo. É a partir do trabalho e através da consciência que a luta de classes pode voltar a tomar espaço, de forma não só a pensar em políticas de proteção social que repare problemáticas deixadas pela formação capitalista, mas que vá para além dele. De forma que a propriedade privada seja superada e uma nova forma de se relacionar surja, promovendo encontros potentes, corpos livres e subjetividades legitimadas.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 1(2): 105-119, 1989.

KONDER, L. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEÃO, Inara Barbosa. A Psicologia Socio-Histórica como um mediador entre as políticas públicas e a constituição dos aspectos psíquicos dos homens. In: CHAVES, Juliana de Castro (Org.). *Psicologia social e políticas públicas: contribuições e controvérsias*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.

LESSA, Sergio. Para compreender uma ontologia do Ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RODRIGUEZ, Adebiano. Políticas sociais e política de saúde. *Faces de Clio*, v. 2, n. 3, p. 225-242, 2016.

SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 8, 1999.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade Social. Ontologia. Políticas Públicas.

Apoio financeiro/bolsa: Capes.

## **Sessão Temática 1: Participação Popular e Políticas Públicas.**

### **Sala 2**

#### **Apresentação da coordenadora**

Na Roda de Conversa realizada na sala 2 do Eixo 1, foram apresentados 6 trabalhos que, em sua maioria, abordavam temáticas relacionadas à participação social no âmbito das Políticas Públicas de Saúde e de Assistência Social e os processos de gestão e da prática profissional da Psicologia, contudo, um dos trabalhos abordou uma reflexão teórica sobre o racismo, exemplificando com um debate acadêmico que ocorreu recentemente pelas mídias sociais.

Todos os trabalhos foram embasados por perspectivas críticas da Psicologia Social, apresentando análises a partir de categorias que são centrais nas pesquisas realizadas pelo Nexin – sofrimento ético-político, comum, afeto, participação política, imaginação/criatividade, processo grupal – sendo destacadas as mediações de classe, raça e gênero; um dos trabalhos deu ênfase a categorias da esquizoanálise – biopolítica e necropolítica.

As discussões tiveram ênfase na contradição entre a garantia de Direitos e o acesso desigual como consequência das dimensões colonial, racista, capitalista e sexista que estruturam a nossa sociedade, uma vez que a garantia legal não se efetiva na prática, a população trabalhadora, indígena, negra e grupos de mulheres ainda precisam se colocar em situações permanentes de luta para alcançar garantias mínimas.

Diante disso, a importância da práxis psicossocial ética e politicamente orientada para a superação das situações de opressão, violência foi reiterada, com ênfase na construção de teorias, metodologias e categorias analíticas que superem o pensar/sentir/agir eurocentrado.

Coordenadora: Cinara Brito

Debatedor: Emylio César Santos da Silva

## **Trabalho 1: Os conselhos de saúde como estratégia de participação popular no controle social da saúde pública.**

**Autores: Elizangela Leandro Rosa; Vitor Luiz Neto.**

Resumo:

### INTRODUÇÃO

A proposta e a relevância social desta pesquisa é pensar o trabalho dos Conselhos de Saúde como processo fundamental para garantia da participação popular no controle social da saúde pública. Os Conselhos de Saúde são pensados como instituições que promovem relações democráticas, de acesso de demandas públicas na produção de políticas, uma vez que sua composição se dá de forma paritária, na tentativa de efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir desta proposta, a pesquisa tem como objetivo geral discutir a participação popular no controle social da saúde pública como política de inclusão. Como objetivo específico, entender a composição e o trabalho dos Conselhos de Saúde como ferramenta de estratégia para a participação popular no controle social. Para o alcance dos objetivos realizou-se pesquisa bibliográfica e revisão de literatura em artigos científicos e materiais do governo federal relacionados ao SUS, aos Conselhos de Saúde e à participação e controle social na saúde pública.

### RESULTADOS

De acordo com Menicucci (2014) os anos 1970 foram marcados por movimentos sociais que buscavam um novo modelo de sociedade e de Estado, em confronto direto contra o regime militar que governava o país. É neste contexto que surge o Movimento da Reforma Sanitária que defendia, em conjunto com movimentos sociais e comunitários, direito de todas as pessoas ao acesso à saúde, que deveria ser um dever do Estado.

Para o CEAP (2017) um dos principais acontecimentos que marca a construção do direito integral e universal à saúde é a VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986. A VIII Conferência foi a primeira que contou com participação popular, representando os diferentes movimentos sociais e comunitários. Outro marco foi o fim do governo militar e a redemocratização política do país, tendo como consequência a Assembleia Nacional

Constituinte de 1987, que funda a Constituição Federal de 1988 e dá base legal à saúde como direito de todas as pessoas e dever do Estado, com a criação da Lei 8080 de 1990 que estrutura o SUS enquanto política pública.

A participação social está garantida na Lei do SUS e, como afirma o CEAP (2017), se dá por meio de trocas de informações, debates, experiências, deliberações e avaliação sobre a saúde pública. Desta forma, a população é ativa na política pública de saúde, sendo assim, a participação popular é entendida enquanto a participação em todo o processo da política pública, da proposta, ao planejamento, ao monitoramento e à fiscalização, incluindo do dinheiro público usando na execução de tais políticas. O controle social é entendido de forma mais ampla do que simplesmente o acompanhamento das políticas públicas por parte da população. É a própria comunidade propor o tipo de serviço que deseja implementar nas políticas públicas.

A participação e o controle social existem para que a população seja parte do processo decisório da saúde pública. Porém, segundo o CEAP (2017) e Cotta et al. (2010), a relação entre a sociedade civil e o Estado é marcada por um tensionamento: de um lado existem leis que garantem a participação e o controle social, de outro o próprio Estado, numa perspectiva neoliberal, se articula na tentativa de esvaziar a participação social e de ignorar o espaço de poder decisório por parte da população.

Numa tentativa de diminuir este tensionamento, existe a Lei 8142/90 que institui os Conselhos e as Conferências de Saúde. Como afirma o CEAP (2017), os Conselhos de Saúde trabalham na perspectiva de segmentos representativos e da relevância pública, de forma paritária, a fim de promover a conscientização e a participação de vários setores da sociedade na decisão e fiscalização da saúde pública. Os Conselhos têm caráter deliberativo – poder e autonomia para decidir sobre os assuntos de saúde pública – e de co-gestão (responsabilidade administrativa sobre a aplicação dos recursos financeiros dos fundos de saúde de cada esfera do governo).

O Conselho, portanto, deve ser organizado de forma voluntária e paritária, garantindo 25% das vagas aos prestadores de serviço e à gestão, 25% para trabalhadores da saúde e 50% para usuários do SUS, representando a população. Contudo, Cotta et al. (2010) apontam falhas na divisão paritária nos Conselhos de Saúde, sendo necessário que haja fiscalização por parte

do poder executivo sobre a efetividade do sistema paritário dos Conselhos de Saúde, a fim de garantir a plena participação popular nas políticas de saúde.

## CONCLUSÃO

Entende-se que a criação do SUS foi uma transformação na forma de conceber a saúde em nosso país. A partir da construção de uma saúde pública, gratuita e de acesso para todas as pessoas, tem-se a saúde como direito de toda população e dever do Estado em financiar e garantir tal direito.

A participação popular e o controle social da comunidade na proposta, implementação e fiscalização das políticas públicas de saúde promovem processos de inclusão ao deliberar sobre as decisões públicas em saúde. Na tentativa de garantir que estes processos sejam efetivos os Conselhos de saúde atuam de forma a inserir a gestão, prestadores de serviço, trabalhadores da saúde e a população usuária do SUS, sendo necessária constante fiscalização e acompanhamento para que o sistema paritário seja respeitado, para garantir de forma plena a participação democrática em todo o processo de construção de cidadania.

## REFERÊNCIAS

Centro de Educação e Assessoramento Popular. (2017). *O SUS e a efetivação do direito humano à saúde*. Passo Fundo: Saluz.

Cotta, Rosângela Minardi Mitre; Cazal, Mariana de Melo; Martins, Poliana Cardoso. (2010). Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(5), 2437-2445.

Menicucci, Telma Maria Gonçalves. (2014). História da Reforma Sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde*, v.21, n.1, 77-92.

## **Trabalho 2: Fazer gestão é inventar? Narrativas do cuidado em saúde mental.**

**Autora: Luna Cassel Trott.**

Resumo: Este trabalho é parte do que compõe o Trabalho de Conclusão de Residência de um programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Trata-se de um escrito que vai na direção cartográfica (MARTINES, MACHADO, COLVERO, 2013) a partir da experiência (BONDÍA, 2002) onde reúnem-se reflexões e narrativas a partir das experiências de cuidado em Saúde Mental coletiva experienciadas a partir da Residência Multiprofissional.

A trajetória descrita é realizada a partir de quatro cenários de práticas perpassados: Um CAPS, a Gestão em Saúde Mental, uma Unidade Básica de Saúde e uma escola voltada para pessoas em situação de rua. As vivências nestes cenários, eram atravessadas pelo contexto político de retrocessos aos direitos sociais e formas de cuidado em saúde mental.

Ao circular pelos espaços de Assistência e de Gestão em saúde mental, busco resgatar como as diferentes formas de cuidar se relacionam com as diferentes formas de gerir este cuidado. Por outro lado, a partir do experienciado reflito e me pergunto se as práticas de gestão não seriam propriamente espaços de invenção do cuidado. Neste sentido, trabalho na seguinte questão: Como as formas de gestão e invenção me acompanharam na experiência de formação na residência?

A gestão do cuidado é entendida por duas vias: Uma da qual chamo de “Gestão como organização do processo de trabalho”, onde busco entender conceitualmente o que é Gestão, como se dão os processos de Gestão no SUS e quais são os modelos operantes de Gestão, passando pelo Taylorismo e pelo método da Roda proposto por Campos (2000). Por outro lado, elaboro sobre a segunda via que chamei de “Gestão do cotidiano do cuidado”, ou seja, esse espaço de gestão, de escolha, de decisão presente no encontro entre profissional de saúde e usuário.

Na direção de compartilhar de uma experiência, sem que ela silencie outras, temos em conta os silenciamentos na gestão do cuidado, onde se colocam a relação entre a branquitude e o racismo, que estão presentes no cuidado em saúde e atravessam o ato de “inventar” cuidados.

Por último, a questão da inventividade. Esta inventividade que se dá a partir de um contato com o diferente e que constitui a própria produção subjetiva (KASTRUP, 2001) e como fenômeno que se relaciona com as possibilidades de afetações para as relações de transformação social (SAWAIA, 2009).

Neste sentido, a escrita demonstra o processo de Residência Multiprofissional de Saúde Mental Coletiva e os elementos que o compõem: a invenção, os encontros e os afetos gerados, tendo neles, possibilidades para escapar do cenário paralisante de retrocessos sociais. Se gerir o cuidado é inventar, temos que fazê-lo a partir das diferenças, sem excluir experiências na construção de um caminho na direção da vida.

Palavras-chaves: Saúde Mental, Inventividade, Gestão do cuidado, Narrativas

### **Trabalho 3: Processos grupais no âmbito da assistência social na Zona Oeste do Rio de Janeiro: um relato de experiência com moradores em situação de rua e profissionais do SUAS.**

**Autor:** Phillippe Antônio Araújo Pereira.

**Resumo:** Busca-se aqui cartografar processos decorrentes de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2001) a partir dos grupos experimentados em um CREAS da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A composição até então tecida na relação com usuários do SUAS (especialmente com a população em situação de rua), colegas de trabalho, bem como os desafios enfrentados na condição de quem trabalha na ponta das políticas públicas, permite tatear possíveis brechas para transpor o muro das paixões tristes que convencionalmente se constrói para inibir a ação de subjetividades revolucionárias.

A bússola que norteia o incessante fluxo de forças a atravessar o corpo inserido nessa realidade aposta justamente no que move suas engrenagens: o afecto. Este que, para Espinosa, é a base da ética, afirmadora da vida que quer perseverar. Afecto que, nos marcos do propósito deste trabalho, requer uma disponibilidade, uma ativa-receptividade aos estímulos que tocam, aos estados de consciência que nos habitam, coadunando com o que propõe Kastrup (2009, p. 40) ao sugerir um regime atencional para o trabalho na cartografia.

A partir desse radar, pôde-se constatar desvios, evidenciar contradições que são naturalizadas no cotidiano experimentado como trabalhador do SUAS e criar canais por onde a correnteza de fluxos possa desaguar e seguir seu fluxo. Esses canais imaginários e criadores de mundo recorreram aos grupos como dispositivo de desindividualização das demandas (BARROS, 2007) dos usuários dos serviços do CREAS. Assim se forjou o projeto do "Ateliê POP", pensado a partir do viés da participação popular e do compromisso social. Sua execução se deu com encontros semanais que ocorreram antes do período de pandemia da Covid-19 e que hoje busca meios de se rearticular. Os desdobramentos do referido projeto ressoam também na equipe, eventualmente afetadas e deslocadas com as imprevisibilidades, silêncios e implicações inerentes ao processo grupal.

#### **Trabalho 4: Desafios à Psicologia Social nas Políticas: assistência social, saúde e movimento indígena.**

**Autores: Lucas Luis de Faria; Catia Paranhos Martins.**

Resumo: Este texto versa sobre a experiência de habitar os territórios indígenas, tekoha e/ou tekoha guasu para os Kaiowá e Guarani, de Dourados, Mato Grosso do Sul, e tem por objetivo questionar as fronteiras das políticas de saúde, assistência social e Movimento Indígena. Aqui, as fronteiras assumem múltiplas formas concretas, intersubjetivas e conceituais. Dentre elas, destacamos as fronteiras territoriais entre Estados-nações (Brasil, Paraguai e Bolívia), territórios indígenas e não indígenas, reservas e condomínios, periferias e centros; as fronteiras de exclusão entre povos indígenas e não indígenas, da condenação à morte e a vida, do confinamento coletivo e das liberdades individuais, da desnutrição e das dietas, luta pelos territórios ancestrais e a posse da terra, forças cósmicas das divindades (jaras) e as forças produtivas do capital transnacional (BENITES, 2020, online), modos de ser indígena (teko) e os modos não indígenas (karai kuera), zonas do não ser e zonas do ser (FANON, 2008); e as fronteiras de compreensões de mundo entre os conhecimentos ancestrais e os modernos/coloniais-capitalistas, do pensamento fronteiro e da monocultura do pensamento, da saúde indígena e indigenista, das roças comunitárias (kokue) e do agronegócio, do envolvimento e do desenvolvimento (CHAPARRO; MACIEL, 2020).



Nosso percurso teórico-metodológico tem se constituído pelo acompanhamento de atividades públicas importantes nas comunidades Kaiowá e Guarani, tais como as Grandes Assembleias, com registro em caderno de campo; experiências de trabalho/pesquisa nas políticas públicas, com destaque para o estágio no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); e análise documental das notas da Aty Guasu, publicizadas na internet, para compreensão da dimensão saúde. E ainda, pelo que temos construído na pesquisa de mestrado como compreensão da sensibilidade psicossocial, que parte do entendimento epistêmico e político-ideológico de solidariedade radical aos povos colonizados para desnaturalização/desideologização das violências e demais opressões, a partir do acompanhamento sensível e solidário das comunidades.

Para problematizar as fronteiras entre as políticas invocamos a poética de “como dois rios que caminham ao contrário”, de Eliel Benites, registrada por Chaparro e Maciel (2020). Essa perspectiva do conhecimento originário ilustra as diferenças entre as compreensões indígenas e as não indígenas, não como atualização dualista-cartesiana-positivista, mas como expressão imagética entre mundos e suas heterogeneidades antagônicas. Em nossa análise, a cisão destes projetos está fundada na colonização, no colonialismo e nas colonialidades.

A dinâmica de exploração/dominação gestada pelos colonizadores, pelas vias da violência, e a manutenção destas mesmo após o fim formal das instituições coloniais, configuram a realidade e a intersubjetividade moderna/colonial-capitalista da qual as políticas públicas emergem. Inevitavelmente, a vinculação das políticas com o Estado-moderno/colonial reproduz características das colonialidades eurocêntricas de universalização e homogeneidade. Vivenciamos esta condição quando da atuação no CRAS e as incompatibilidades entre as práticas na assistência social e os sentidos originários da comunidade, a exemplo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e suas divisões em faixas etárias *norteadas* pelo modelo ocidental incompatível com as configurações Kaiowá e Guarani.

A tensão entre as políticas indígenas e indigenistas é também evidente no âmbito da saúde, desde a fragmentação limitada e limitante da perspectiva biomédica e hospitalocêntrica até a participação popular no controle social. Enquanto os serviços e saberes reproduzem a compreensão de saúde como ausência de doenças, ou bem estar biopsicossocial, as notas da Aty Guasu nos expõem que a fonte primária de saúde para os povos Kaiowá e Guarani é a terra, ou melhor, o tekoha, sendo o lugar onde se pode negociar com as divindades (jara) o modo de ser indígena (teko araguyje) (BENITES, 2020, online).

Os movimentos étnico-sociais dos Kaiowá e Guarani, tal como a Aty Guasu (Assembleia Geral) e a Kuñangue Aty Guasu (Assembleia da Mulheres), produzem processos de mobilização ativa na articulação das demandas comunitárias frente aos modos de organização das políticas públicas. Entretanto, as assimetrias coloniais, capitalistas e racistas limitam as possibilidades de diálogos horizontais, como denunciado em uma das notas da Aty Guasu de impedimento da participação de uma liderança em reunião do controle social da saúde indigenista (ATY GUASU, 2012, online). Ainda, as notas reivindicam o acompanhamento e monitoramento direto das ações em saúde pelas lideranças dos territórios, por serem estes representantes das demandas dos povos e estarem intrinsecamente vinculados às comunidades (ATY GUASU, 2012, online).

Como afirma Martins (2018) sobre a saúde, são questões políticas que definem o cuidado. Ao olharmos por essa lente, podemos tomar a proporção do desafio quando a ideologia colonial *norteadora* da conjuntura são os empreendimentos anti-indígenas de genocídio. Aranduhá (2020, online), pontua que “o Estado é o que mais viola as mulheres indígenas (...) isso tem tudo a ver com saúde mental, como vamos estar diante dos despejos de nossos territórios? Isso tem que ser pautado como saúde mental”. Esse trecho denuncia a permanência da colonialidade nas vias estatais e contribui para reorientar as preocupações dos profissionais diante da realidade cruel dos recorrentes despejos das comunidades. As denúncias dos movimentos sociais, enquanto participação popular, contribuem para o permanente questionamento das políticas públicas, e, orienta a práxis desde a perspectivas dos povos assistidos e/ou violados pelas políticas.

Por fim, retomamos a perspectiva de Martín-Baró (2017/1980), sobre a necessidade da Psicologia ser pautada pelo engajamento humilde dos profissionais a partir das perspectivas do povo e de suas organizações, como projeto de libertação social e da própria ciência psicológica de suas submissões sociais (em nossa avaliação, também sujeição colonial). Para Martín-Baró (2017, p. 26), nesse processo é preciso que o *que hacer* psicológico esteja desvinculado das “estruturas de poder (*status*, vínculos com padrões etc.)”. Nesse sentido, destacamos a necessidade do desprendimento e desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2014) como via de engajamento com as coletividades em luta.

Palavras-chave: Psicologia Social; Decolonialidade; Políticas Públicas; Movimento Indígena; Participação Popular.

Agradecimento:

Este trabalho é viabilizado pelo fomento da Bolsa Capes para a pós-graduação. Por isso, deixamos aqui nosso agradecimento e afirmação da importância desta política para a produção de pesquisas e permanência dos estudantes desprivilegiados dos acessos da modernidade/colonialidade.

#### Referências bibliográficas

ATY GUASU. Relatório de diligência do conselho da Aty Guasu. Disponível em: <http://atyguasu.blogspot.com/2012/03/relatorio-da-diligencia-do-conselho-da.html>. Acesso em: 08 de set. 2020.

ARANDUHÁ, Kuña. Discutindo ações para prevenção e cuidados com a vida para o bem viver entre os Guarani e Kaiowá. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/CEPEGRE/videos/1238346066558218>. Acesso em: 30 de set. 2020

BENITES, Eliel. Desafios do Teko araguyje (jeito sagrado de ser) Guarani e Kaiowá nos tempos atuais. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/NeppiUCDB/videos>. Acesso em: 01 de out. 2020.

CHAPARRO, Yan; MACIEL, Josemar. “*Como dois rios que caminham ao contrário*”: um ensaio reflexivo com os Guarani sobre o desenvolvimento. Parnaíba, PI: Terra Sem Amos, 2020

FANON, Franz. *Pele negras, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

FARIA, Lucas Luis; MARTINS, Catia Paranhos. Fronteiras coloniais, Psicologia da Libertação e desobediência indígena. *Revista para América Latina*, [s. l.], n. 33, v. 1, p. 33-42, 2020.

FARIA, Lucas Luis. *Os impactos da modernidade/colonialidade nas experiências dos Kaiowá e Guarani: saúde, violência e resistência*. 2020. Dissertação (Mestrado em Processos Psicossociais) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. Em fase de elaboração.

MARTINS, Catia Paranhos. Pela gestação de outras saúdes e incontáveis modos de ser/estar o mundo. *Revista Ñanduty*, n. 8, v. 6, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidade*. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

**Trabalho 5: Educação não-formal no Território: Um Percorso de Participação Social.**

**Autores: Alexia Castro Truppel Machado; Allan Henrique Gomes; Kécelyn Arins Macedo; Felipe Francisco de Borba.**

Resumo: Para alguns autores, quando as pessoas se organizam num conjunto de indivíduos mobilizados por uma finalidade comum, o verbo “organizar” não é exatamente o adequado. É assim para Le Bon (1980), que denomina esse agrupamento de pessoas com uma alma coletiva de multidão. Esta irá apresentar algumas características gerais, segundo o sociólogo, como a irracionalidade, a ação em detrimento do pensamento, a inconsciência dos seus atos e a ação por contágio mental dos interesses externos à vontade própria.

Embora realmente nem sempre se possa afirmar que todos que compõem um coletivo estão cientes dos propósitos estabelecidos pelo mesmo, é obtuso afirmar que esse tenha um potencial destrutivo se movendo irracionalmente. Se assim o fosse, sua organização não teria produzido tantos frutos tão bem engendrados e sistematizados aqui no Brasil, como a consolidação de um Sistema Único de Saúde, de mecanismos legais como os Conselhos e Conferências em diversas políticas públicas.

Tais conquistas não surgiram como uma sucessão “natural” dos fatos da história, ou uma concessão do governo preocupado com os interesses do povo, mas são produtos históricos de lutas constantes da comunidade. São nessas resistências que a população comprova sua potência gregária quando nos encontros das potências individuais formam um comum (BERTINI, 2014). Todavia, a conquista de uma base legal é apenas o início de uma luta que precisa ser contínua para que sua implementação se efetive. Nesse sentido, a organização da sociedade civil e sua participação na construção de um bem-viver deve ser uma inquietação. Para que esses espaços sejam ocupados com qualidade e o poder seja democratizado, os processos de educação popular devem ser qualificados e a cidadania fomentada. Caminhando nessa direção, um grupo de extensionistas adotou como objetivo promover um curso livre com potenciais lideranças, lideranças comunitárias, atores das políticas públicas, integrantes de associações e outros grupos e serviços de um bairro localizado em um município no Sul do Brasil, tematizando a questão da participação social nas suas dimensões histórica, política e comunitária. É impossível falar de participação, sem falar de democracia. Essa democracia participativa que esse projeto de curso livre propõe apostar, só se qualifica como verdadeiramente democrática, se suas funções forem mais abrangentes do que aquelas recomendadas pelos adeptos de um governo representativo, onde a participação se limita a

escolha pela via do voto de representantes nacionais que tomaram todas decisões sobre o rumo do país. As cenas relatadas de organização da sociedade civil atestam em prol da necessidade de uma participação da população, em todas as esferas da sociedade. Isso é denominado por Pateman (1992) de “sociedade participativa”. A decisão não é mais do escopo de alguns, mas de todos cidadãos. Aos que contrariam essa participação afirmando o passado do Brasil, marcado pelo clientelismo, responde-se com a proposição de Gohn (2006) de que a participação é educativa, só se aprende a participar, participando.

Para que o objetivo do curso livre se cumpra foram adotados como metodologias os seguintes recursos estéticos: músicas, poesias, fotografias, jogos, recursos audiovisuais e a construção da linha do tempo histórica do bairro. São previstos 7 encontros semanais subdivididos em quatro subtemas: História e Participação; Participação na Comunidade; Cidadania e Educação Popular e Políticas e Afetos. O curso ainda está em andamento.

A opção pelo eixo temático Participação Popular e Políticas Públicas se dá pelo contato vivenciado durante o curso com os afetos experienciados dos atores sociais do território durante a participação em espaços coletivos. Os atores expressaram sua preocupação com a criação de ações com a comunidade que primam por um “fazer com” em detrimento de um “fazer por” e que possibilitem relações outras dos moradores com seu bairro. Durante os encontros, os participantes puderam entrar em contato com os sentidos produzidos pelos atores da comunidade a respeito de democracia, pertencimento, política, cidadania, participação social e comunidade. Quando compartilhavam suas experiências com a comunidade, traziam em suas falas a alegria política dos bons encontros que teciam nas suas ações comunitárias. O curso livre Participação Social possibilitou um espaço de compartilhamento de experiências e perspectivas sobre a atuação com a comunidade. Nesses encontros puderam também construir coletivamente temas geradores que identificavam em suas práticas como emergentes para a discussão no seu território.

Tencionar a promoção de discussões sobre o tomar parte da vida política a partir da construção de espaços na comunidade equivale a primar pela construção dos sujeitos cidadãos. Isso só se concretizará se os agentes que intervêm na comunidade perceberem estes como aqueles que lutam não somente pela sua sobrevivência física, mas que contém em si uma riqueza afetiva. Sujeitos que mesmo diante de embotamentos provocados pelas vivências de humilhação social, ainda resistem e sonham com liberdade, felicidade e uma vida digna. Entendendo que a comunidade quando participa da tomada de decisões sobre sua própria vida

e a vida do coletivo e experimenta encontros potentes, pode produzir formas outras de existir (SAWAIA, 1997, 2001, 2003).

A desigualdade social, demonstra-se pela vivência diária de uma quantidade considerável de maus encontros que conduzem o sujeito a um estado denominado de sofrimento ético político. Nessa condição, há a tristeza palpável de ser obstruído de agir pela expansão do ser. Mas há também a resistência, pela via dos afetos e da emancipação social, no encontro com outros corpos na comunidade.

Abordou-se, pois, a participação social nas suas dimensões histórica, política e comunitária promovendo discussões sobre a política como um espaço das pessoas que com seus dramas particulares ao se reunirem compõem com outros corpos nas intersubjetividades participativas, podendo ser reconhecidas na sua potência de ação sobre sua realidade. A partir da proposta do curso sobre participação social os atores mobilizaram os sentidos produzidos sobre suas intervenções com a comunidade, compartilharam os afetos que os movimentam para ação política e refletiram sobre possibilidades outras de construções coletivas com o território. Expressaram suas angústias sobre como se organizar em tempos sob a égide do individualismo que esgarçam o tecido comunitário e os interesses políticos-partidários que por vezes se sobrepõem ao bem-viver nas associações do bairro mas ao mesmo tempo percebem a potência das ações coletivas desenvolvidas pela rede dos atores do território que juntos somam forças numa luta que mobiliza o perseverar na existência da comunidade. O curso pode contribuir para pensar a práxis psicossocial de enfrentamento da desigualdade, promovendo reflexões sobre os espaços de encontro onde os sujeitos se encontram para tomar parte de sua realidade e agir sobre a mesma.

## Referências

BERTINI, Fátima Maria Araujo. A vivência ético-político-afetiva na comunidade. Cadernos Espinosanos, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 81-88, jul. 2014.

BON, Gustave Le. Características gerais das multidões: lei psicológica da sua unidade mental. In: BON, Gustave Le. Psicologia das multidões. Lisboa: Pensadores Delraux, 1980. p. 10-16. Tradução de Ivone Moura Delraux.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

SAWAIA, Bader. A legitimidade subjetiva no processo de participação social na era da globalização. In: CAMINO, Leôncio et al. Estudos sobre Comportamento Político. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. Cap. 9. p. 149-160.

SAWAIA, Bader. Sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader et al. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. 6. p. 97-118

SAWAIA, Bader. Fome de Felicidade e Liberdade. In: Muitos Lugares para Aprender/ Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC – São Paulo; CENPEC /Unicef, 2003.

### **Trabalho 6: As Experiências de Violências Através da Biopolítica, Necropolítica e do Racismo como Ferramenta das Mortes Simbólicas.**

**Autor: Richard Santos.**

Resumo: Dentro da tradição filosófica dos saberes e das epistemologias, esquizoanálise faz análises da micropolítica nos trabalhos e nas relações de poder. Esta epistemologia apresenta uma leitura das relações institucionais, político sociais, familiares, entre outras relações.

Foucault (2016) desenvolve uma teoria que busca compreender o poder e suas formas nas relações, a partir dela acreditamos que existem mecanismos distintos de produção da exclusão do corpo negro na sociedade. Pensando nisso, o Biopoder é uma forma encontrada pelo Estado de dizer quem merece viver e quem merece morrer.

A partir deste prisma teórico, compreendemos que as relações de poder se estabelecem nas esferas sociais, adaptando-se aos poderes institucionais que refletem na gestão da vida, no controle dos corpos e nas relações. Esse fenômeno sugere alguma correspondência ao olhar o sujeito, o ser vivo e o movimento das estruturas conservadoras, no qual traz opressão perturbante aos sujeitos. Foucault (2016) e Mbembe (2018) dizem que isso se caracteriza na reprodução e nos processos de manutenção de privilégios e no poder através das políticas de morte.

Utilizaremos este referencial teórico para compreender a trajetória de violências do estudante negro, a partir de um relato de uma experiência informal em uma universidade em São Paulo.

Chamou nossa atenção uma live de uma universidade, realizada durante a pandemia, com quatro expositores e uma mediadora, dentre eles, quatro brancos e um negro. Os palestrantes discutiam sobre questões raciais e a psicologia. Em um determinado momento da live, a mediadora transmite para o palestrante universitário negro uma pergunta do público: O cancelamento de pessoas brancas pelo identitarismo negro é algo justo? Ele respondeu argumentando que:

Eu acredito que nenhuma pessoa deveria ser cancelada. Porém, eu estou em uma live que só tem eu enquanto negro. Ou seja, quando eu estou no movimento negro eu tenho que dizer que existem pessoas brancas que fecham [compactuam] com a luta. Entretanto, quando eu estou no meio de pessoas brancas eu tenho que dizer que existem pessoas negras que precisam ser vistas. O que eu quero dizer com isso é que existe um cancelamento histórico da população negra. E que a branquitude não está fazendo o seu papel como deveria estar fazendo. Por fim, quando eu terminar a minha tese, eu vou ser a pessoa que vou levar o nome da instituição que me humilha.

Desperta-nos nesta fala a manifestação do racismo estrutural, principalmente por ter 4 pessoas brancas e apenas uma pessoa negra nesta live. Concordando com Almeida (2018, p. 36), são as condições alimentadas socialmente que buscam garantir a ordem social vigente, dessa forma a pouca presença de pessoas negras nos espaços de visibilidade garantem a ordem social, que é gestão dos poderes e privilégio na mão dos setores hegemônicos. Além disso, na frase “existe um cancelamento histórico da população negra” o estudante reforça-nos que há um racismo estrutural, onde pessoas negras são excluídas historicamente como ocorrido na escravidão e na democracia, esse é o “cancelamento” apontado pelo estudante, pois essa exclusão dos negros permite que o racismo se modifica, adapta-se e atua durante séculos.

Na frase expressa pelo aluno “eu vou ser a pessoas que vou levar o nome da instituição que me humilha” identificamos racismo institucional vivido por ele da seguinte forma: o fato de viver à condição de estudante e negro possibilita que a instituição universitária possa racializar esse corpo, transformando-o em um destinatário das humilhações e violências. Almeida (2018, p. 29) afirma que o racismo trabalha o funcionamento das instituições que atuam em favorecimento e vantagens da branquitude, ou seja, a humilhação promovida pela própria instituição tem um caráter racial para o estabelecimento do racismo institucional em cima desse aluno.



Constatamos o racismo individual ou interpessoal na seguinte frase, “Entretanto, quando eu estou no meio de pessoas brancas eu tenho que dizer que existem pessoas negras que precisam ser vistas”. O estudante aponta que pessoas brancas consciente ou inocentemente não conseguem enxergar pessoas negras, ignorando nas relações direta a existência de pessoas negras.

A busca pela compressão do poder deve se dar a partir das existentes relações de poder, na sociedade, nas instituições e nas pessoas, onde alguns detém o poder (opressores) e outros são atravessados por esses poderes (oprimidos), ser negro no Brasil, é a Forma que o Estado encontra para praticar opressão, objetificando e eliminando negros, por isso que o racismo é um importante instrumento do biopoder.

Essa ideia parte de quais são os sujeitos que merecem viver e quais sujeitos merecem morrer. Quando Foucault diz que as vidas dos indivíduos estão ao desejo de poder soberano, ele evidencia processos de mortificação, desta maneira o racismo como instrumento de poder, produz a redução do outro, o negro. Portanto, para Foucault (2016) a execução de poder, transita e adapta-se a qualquer cotidiano social sem limitação. Essa sujeição/opressão, mediante o racismo, é feita por mecanismos quase que imperceptíveis, mas de potencialidade avassaladora, apontam Foucault e Mbembe.

Quando o corpo negro entra em contato com algum aparelho do Estado, neste caso as universidades, ele vive o constante confronto com a morte, mediante o racismo e a buscar pela sobrevivência. Quando falamos de morte não estamos nos referindo apenas a morte literal do sujeito através do genocídio. Mas estamos nos referindo também a morte simbólica que opera pelo silenciamento, preconceito, invisibilidade, entre outras.

Portanto essa construção permite que os sujeitos negros fiquem na exclusão, morte e subalternidade, isso quer dizer que mesmo que os negros estejam em lugares de poder como a universidade, o racismo funciona para colocação deles em espaços de exclusão e sujeição que resultam em mortes, sejam simbólicas ou literais. Essas expressões ocorrem desde o uso de autores europeus, não legitimando outros conhecimentos do mundo e de outros povos, abrindo um campo onde privilégio institucional, busca apenas reconhecer como conhecimento o que foi produzido pela branquitude historicamente, travando a mobilidade das pessoas negras no ambiente acadêmico já que o conhecimento produzido pelos negros africanos por exemplo, é colocado como inferior perante um conhecimento alemão, francês etc.

Referência Bibliográficas:

ALMEIDA, Silvio. O Que é Racismo Estrutural. 1º edição. Belo Horizonte: letramento. 2018.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. 2º edição. São Paulo: Martins Fontes. 2016

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3º edição. São Paulo: N-1 edições, 2018.

## **Sessão Temática 2: Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento: teoria e práxis**

### **Sala 1**

#### **Apresentação da coordenadora**

Num sábado gelado, na cidade de São Paulo, e em outras localidades do mundo, encontramos-nos por meio das telas para tratar de práticas e afetos que nos vem desafiando cotidianamente na luta incessante pela sociedade que está por vir, onde ninguém mais terá que se humilhar para ter o que comer e onde morar e na qual a solidariedade e o amor sejam os princípios afetivos que trazem para os corpos dos povos massacrados e vivos, a realidade que merecem ter: digna, potente, justa.

Esta roda de conversa, realizada no dia 31/10, às 14 horas, contou com a participação do debatedor externo, companheiro latino-americano Bruno Simões. Foram apresentados seis trabalhos no formato de comunicação oral, havendo, entre eles, a confluência de duas problemáticas: o racismo contra povos originários e contra o povo negro. Ressalta-se ainda que esta sala incluía trabalhos de países diferentes: Brasil, Costa Rica, Colômbia, Peru e Portugal. Desta feita, abrimo-nos, de imediato, para a riqueza, complexidade e inspirações para saídas possíveis de lugares de servidão e heteronomia. Essas pessoas, inspiradas pela luz trazida pela professora Bader com seu ensinamento de um sofrimento ético-político, nos mostraram, nos seus diferentes territórios, realidades que evidenciam a exploração ancestral, colonizadora e brutal dos donos do dinheiro. Odair e Ana Flávia, com um trabalho denso e organizado, recolheram, dentre 65 rodas de conversa com crianças quilombolas, detalhes vividos nos corpos memoriosos daquelas e daqueles que tem que lidar, diariamente, com a invasão de uma lógica que se diz bela para atacar, matar, e coibir a beleza negra. Maria Elis expõe a crueldade com a qual os livros didáticos retratam a memória, a cultura e a luta dos povos indígenas, mesmo após a promulgação da lei 10.639/2003. Helga Arroyo, nitidamente implicada e potente, retrata três experiências de lutas comunitárias na Costa Rica. Fala-nos de como a água, bem comum, é fonte de vida e de morte. De luta e de ganância. E, por isso, mesmo, de vontade de potência. Marcos, por meio de anos de pesquisa e militância, traduz em seu corpo político e inquieto, como a educação reitera, executa e impõe uma tradição branca, colonial ao povo negro.

Victor nos conta sobre o processo de escravização de corpo indígenas nos andes colombianos, mas mostra também que em meio ao terror e à opressão, a resistência vive e cria, com luta coletiva, o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), em 1977, uma organização com a missão de recuperar a terra e fortalecer a cultura.

Iclicia e Marcelo retratam, junto à Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra em SC, o esforço de manter viva a revolta e não silenciar as injustiças que acometem essa população.

Dentre as pesquisas apresentadas, não por acaso, foi possível identificar a presença do conceito de necropolítica em grande parte delas. Morte, violência, opressão. Mas, por sorte ou por batalha, a história nos aponta que nem sempre foi assim. E que o tempo, esse abstrato imaginativo, pode produzir muito mais que misérias: pode transformar medo em esperança e tristeza em alegria.

Para me referir, finalmente, àquilo que encontramos de comum nesses trabalhos, recorro ao nosso filósofo-guia, que nos orienta na busca inevitável, dura e porventura, libertadora, da alegria. Pois, para Espinosa:

[...] quem deseja ajudar os outros [...] falará longamente sobre a virtude ou potência humana e sobre o meio pelo qual ela pode ser aperfeiçoada, a fim de que os homens se esforcem, assim, o quanto puderem, por viver segundo os preceitos da razão, movidos não pelo medo ou pela aversão, mas apenas pelo afeto da alegria (ESPINOSA, E IV, Apêndice, Capítulo 25).

Coordenadora: Lívia Maria Camilo dos Santos.

Debatedor: Bruno Simões

### **Trabalho 1: Escolha profissional de jovens e (anti)racismo: caminhos em construção.**

**Autor: Marcos Antonio Batista da Silva.**

Resumo: A presente comunicação é resultado de discussões de oficinas realizadas com jovens portugueses, de escolas públicas, do ensino secundário, como atividade de extensão do projeto O CES Vai à Escola, (CVE), da Universidade de Coimbra, com colaboração do projeto POLITICS, realizadas em 2019 em Portugal. Discutimos nas oficinas sobre o imaginário, e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões, cursos e de universidades.

Partimos da hipótese de que nas sociedades contemporâneas, o racismo institucional, e as desigualdades sociais afetam diretamente as trajetórias e oportunidades na vida dos jovens, sobretudo de grupos de jovens racializados. Os resultados indicaram que a escola pode ser um espaço mediador capaz de auxiliar os jovens na reflexão de um projeto de vida adulta, e ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que vivem.

Palavras-chave: Juventude. Desigualdades Sociais. Escolha Profissional. Antirracismo. Escola.

### **O olhar ....**

Trabalhar um projeto de vida adulta com jovens, propicia ao pesquisador revisitar sua própria história, repensar suas metas e desafios. Há diferentes concepções no que se refere ao próprio “objeto” ora em estudo, o jovem e a análise da diversidade sociocultural que os envolvem. Compartilhamos das reflexões de Abramo & Leon (2005, p.6), que juventude é “[...] uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração [...], mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade”. Inicialmente, compreendemos que quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais os estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas e, conseqüentemente, quanto mais incitados, mais serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora frente à realidade (Freire, 2007). Segundo, por estudar a juventude e alguns fatores que acontecem neste período, como por exemplo, o processo de escolhas profissionais (Bock, 2007; Souza, 2014). Terceiro, por ressaltarmos a iniciativa da ONU no que se refere a Década Internacional de Afrodescendentes (2015.2024). Assim perguntamos: as escolas são lugares em que é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar com jovens estudantes sobre os processos que envolvem a “escolha” de uma profissão? Como as instituições se relacionam com a presença de pessoas racializadas (negros, indígenas, “ciganos”) em diferentes posições e esferas de poder e influência? Quais as esferas e trabalhos onde é expectável ter pessoas racializadas? Como os estudantes imaginam o espaço universitário: perfil dos alunos/professores? Responder tais questões e equacioná-las, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio, se realiza sem que os jovens contem com espaços mediadores, capazes de auxiliá-los na reflexão sobre seus desejos e visões de mundo e, ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que estão vivendo. Desse modo propomos nas oficinas realizadas no âmbito do projeto CVE , uma discussão sobre o imaginário

e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões; o curso e a profissão escolhida; a inserção e/ou permanência na universidade.

### **Os caminhos...**

O trabalho (oficinas) foi orientado pelo referencial teórico-metodológico da teoria crítica de raça e racismo (Almeida, 2019; Werneck, 2016). Compreendemos que a discussão sobre o racismo institucional permite uma melhor percepção acerca dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades étnico-raciais. Apontamos que para sua desconstrução, é necessário à implementação de políticas públicas, bem como seu monitoramento e avaliação (Werneck, 2016). Outros estudos complementaram os debates, a saber: os estudos sobre juventude (Roldão, 2015; Souza, 2014); do campo da Educação (Freire, 2007); da Psicologia Social (Sawaia, 1999). Roldão (2015), ao investigar trajetórias escolares de jovens, em particular de jovens das classes populares e descendentes de africanos em Portugal, como forma de contribuição para o entendimento das desigualdades sociais perante a escola, assinala que as trajetórias destes jovens estudantes, “são, portanto, construídos muitas vezes de forma descontínua (interrupções, desistências prolongadas, várias mudanças de escola e de curso), [...], mas sobretudo por imperativos económicos das famílias” (p.297). A autora chama atenção para a importância e necessidade de apoios financeiros escolares, e de mecanismos de informação, orientação e acompanhamento escolar contínuo e centrados nos projetos de vida dos jovens, além de respostas institucionais que favoreçam a conciliação das diferentes esferas de vida (Roldão, 2015).

### **Finalizando...**

Compreendemos que a trajetória profissional de jovens racializados, com raras exceções, muitas vezes, se apresenta mais como resultado da luta cotidiana e de sofrimento, do que de uma escolha individual, como apreendemos nas discussões de Bader Sawaia (1999) sobre o conceito de sofrimento ético-político, “[...]o sofrimento demarcado não é um sofrimento de ordem individual, [...], mas um tipo de sofrimento determinado exclusivamente pela situação social da pessoa, impedindo-a de lutar contra os cerceamentos sociais, como bem assinalou Bertini (2004, p.62). Segundo, que as trajetórias de jovens racializados, são atravessadas pelo racismo em algum momento de seu percurso, o que reforça a necessidade de uma educação antirracista nas sociedades contemporâneas. A convivência com os jovens foi pautada na construção de vínculos, e viabilizou a percepção de contradições pessoais e grupais, indicando

novos olhares e novos caminhos no momento da “escolha” profissional. O resultado da oficina indicou que a escola pode ser um espaço mediador capaz de auxiliar os jovens na reflexão de um projeto de vida adulta, e ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que vivem.

#### Referências Bibliográficas

- Abramo, Helena W., e Oscar Dávila LEÓN, 2005, *Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais*. São Paulo, Ação Educativa.
- Almeida, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, Polén.
- Bertini, Fatima Maria Araujo. (2014). Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe2), 60-69.
- Bock, Ana Mercês Bahia. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 63-76.
- Freire, Paulo. (2007). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Roldão, Cristina. (2015). Fatores e perfis de sucesso escolar “inesperado”: trajetórias de contratendência de jovens das classes populares e de origem africana. (Tese de doutorado). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.
- Sawaia, Bader. B. (Org.). (1999). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Souza, Raquel. (2014). *Guia Tô no Rumo - Jovens e escolha profissional: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa.
- Werneck, Jurema. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549.

#### **Trabalho 2: Histórias E Culturas Indígenas Nos Livros Didáticos De Língua Portuguesa.**

**Autora: Maria Elis Nunc-Nfônro. Blumenau, SC - mariaelisacs@gmail.com**

Palavras-chaves: Lei 11.645/2008. Livro didático. Ensino de Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Blumenau (SC).

Resumo: A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede

de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio. Consequentemente, essa temática aparece também no livro didático, uma vez que ele é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa observou o tópico História e Culturas indígenas. Nesse sentido, o presente estudo buscou investigar se essa Lei está sendo abordada e como isso está ocorrendo nos livros didáticos de português. O corpus de análise foi constituído por livros didáticos de português, destinados às turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, adotados pelo município de Blumenau, para os anos de 2020 a 2023. A problemática é o cumprimento da lei 11.645/2008. Como e se esta lei está sendo cumprida na abordagem dos livros didáticos de Língua portuguesa (ensino fundamental 2 - 6º ao 9º ano). Assim, faz-se necessário observar se os textos são escritos por indígenas e se há, nas atividades de interpretação desses textos, a valorização da cultura dos povos originários, e de que forma os textos aparecem, em especial, questionar se aparecem apenas como instrumento para aplicação de ensino de normas gramaticais e observar no manual dos professores o suporte ao professor para trabalhar a temática.

A escolha por trabalhar com livros aprovados pelo PNLD, após uma década da implantação da referida lei, foi feita, sobretudo, com vistas a observar os avanços no que diz respeito à abordagem da temática da cultura e história indígena. Ao observar o cumprimento da lei 11.645/2008 e as histórias e culturas indígenas nos livros didáticos, apresentando um panorama dos livros selecionados; a pesquisa buscou analisar se houve quebra no silenciamento histórico imposto aos povos indígenas no Brasil (ORLANDI, 1990 e 2007) ou se os livros mantêm tal silenciamento, que trataremos aqui como Censura (Idem).

Na proposta de analisar o cumprimento da Lei 11.645/2008 no suporte livro didático, a autora, que é indígena Laklãnõ Xokleng e professora de Língua Portuguesa efetiva na Rede Municipal de Blumenau, fez um levantamento dos LD de Língua Portuguesa utilizados em 37 escolas municipais de Blumenau. Esse número corresponde a todas as escolas de Blumenau que atendem o ensino fundamental 2- 6º ao 9º ano, assim, tivemos o mapeamento completo da rede municipal de Blumenau. Ao analisar os textos e as sequências didáticas apresentadas nos livros, sob a ótica indígena, neste caso da autora da pesquisa, e da legislação, foi possível traçar um parâmetro entre a voz e o silenciamento indígena nos discursos dos livros didáticos analisados



e visualizar como se dá a representatividade dos povos indígenas e suas diversidades nos manuais didáticos.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essas seis coleções correspondem à escolha de trinta e sete escolas da rede municipal de Blumenau conforme o quadro:

37 Escolas	Geração Alpha	Conexão e uso	Se liga na língua	Tecendo linguagens	Singular e Plural	Apoema
TOTAL	13*	10*	06*	04*	03*	01*

Tabela elaborada com informações coletadas pela autora.

\*Quantidade de escolas que adotou cada coleção de livros didáticos de LP para uso nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

Dos 24 livros analisados, que compõe as 6 coleções observadas, foram encontradas 34 referências ao tema indígena, entretanto apenas 9 fazem um desdobramento sobre ou sugerem que o professor o faça.

### Discussão dos resultados

Do material localizado nos LD da pesquisa, foram encontrados poucos avanços em comparação ao total silenciamento que se observou em períodos passados no tratamento dado à temática indígena e à diversidade cultural em alguns dos referidos livros; no caso, a veiculação de informações mais atualizadas, mais próximas da realidade, ou o uso do conceito de cultura. A temática em questão gera desdobramentos e merece ser tratada com cuidado e com todo respeito. Entretanto, o que gera preocupação é a escassez na abordagem do tema nos LD, concentrando uma quantidade muito inferior dentre as temáticas gerais dos livros, além de que, nessa quantidade, uma parcela demonstra o que Orlandi (1990) explica como uma das formas do silenciamento, que é o impedimento da fala, neste caso, dos índios; parte dos textos traz

outras pessoas falando sobre o indígena; além de informações equivocadas (falta de literatura indígena ou número de línguas indígenas o descobrimento).

Dos pontos de estudo de Orlandi, outra questão a ser apontada nos LD é o silêncio enquanto impedimento de formação de identidade. Por diversas vezes, os manuais tratam, nos temas/assuntos e gêneros abordados, situações de origem indígenas ou de grande contribuição, nas áreas da linguagem e literatura; porém não há qualquer alusão aos povos originários no LD. Só o que temos é um silêncio, e este significa.

Ainda na política do silêncio, nas formações discursivas do nível: 1- a política do silêncio geral: o que é preciso não dizer para poder dizer; nos manuais dos LD não se diz sobre as histórias e culturas indígenas e sua forte e significativa influência na formação cultural e lingüística da nação brasileira, ao ponto que o dizer sobre a cultura branca, eurocêntrica, não se cala. Os livros didáticos replicam e favorecem outras culturas em seus discursos, em cenários onde o ensino das histórias e culturas indígenas seriam indispensáveis e fundamentais para formação histórica e cultural dos estudantes.

Sob a ótica do discurso, o não dizer da voz indígena nos LD, significa silenciamento, apagamento. Assim, nos LD, a persistência na dominância dizer eurocêntrico significa silenciamento às outras culturas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora exista, mesmo que escassamente, a referência à temática da história e cultura indígena, esta ocorreu de maneira superficial na maior parte dos textos. Isso aponta que os povos indígenas são representados de maneira equivocada e superficial, na medida em que são desconsiderados seus aspectos culturais e históricos que muito contribuiram para a formação de nossa sociedade atual.

Desta forma, constatou-se que, mesmo após a promulgação da lei 11.645/08, é mínima a abordagem de temáticas relacionadas à história e cultura indígena, pois quando o referido assunto foi mencionado, trouxe à tona a premissa defendida por Orlandi (2007).

Assim, a Lei 11.645/08 é abordada de forma insatisfatória, mas permite que os livros sejam aprovados pelo PNL. É preciso lembrar que, nesse caso, o objetivo legal não é cumprido,

uma vez que o intercâmbio cultural é comprometido em virtude da maneira como é abordada a temática nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental.

Considerando que Blumenau foi fundada em território indígena, e do modo como a temática indígena é tratada na maioria desses livros, podemos chegar à conclusão de que, além de desconhecer a história do município quanto à presença indígena no passado e atual, se estes alunos, para os quais os livros didáticos são destinados, não passarem por alguma vivência concreta envolvendo os povos indígenas ou não entrarem em contato com informações precisas a seu respeito, continuarão, por um bom tempo, acreditando que “índios” são personagens de um passado distante, que os povos indígenas existiram num tempo remoto, em grande quantidade, todavia, atualmente, estão em vias de extinção.

Há a possibilidade, por meio da temática indígena, de educar para a tolerância e o respeito às diferenças, inclusive as diferenças étnicas e culturais, e contribuir com o combate ao preconceito e à discriminação. Entretanto, após a análise dos livros didáticos realizada, é notório que, de fato, ainda são necessárias mudanças significativas na forma de tratar os diversos povos indígenas do Brasil nos manuais didáticos, a fim de garantir a importância de trabalhar mais e melhor a presença do indígena no processo histórico, identitário e cultural, para que em algum momento da nossa história, alcancemos a tão almejada igualdade social. Mas para que isso aconteça é preciso que haja uma reflexão sobre o silêncio do não dito discursivamente.

Para o antropólogo Spensy Pimentel (2012), “é preciso falar sobre os indígenas segundo o que eles mesmos dizem ou escrevem”.

## REFERÊNCIAS

ORLANDI, Eni. Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

PIMENTEL, Spensy. O índio que mora na nossa cabeça. Prumo, 2012.

### **Trabalho 3:Recuperar la tierra: experiencia de El Triunfo, Los Chiles de Alajuela, Costa Rica**

**Por: MSc. Dylanna Rodríguez Muñoz**

**Socióloga**

**Docente e investigadora**

**Universidad de Costa Rica**

#### **Resumen**

La década de los ochenta fue para Costa Rica un escenario de profunda crisis económica, siendo el sector campesino sumamente afectado debido a las transformaciones estructurales de la economía. Para esa época, se generó una oleada de tomas de tierra por todo el país, frente a la puesta en marcha de políticas estatales financiadas por la Agencia Internacional para el Desarrollo (AID), muchas de las personas que realizaron estas tomas de tierra, fueron migrantes principalmente nicaragüenses quienes salían de su país ante el escenario de conflicto armado que para ese momento estaba sumamente álgido y que colocaba a la región centroamericana en un capo de fuertes disputas.

La ponencia se enmarca en la investigación *Recuperación de la memoria histórica del proceso de lucha por la tierra en El Triunfo, Los Chiles, Alajuela (2011-2016)* realizada por mi persona y José Pablo Hernández, para optar por el grado de Licenciatura en Sociología y Psicología, respectivamente. El proceso investigativo, tuvo como propósito apoyar las dinámicas organizativas y participativas, se llevó a cabo a través de una Investigación-Acción-Participativa (IAP) y desde la propuesta política- pedagógica de la Educación Popular (EP). En cuanto al procedimiento metodológico se realizó una Sistematización de experiencias.

**Palabras clave:** recuperación de tierra, violencias, sufrimiento ético político, institucionalidad, identidades.

#### **II. ¡Tierra para trabajar y vivir!**

En la investigación, Hernández y Rodríguez (2016) sistematizan el proceso de lucha por la tierra en la comunidad El Triunfo en Los Chiles de Alajuela -comunidad transfronteriza entre Costa Rica y Nicaragua-, en el cual un grupo de familias campesinas nicaragüenses y costarricenses, realizaron un proceso de recuperación de tierra en una finca de aproximadamente 360 hectáreas, perteneciente a empresarios holandeses y que era arrendada

en ese momento, por un productor local de granos básicos (maíz, frijoles) y tubérculos (yuca, ñampí).

Ese proceso de recuperación, inició antes de la toma propiamente, pues implicó una organización previa que nació como iniciativa de un par de campesinos y se extendió a muchas familias que, como ellos, tenían el mismo problema: falta de tierra.

*“El reconocimiento por parte de este grupo de familias en su condición de ser campesinas y campesinos sin tierra, y de la falta de respuesta estatal ante sus demandas es lo que conllevó a la primera etapa organizativa, como una forma de encontrar soluciones colectivas a sus necesidades” (Hernández y Rodríguez, 2016, p. 126).*

Ingresar a la finca marcó el inicio de proceso de recuperación y lucha, permitiendo la construcción de una comunidad, y en la que, gracias a la presión de la organización, el Instituto de Desarrollo Rural (INDER) debió intervenir (Hernández y Rodríguez, 2016). Fueron seis desalojos violentos los que estas familias enfrentaron, los cuales implicaron agresión física con armas de fuego y gases lacrimógenos contra las personas recuperantes, destrucción de cultivos y champas, contaminación de pozos de agua y amenazas de muerte. Todo ello, orquestado entre instituciones estatales e intereses privados, incluso, estos desalojos finalizan con la publicación de un audio en el que un Subteniente de la Fuerza Pública, instruye a oficiales de seguridad privada –contratados por el arrendatario-, para que disparen directamente a la cabeza de las personas campesinas.

Luego de evidenciar que la violencia era ejercida desde las estructuras de poder y tras fuertes medidas de presión por parte de las familias recuperantes, el Estado asumió –a medias- el caso e inició un proceso de expropiación para la dotación de tierras, que también fue violento pues mediante el proceso de selección de “familias clasificables a una parcela”, se transgredió la vida de las mujeres, se cuestionó su ser campesinas, se solicitaban requisitos absurdos como por ejemplo, facturas de compras agrícolas de hacía 10 años, solo por mencionar algunos. Esto hizo que incluso muchas familias, ante la desesperación y la incertidumbre decidieran abandonar su lucha y muriera la esperanza, es decir, se sumieran en aquello que Sawaia (2009), ha identificado como sufrimiento ético-político, que no solo pasa por un sentido económico de exclusión social sino de deslegitimación.

### **III. Reflexiones**

A partir de la investigación, se puede analizar esta experiencia desde dos formas de violencias, por un lado, las que se reproducen a través de la institucionalidad y por otro lado, las violencias manifiestas que agreden y reprimen directamente a los cuerpos, eso último a partir de una construcción del “otro” que justifica la violencia: el terrorista, el invasor. Como argumenta Martín-Baró (1990), el deshumanizar al otro, convirtiéndolo en el enemigo, no es otra cosa que la manera en que un grupo justifica el uso de la violencia represiva hacia quién considera amenaza para sus intereses.

Las múltiples violencias implican en esos sujetos, rasgos de lo que hemos posicionado como daño psicosocial, ya que elementos como el miedo, la incertidumbre, la inseguridad y las alteraciones de los tejidos sociales materiales y simbólicos, están presentes en esta experiencia. El Triunfo es una comunidad de identidades construidas, sustentadas en biografías comunes o cercanas, con condiciones de vida excluyentes, con procesos migratorios y sentido de pertenencia a la cultura campesina; donde el proceso de recuperación de tierra ha sido el nudo articulador.

Referencias:

DOBLES, Ignacio; RODRÍGUEZ, Dylanna. Daño psicosocial: conceptualización y praxis. Manuscrito inédito. Archivo de Microsoft Word, 2019.

HERNÁNDEZ, José; RODRIGUEZ, Dylanna. Recuperación del proceso de lucha por la tierra en la comunidad El Triunfo, Los Chiles, Alajuela (2011-2016). Trabajo final de graduación para optar por el grado de Licenciatura. Universidad de Costa Rica, 2016.

SAWAIA, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Revista Psicologia Social, 21 (3), 2019.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Psicología Social de la Guerra: trauma y terapia. UCA Editores: San Salvador, 1990

#### **Trabalho 4: Apontamentos Sobre O Racismo Contra Povos Indígenas No Brasil E A Necropolítica.**

**Autores: Iclícia Viana; Marcelo Bruniere.**

Resumo: É possível identificar as práticas racistas na formação estrutural do Brasil desde o período colonial. A escravidão indígena, por exemplo, é um fato histórico invisibilizado nos

discursos atuais sobre racismo estrutural, mas sua existência é documentada e fundamental para compreensão das desigualdades étnico raciais que os diferentes povos originários enfrentam na sociedade.

Em solo brasileiro, a escravidão ocorreu inicialmente nos primeiros anos da colonização europeia, em meados do século XVI. Segundo John Monteiro (1994), os grupos indígenas que resistiam ao projeto europeu, sofriam ataques e, se presos, eram vendidos ou distribuídos como escravos. É importante salientar que havia entre tais povos práticas de manter cativos inimigos de conflitos, mas isso se diferenciava da prática de escravizar: lógica que colonizadores praticaram por seguidas décadas.

Na constituição do país como estado nação verificamos diferentes elementos que apontam para o engendramento de discursos e práticas que mantêm o racismo estrutural contra tais populações, tais como o integracionismo; assimilacionismo; aculturação; tutela, entre outros. Segundo Mbembe (2018), a edificação do estado moderno de direito nas colônias decorreu paralelamente à constituição espacial dos cativéis escravagistas, nos quais o estado de exceção operou como forma de soberania, uma política de morte que funciona na base da máquina governamental.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de geografia Estatística (IBGE) de 2010, existem no Brasil 305 etnias e 274 línguas indígenas, sendo um total de 896 mil pessoas, que representa 0,4% da população total brasileira. Os Povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 342,8 mil, e o menor no Sul, 78,8 mil. Do total de indígenas no país, 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras, ou seja, 36,2% do total de indígenas estão no contexto urbano, fora da aldeia (Viana, 2017).

Somente em 1988, a constituição federal garantiu o direito à cidadania aos indígenas, respeitando e valorizando suas especificidades e usufruto das terras (mesmo que de forma parcial). A tutela jurídica, perspectiva jurídica que colocava indígenas como pessoas em processo de “civilização” e sob proteção do Estado, deixou de existir legalmente com as conquistas do processo da constituinte na década de 1988, protagonizada pelos movimentos indígenas e indigenistas (Brighenti e Nötzold, 2011). Foi na constituinte também que o movimento indígena venceu o texto proposto que não considerava o indígena em contexto urbano, como tal. Apesar dos avanços, verifica-se na prática um “fantasma da tutela” no cotidiano das instituições (Baniwa, 2012).

Segundo o filósofo e jurista Silvio Almeida, “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas

conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018b, p. 32). Pode manifestar-se a nível individual, quando ocorre entre relações interpessoais e subjetividades; institucionalmente, quando as instituições conferem desvantagens e privilégios a grupos raciais ou ainda, o racismo pode ser pensado estruturalmente, identificado na produção social de hierarquias que respondem a padrões raciais. A racialização é, por sua vez, prática discursiva criada para justificar a violência na passagem das colônias para o estado de direito (Quijano, 1992, 1999; Banton, 2010).

O racismo contra os povos indígenas também se revela em suas diferentes facetas: desde aquele interpessoal que ora objetifica como sujeitos mansos a serem tutelados, ora como selvagens a serem civilizados passando pelo racismo institucional que produz barreiras para a igualdade de oportunidades nas instituições até o racismo estrutural que mantém historicamente estas desigualdades e violências. Afinal, os mais de 300 povos no Brasil não são discriminados em sua condição étnica (como Guarani, Kaingang ou Xokleng): sofrem na verdade, por conta da ideia genérica e inferiorizante de “índio”, uma ideia de raça que só faz sentido quando verificada a concretude do racismo. Portanto, socialmente são parte de diferentes e diversos grupos étnicos e sofrem racialmente por conta da existência do racismo na estrutura social. O racismo estrutural é fundamental na manutenção da necropolítica, produzindo um campo de invisibilidade/estereotipia das populações racializadas e possibilitando que esses corpos sejam descartados de maneira naturalizada pela sociedade em geral (Mbembe, 2018).

Verificamos que o debate sobre o racismo estrutural, institucional e interpessoal enfim ganhou maior atenção da sociedade brasileira, especialmente no que se refere às desigualdades e violências que vivem as populações negras e sobre o lugar da branquitude na manutenção do racismo. Chama atenção, no entanto, como o racismo contra povos indígenas tem sido visibilizado. É possível encontrar nos mais diferentes contextos, exemplos da manutenção cotidiana do racismo contra indígenas, como no contexto da pandemia do COVID 19, onde as problemáticas cotidianas foram ressaltadas.

A partir da análise documental sobre o tema em correlação com o trabalho realizado enquanto Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra em SC, este trabalho objetiva apontar para o engendramento sócio e histórico do racismo contra as populações indígenas que vivem neste território chamado Brasil, a partir da necropolítica, apontando para situações cotidianas que reproduzem (in)visibilidade ao tema.

Palavras chave: Racismo; Necropolítica; Povos indígenas.



## Referências Bibliográficas

Almeida, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

Baniwa, G. A (2012). A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. in Constituições Nacionais e povos Indígenas. Ramos, A. (org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 206-227

Banton, Michael. (2010). A Racialização do Ocidente; A Racialização do Mundo. In: A Ideia de Raça. Lisboa: Edições 70.

Brighenti, Clovis; Nötzold, Ana L.V (2011). Movimento indígena brasileiro na década de 1970: construção de bases para rompimento da invisibilidade étnica e social. In: Scherer-Warren, I; Lüchman, L.H. (Org.). Movimentos sociais e participação: abordagens e experiência no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora UFSC, p. 37 -58.

Viana, I. (2017). Entre Fronteiras: Re-existência Laklãnõ Xokleng em uma universidade pública. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

Mbembe, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

John Manuel Monteiro. Negros da terra -índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994, 300pp

Quijano, A. (1992) Colonialidade e Modernidade/racionalidade. *Perú Indígena*, 13(29): 11-20.

Quijano, A. (1999) ¡Que tal raza! In: *Ecuador Debate. Etnicidades e identificaciones*, Quito: CAAP, (no. 48, diciembre): pp. 141-152.

## **Trabalho 5: Afetividade E A Constituição Do Comum Para O Enfrentamento Do Racismo No Contexto Escolar: Vivências De Crianças E Jovens Quilombolas.**

**Autores: Ana Flávia de Sales Costa; Odair José Câmara Edmundo.**

Resumo: O presente artigo originou-se de uma pesquisa de doutoramento em curso, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da XXX e objetivou compreender as relações entre o afeto e o comum para a ampliação da potência política de crianças e jovens da comunidade quilombola. A psicologia sócio-histórica foi o referencial teórico adotado, através das

categorias afeto, comum e política, tendo Vigotski, Espinosa e Sawaia como autores principais. A metodologia foi a pesquisa-intervenção psicossocial na qual foram analisadas 65 rodas de conversa com crianças e jovens entre 07 e 18 anos. A escola mostrou-se como um espaço em que práticas racistas são vivenciadas pelas crianças e pelos jovens quilombolas quando saem da comunidade para estudar na zona urbana, causando sofrimento ético-político. Este contexto, além de representar um ambiente de reprodução do racismo, também se mostra como possibilidade de seu enfrentamento através da afetividade e da constituição do comum.

**Objetivos:** Compreender as relações entre afeto e comum para a ampliação da potência política de crianças e jovens da comunidade quilombola. Analisar como os afetos que se conectam para a constituição do comum. Co-construir intervenções com os sujeitos da pesquisa a fim de ampliar a potência política de enfrentamento ao racismo.

**Metodologia:** A pesquisa-intervenção psicossocial ocorreu entre novembro de 2017 e novembro de 2019, através de 65 rodas de conversa, com 15 crianças e jovens entre sete (idade no início do processo) e 18 anos de uma comunidade quilombola. Foi criado um grupo denominado pelas/os participantes de Bate Papo de 3ª, em referência ao dia da semana dos encontros e ao método dialógico utilizado. A intervenção seguiu os princípios da Análise Institucional (Lourau, 1993, 1995), buscando compreender a relação entre instituído e instituinte, as possibilidades de invenção e os atravessamentos, surgidos nas múltiplas afetações geradas pelo processo grupal.

### **Resultados e Considerações Finais:**

O racismo estrutural está introjetado culturalmente e é perpetuado nas práticas institucionais e profissionais, sendo de difícil enfrentamento. A compreensão do espaço escolar demonstrou que as crianças e as/os jovens negras/os são afetadas/os, em seu cotidiano, por valores, crenças e padrões que tendem a provocar a perda da potencialidade de reconhecimento e pertencimento racial, provocando o deslocamento para o campo das paixões tristes e a diminuição de sua potência de ação.

Outra questão importante refere-se à compreensão da escola e das relações sociais nela desenvolvidas como reprodutoras dos diversos espaços da sociedade, que sustentam o racismo. Por outro lado, destaca-se a sua relevância social, enquanto possibilidade para o enfrentamento do racismo e a promoção de relações étnico-raciais mais igualitárias. A intervenção psicossocial realizada mostrou que o sofrimento ético-político, causado pela vivência do

racismo favoreceu a constituição do comum quando este pode ser compartilhado num espaço de segurança e abertura. Foi no comum e na compreensão da dimensão histórica do racismo que, através de múltiplas afetações, este pôde ser reinterpretado, adquirindo novos sentidos que fizeram emergir uma potência de ação, através do seu enfrentamento no contexto escolar, primeiro espaço de exposição pública, longe da família e da comunidade, e palco das contradições que envolvem a dimensão racial.

Palavras-chave: Psicologia sócio-histórica; Comunidade quilombola; Racismo; Afetividade e comum.

### Referências

- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Ansara, S. (2008). *Memória Política, Ditadura Militar e Repressão no Brasil*. Curitiba: Juruá.
- Bento, M. A. S. (2014). Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro. In I. Carone & M. A. S. (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp.147-162). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carone, I. (2014). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 13-23). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP.
- Recuperado a partir de [http://crepop.pol.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](http://crepop.pol.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/relacoes_raciais_baixa.pdf)
- Chauí, M. (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chor, D. & Lima, C. R. A. (2005). Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1586-1594. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/33.pdf>
- Espinosa, B. (1983). Ética demonstrada à maneira dos geômetras (J. Carvalho et. al., trads.). In *Espinosa* (pp. 69-299). (Coleção Os pensadores)
- Lane, S. T. M. (1989). O processo grupal. In S. T. Lane & W. Codo, W. (Eds.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. (2003).

- Lopes, F. (2005). Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1595-1601.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional* (2a ed.). Petrópolis, RJ, Vozes.
- Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. (2016). Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQ's) atualizada até a portaria nº 104/2016, publicada no DOU de 20/05/2016.
2016. Recuperado a partir de <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>
- Munanga, K. (2004). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Sawaia, B. B. (1999). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2009a). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2009b). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. B. (2015). Psicologia sócio-histórica: interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. In S. T. Martin (Org.), *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro: interdisciplinaridade e transformação social* (pp. 11-28). Goiânia: Ed. PUC Goiás.
- Sawaia, B. B. (2018). Afeto e comum: categorias centrais em diferentes contextos. In B. B. Sawaia, R. Albuquerque, & F. R. Busarello (Orgs.), *Afeto e comum: reflexões sobre a práxis psicossocial* (pp. 29- 36). São Paulo: Alexa Cultural.
- Telles, E. E. (2003). Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume--Dumará. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ha/v10n21/20631.pdf>
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929 (A. Marenitch, trad.). *Educação & Sociedade*. UNICAMP, 21(71), 21-44.

## **Trabalho 6: A colonialidade do poder e o trabalho escravo indígena, da colônia aos projetos de estado nação, nas comunidades indígenas dos andes colombianos.**

**Autor: Victor Ernesto Ochoa Flores.**

Resumo:

Introdução.

Este trabalho pretende abordar a colonialidade[2] do poder, através da história do trabalho escravo aplicado às comunidades indígenas dos andes, no sul da Colômbia, no final do século XIX e inícios do XX, na passagem da independência e os projetos de estado nação; como o discurso racial justificou não só a desapropriação dos territórios como também a submissão ao trabalho escravo. Neste ambiente que resultou no surgimento de uma consciência crítica que estava materializada na luta e resistência das comunidades indígenas, na recuperação dos Resguardos[3]e na negação a se submeter ao trabalho escravo na forma de Terraje[4].

Através da pesquisa em fontes primárias, bibliográficas, como também em registros elaborados pelas próprias comunidades, pode-se inferir a partir da categorização racial/étnica, como as comunidades estiveram submetidas a sistemáticas de negação da sua humanidade e desta forma justificaram a apropriação dos seus territórios por parte dos espanhóis. Esta sistemática estava constituída por dimensões específicas que estruturaram um modelo mundial de poder[5]. Neste contexto, as comunidades originárias foram categorizadas durante o período da independência, como um atraso para a modernização do estado; desta forma as comunidades indígenas foram submetidas a processos de civilidade, a cargo da igreja incorporá-la à vida moderna.

Dentro da metodologia de pesquisa, também serão abordados os registros em arquivos onde são analisados os processos desenvolvidos por estas comunidades, gerando novas formas de resistência assumidos pelas comunidades indígenas para conservar a sua identidade coletiva, e desta forma recuperar seu território e cultura. Através consciência crítica que eles denunciaram a colonialidade e sua gramática de violência, como a usurpadora dos territórios e o que isto implicava na vida das comunidades indígenas, tendo como resultado destes processos

que em 1977, inicia-se a fundação e organização do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC).

### Considerações Finais

Como foi apresentado, a realidade das comunidades Indígenas nos andes colombianos tiveram que enfrentar muitas dificuldades, a partir do momento em que a conquista iniciou ao extinguir qualquer outra possibilidade epistêmica, e no seu processo de ocultamento do outro impôs formas de exclusão às comunidades originárias submetendo-as a desumanização. Quanto ao processo de domesticação das comunidades indígenas na região sul dos andes colombianos, a resistência aplicada por parte destas, devido as táticas culturais desenvolvidas por estas, os pactos com diversos grupos indígenas, tardou muito tempo para se submeter ao ordenamento colonial.

No entanto, após grandes esforços a colônia foi instaurando-se e colocando os não indígenas na administração dos projetos, onde veio a operar a colonialidade do poder, do ser e do saber, deixando à margem as tradições, saberes culturais e sociais que estariam latentes durante a colônia; na instauração dos processos de estado nação, com o acúmulo de experiências sofridas pelas comunidades nestes processos, será esta sabedoria que com o tempo levará as comunidades a resistir e sobreviver, na esperança de reconquistar sua identidade, ao ponto de superar a fome, o trabalho escravo, a humilhação trazidas pelos modelos da modernidade; historicamente estas comunidades ao se apropriar do mundo dos não índios, consignou recuperar pela via legal e pela luta, os espaço de autonomia que tinham sido ocultados durante séculos, ao ponto de ter um governo próprio, um espaço dentro da constituição de 1991, o direito a sua cultura, a sua autonomia ao ponto que até hoje estas comunidades continuam resistindo, essa gramática da violência que tenta inviabilizar os afetos e desafios alcançados nas últimas décadas; e desta forma, as comunidades continuam enfrentando o capitalismo, e um Estado racista, que continua buscando inseri-las, num mundo moderno.

### Referências

BAUKARA; 3 Bitácoras de antropología e historia de la antropología en América Latina Bogotá, mayo 2013, 195

CASTRO-GÓMEZ. 1998, Santiago. Latinoamericanismo, Modernidad, Globalización: Prolegómenos a una crítica pós-colonial de la razón. In: Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

CARLOS DUARTE TORRES. 2015 (Des)encuentros en lo público : gobernabilidad y conflictos interétnicos en Colombia. Sociology. Université Sorbonne Paris Cité,.

FRANÇOIS CORREA RUBIO 2000. Geografía humana de Colombia. Región Andina Central. Volumen II Tomo IV. Varios Autores. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica.

MIGNOLO, Walter. 2003. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG,

MUELAS Y URDANETA 2005. La fuerza de la gente. Juntando recuerdos sobre la terrajería en Guambía, Colombia. Bogotá ICANH.

ORLANDO JARAMILLO GOMEZ. 2013. Nación y etnicidad en Colombia; universidad de Sevilla facultad de geografía e historia.

PINEDA CAMACHO, ROBERTO. 1993 “Etnocidio, proyectos de resistencia y cambio socio-cultural en el bajo Caquetá-Putumayo”. En: Encrucijadas de Colombia amerindia”. Bogotá: ICAN.

QUIJANO, ANÍBAL. 1997, Colegialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9,

\_\_\_\_\_ 1988, Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina. Lima: Ediciones Sociedad y Política.

RENÁN VEGA CANTOR. 2002, Gente Muy Rebelde. Bogotá: Pensamiento Crítico.

ROMERO LOAIZA, Fernando. 2005, Manuel Quintín Lame Chantre el indígena ilustrado, el pensador indigenista Universidad Tecnológica de Pereira

## Sessão Temática 2: Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento: teoria e práxis

### Sala 2

#### **Apresentação da coordenadora**

O eixo reuniu cinco trabalhos, com enfoques teóricos da psicologia sócio-histórica, apresentados na respectiva ordem:

A multi jornada de trabalho da mulher contemporânea (Autora: Sarah Karoline Santos de Souza), abordou as categorias “desigualdade social e sofrimento ético-político” e discutiu a naturalização das funções das mulheres, as quais não são percebidas como trabalho e a intensificação deste cenário durante a pandemia do Coronavírus. Para além, buscou o entrelaçamento das emoções nas análises e evidenciou a solidão das mulheres neste contexto.

O trabalho: Direitos Humanos e Cidadania para a população LGBTI+: A práxis da Psicologia (Autores: Kaique Oliveira Fontes e Cinara Brito de Oliveira), a partir de uma rica experiência de estágio, trouxe a categoria de “sofrimento ético-político” para discutir a falta de capacitação de profissionais da psicologia para atender e acolher demandas da população LGBTI+, intensificado estigmas e preconceitos e, conseqüentemente, o SEP. Nesse sentido, aponta para a necessidade de uma construção conjunta da práxis.

O direito à maternidade de mulheres em situação de rua (Autora: Giseli F. Assoni), trouxe as categorias “sofrimento ético-político, violência e desigualdade social” para discutir o cenário das mulheres em situação de rua e a destituição do poder das mesmas para exercer o direito à maternidade. Aponta para desumanização e falta de políticas, que garantam o direito de escolha. Nesse sentido, sugere o trabalho em rede- com outros profissionais-, a criação e fortalecimento de coletivos e o reconhecimento das sutilezas psicológicas dessas mulheres, como estratégia de enfrentamento das graves violações.

A significação da função social do corpo intersex na arte (Autores: Maria Laura Barros da Rocha, Luciano Domingues Bueno, Adélia Augusta Souto de Oliveira), a partir das categorias “corpo e arte” refletem sobre a urgência de estabelecer um novo lugar para o corpo intersex; enquanto completo e sem necessidade de reparações ou intervenções para existir. Propõem a integralidade da vida humana e potencialidades que não se restrinjam a definição binária. A partir de Vigotski também apontam a arte como possibilidade de se reconhecer;



O ultimo tema: Trabalho e intersexualidade vividas em infâncias desiguais (Autora: Martha Barbosa Pereira), a partir de uma análise fílmica, discute as categorias de “infância e trabalho” como as determinações da precarização do trabalho são vividas pelos sujeitos. Também apontam para a função social da arte, que assim como a diversidade, pode apontar limites da sociedade e novas questões para serem olhadas.

Coordenadora: Beatriz Marques Sanchez

Debatedora: Livia Gomes como debatedora.

### **Trabalho 1: A multi jornada de trabalho da mulher contemporânea.**

**Autora: Sarah Karoline Santos de Souza**

Resumo: O presente trabalho, é um recorte vinculado a experiência de estágio curricular realizado por uma aluna de Psicologia da Universidade Nove de Julho, ocorreu de forma online devido ao isolamento social pela pandemia. O objetivo consistiu em acompanhar a dinâmica de uma família, através do relato da mãe. Utilizou-se como metodologia, entrevista semi-dirigida e revisão bibliográfica.

A queixa trazida foi de uma sobrecarga e acúmulos de papéis. A pandemia escancarou o funcionamento de uma casa, pois além de ser mãe/esposa/profissional, ela havia virado professora de sua filha. “As mulheres que tanto lutaram por mais espaço na sociedade, atualmente, encontram-se em conflitos, pois estão sobrecarregadas de tarefas. Sendo obrigadas a conviver com um acúmulo de papéis.” (QUEDNAU, 2007, p.9).

Manchetes como, “Mães se desdobram ainda mais para dar conta de família e trabalho”; “Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres”; “Mulheres fazem jornada tripla, e home office na pandemia amplia desequilíbrio de gênero na justiça. ”; “ A tripla jornada feminina durante a pandemia de Covid-19. ”; “Mães estão no limite: Famílias vivem estresse inédito com crise e quarentena. ”; “Pandemia, home office e ensino a distância expõe ainda mais desigualdade entre homem e mulher. ” Trouxeram dados de como as mulheres estavam/estão lidando com a quarentena pela pandemia.

Tais acontecimentos resultam numa mulher em seu pico de estresse e que sofre com as desigualdades e sua multi jornada de trabalho. Assim, conclui-se que o caminho entre as lutas de igualdade entre os gêneros ainda é longa, pois apesar da mulher ter conquistado o espaço público, ela ainda precisa dar conta do espaço privado, e muitas vezes sozinha, o que gera sobrecarga física e mental.

Cabe reconhecer que houveram avanços significativos, mas questões como essas são históricas e culturalmente construídas, sendo de extrema necessidade fomentar reflexões e estudos nessa temática, ampliando a compreensão dos aspectos que envolvem a experiência e o sofrimento inerente a elas.

Na apresentação desse trabalho pude partilhar de minhas experiências e descobertas e trocas de conhecimento. Acrescentarei comentários, reflexões e trocas nesse espaço a seguir.

A mulher desde muitos anos foi vinculada ao trabalho do cuidar “instinto materno”, e deram o nome de “amor”, o que acontece hoje em dia, é que há uma dificuldade em colocar esse lugar como um gasto de energia e possibilidade de descanso, pois, se foi vinculado ao amor, para amor não se tem descanso.

A mulher entrevistada ecoa vozes de muitas mulheres.

Quando a mulher/mãe entrevista relata sobre sua “falta” de controle emocional, ela está dizendo que há uma “falta” de controle em sua rotina. A emoção tem um caráter comunicativo que é essencial para nós, seres humanos. E essa “falta” de controle, traz como sintoma o seu estresse exacerbado e sua dificuldade em seguir com a sobrecarga em sua rotina.

Em pesquisas internacionais, foram apontados que na pandemia houve uma redução em submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, e um aumento nas publicações por homens. Em uma pesquisa do (IBGE) Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2018, mostram que as mulheres gastam mais do que o dobro de tempo em afazeres domésticos que os homens, o que deixa claro que as desigualdades de gênero continuam a ser uma realidade global.

Outra questão a ser apontada é que, as perguntas feitas a mulher entrevista, já foram por si só terapêuticas, pois trouxeram percepções de sua rotina e descobertas de que seu estresse poderia ser pela falta de controle. Sendo assim, é de extrema importância, deixar mulheres falarem e ter pessoas para as ouvirem, a fala é terapêutica.

A bilateralidade de gênero ainda é predominante na sociedade. “Mãe que cuida, Pai que trabalha”, e mesmo que teve avanços no sentido de trocas dessas experiências, a mãe que cuida precisa trabalhar dentro e fora, e só é remunerado pelo trabalho de fora. Além de que, mesmo

que haja o trabalho de ambos dentro de casa, o peso e a responsabilidade ainda é predominantemente da mulher.

#### Referências

QUEDNAU, F. S. O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna. Faculdade de ciências da saúde – facs. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2678/2/20434780.pdf>>. Acesso em: 13 de maio 2020.

BEAUVOIR, S.O segundo sexo. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ONU MULHERES. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso em: 5 de Junho 2020.

MULHERES NA PANDEMIA. Página Inicial. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>. Acesso em: 5 de Junho de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Resultado dos Dados do Censo – 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas.html>>. Acesso em: 10 de Junho de 2020

## **Trabalho 2: Direitos Humanos e Cidadania para a população LGBTI+: A práxis da Psicologia.**

**Autores: Kaique Oliveira Fontes; Cinara Brito de Oliveira**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar possibilidades da práxis da Psicologia em serviços públicos que tenham como objetivo a defesa de direitos e a promoção de cidadania para a população LGBTI+, refletindo sobre as possibilidades de superação das condições violentas e desumanizantes a que esta população é exposta cotidianamente.

A Psicologia se constituiu a partir de teorias hegemônicas que reduzem o fenômeno humano a uma perspectiva individualizante, não dando conta de abarcar as suas dimensões culturais, sociais e históricas. Contudo o fazer psi, desde uma perspectiva brasileira, levantou questões fundamentais: para que e para quem serve a Psicologia? Quais tipos de sofrimento ela é capaz de ajudar a superar? A necessidade de ampliar a atuação junto a uma maioria que sofre as consequências da acentuada desigualdade, revelou a necessidade de lutar e defender as Políticas Públicas, ao mesmo tempo que a inserção neste campo também revelou um fazer insuficiente. Assim, a cada nova Política Pública surge a possibilidade de a Psicologia rever e se reinventar enquanto instrumento de transformação social.

O presente trabalho resulta da experiência do autor, como estagiário de Psicologia, no antigo Centro de Cidadania LGBTI Luiz Carlos Ruas, durante o segundo semestre de 2018, e da experiência da autora, que além de ter supervisionado esse estágio, atuou como Psicóloga no referido serviço entre 2016 e meados de 2017 - na ocasião nomeado como Centro de Cidadania LGBT Arouche. O estágio ocorreu quando ambos autores estavam vinculados à Faculdade Anhanguera de Guarulhos. Os Centros de Cidadania LGBTI são serviços vinculados à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que têm como objetivo desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual na cidade de São Paulo.

A escolha do local do estágio se deu por afinidade pois, o estagiário, sendo integrante da população LGBTI+, quis se aprofundar nas questões específicas desta população, bem como, conhecer possibilidades de atuação da Psicologia nas Políticas Sociais, uma vez que a atuação em rede do Centro de Cidadania me permitia o contato com serviços de outras pastas, como a Saúde e Assistência Social. Foram realizadas sete visitas, dentre elas foi possível acompanhar encontros do Programa Transcidadania; sensibilização (capacitação socioprofissional) de funcionários na Unidade Básica de Saúde (UBS) República e também com usuários do serviço Atendimento Diário Emergencial no bairro da Luz, em São Paulo; 25º encontro de psicólogos da rede pública no Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP e reunião do Comitê de Atenção Integral à Saúde LGBT de São Paulo.

Apesar de institucionalmente ser um estágio de observação, durante as participações nas atividades coletivas o estagiário pôde contribuir com o conhecimento construído a partir da sua militância na área e as reflexões iniciais provocadas pelo curso de Psicologia. As conversas com os psicólogos e demais profissionais do espaço, bem como com os usuários e usuárias do serviço, enriqueceram essa experiência. Além disso, as trocas com a supervisora, fomentadas pela sua experiência precedente como Psicóloga na instituição, possibilitou a reafirmação das estratégias técnicas utilizadas pela instituição – atendimentos individuais, práticas grupais, atuação multiprofissional e intersetorial – como fundamentais para alcançar os seus objetivos. Sendo que cada ferramenta se caracteriza da seguinte forma:

Atendimentos individuais – oferta de uma escuta qualificada, com o objetivo de acolher o sofrimento e realizar os encaminhamentos pertinentes. Não existia um limite de atendimentos e nem uma frequência pré-definida, as usuárias do serviço poderiam solicitá-lo sempre que necessário.

Práticas grupais – utilizando-se dos mais variados recursos, o objetivo deve ser propiciar espaços coletivos de reflexão, de compartilhamento de experiências, de ressignificação e desenvolvimento de potência.

Atuação multiprofissional – importante ferramenta na garantia de direitos básicos, onde profissionais de áreas distintas trabalham juntos em prol da garantia de direitos da população usuária do serviço.

Atuação intersetorial – articulando as mais diversas áreas visando garantir possibilidades de existência de maneira autônoma e digna.

Contudo, ao articular os relatos da experiência de estágio e a práxis estabelecida na discussão das atividades, é importante pensar além das técnicas utilizadas, mas como serão. Pois é o olhar do profissional, subsidiado pelo referencial teórico-metodológico, que direciona as ferramentas e a eficácia da utilização delas, ou seja, o apontamento trazido por este texto está relacionado a maneira com a qual os profissionais se propõem a fazer psicologia em serviços como o Centro de Cidadania, pois para lidar com um fenômeno tão complexo, como a violência decorrente do processo de exclusão social, é necessário um referencial capaz de identificar todas as suas nuances, superando as perspectivas analíticas individualizantes que marcam a história da Psicologia.

Assim, o referencial escolhido para elaborar as reflexões do estágio foi a Psicologia Sócio-histórica – em especial a categoria analítica de sofrimento ético-político desenvolvido por Sawaia (2001) para se referir ao tipo de sofrimento específico que se dá pela manutenção da exclusão social de determinados grupos em contraposição ao favorecimento e ascensão de outros – sendo possível propor um olhar mais aprofundado para as causas das violências sofridas e relatadas durante a experiência de estágio e também possibilita aos indivíduos acometidos por estas violências a possibilidade de compreensão dos fenômenos para além de apenas situações cotidianas que ocorreriam sem propósito, afastando a culpabilização do indivíduo que sofre por ser quem é.

Dentre as problemáticas discutidas durante a realização do estágio, também é possível notar que no que diz respeito ao cuidado e atendimento à população T da sigla, o Centro de Cidadania se apresentou como pioneiro em muitos âmbitos, porém, quando trazidas questões sobre a saúde e até mesmo outros enfrentamentos de outras letras da sigla, o diálogo surgia em tom de dúvida. Como exemplo, diversas vezes o estagiário percebeu a falta do uso de termos como “lesbofobia” e “bifobia” ao discutirem sobre situações de sofrimento onde mulheres lésbicas e pessoas bissexuais em geral acabariam enfrentando.

Sendo assim, conclui-se que o olhar individualista para questões plurais como as da população LGBTI+ limita o olhar do profissional de psicologia e reduz problemas sociais a questões centradas no indivíduo. A generalização da forma de atendimento pode contribuir para que o sofrimento ético-político seja perpetuado com o apagamento de problemáticas específicas que seriam melhor compreendidas com o olhar integral. Faz-se necessária a utilização de recursos teórico-metodológicos que tenham como diretriz o rompimento das violações de direito e a superação das condições de opressão, para que assim as técnicas que propomos permitam integralizar o acesso das mais variadas vivências no contexto da promoção de direitos humanos e de cidadania básicos.

#### Referências

SAWAIA, B.B. O Sofrimento Ético-político como Categoria de Análise da dialética exclusão/inclusão social. In: SAWAIA, B.B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Editora vozes, 2ª Ed. Petrópolis, 2001.

### **Trabalho 3: O direito à maternidade de mulheres em situação de rua.**

**Autora:** Giseli F. Assoni

**Resumo:** Mulheres em situação de rua, usuárias ou não usuárias de substâncias psicoativas, na atualidade, perdem seus filhos na Justiça em processos de destituição do poder familiar. Pois, ao chegarem à maternidade, muitas vezes, ocorre comunicação à Justiça e seus filhos são retirados compulsoriamente e encaminhados para instituições de acolhimento e, conseqüentemente para adoção, instaurando-se processo de destituição do Poder Familiar. Diante disso, tem se observado uma flagrante violação dos direitos das mulheres que são impedidas de exercer a maternidade e de crianças que são impedidos de crescerem com suas mães.

Jorge, Merhy e Pontes(2018) apontaram que em 2017 no Brasil, segundo Conselho Nacional de Justiça e a Seção de Orientação e Fiscalização das entidades Sociais(SOFES), foram 1.877 bebês acolhidos. Em Belo Horizonte chamou a atenção o número de acolhidos, recém-nascidos, em decorrência do uso de crack das genitoras: 93% em 2014 e 97,3% em 2016. Outro motivo de acolhimento dos bebês são a trajetória de vida dos pais na rua: 52% em 2014 e 47,37 % em 2016; e a não participação em pré-natal: 93% em 2014 e 95% em 2016.

Os dados indicam que características da genitora como ser usuária de crack, estar em condição de rua e não ter feito pré-natal são preditores para o acolhimento compulsório de bebês nas maternidades do Brasil. Segundo Foucault(2013)

toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer. Assim, a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam.(Foucault, 2013,pág.85)

De acordo com Gomes(2017), nossa sociedade compreende que mulheres em situação de rua são usuárias de substâncias psicoativas. Mas, isso nem sempre condiz com a realidade. Além disso, compreendem que esse uso é associado ao crack, o que as desabilitam para ser mãe.

Rios( 2017) coloca que existe vivências anteriores dessa população que pode ter oportunizado a experiência na rua e de uso de substâncias psicoativas, além das violências sociais que estão sujeitas, como ausência de acesso à políticas públicas.

Para Souza et al.(2018) a retirada dos bebês das mães em situação de rua na maternidade tem deixado prejuízos irreparáveis na vida destas mulheres. Impedidas de exercer a maternidade retomam a vida na rua, com prejuízos emocionais e quebram os vínculos com as equipes profissionais.

A fala de uma mulher em situação de rua próxima a ter seu bebê a uma médica revela o sofrimento ético-político vivenciado por essas mulheres: “..Na hora do parto você pode me anestésiar... Sim, aquela que apaga a gente, por que é muito ruim nascer, a gente ver chorar, e depois ter que dar.”(Dias, 2019, pág.15).

Para Sawaia(2001) sofrimento ético- político é a dor de ser tratado como ser de menor valor, inferior.

Diante disso, a importância da Psicologia Social realizar essa discussão abrindo caminhos para a pesquisa e superação desta violação dos Direitos Humanos.

## Referências

DIAS, T. M. Cuidado às Mulheres Gestantes em Situação de Rua no Município de Campinas – SP: Clínica no Limite e o Limite da Clínica. Campinas. Universidade Estadual de Campinas.2019. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/335518>. Acesso em 04/12/2020.

JORGE, A; MERHY, E..E; PONTES, M.G.O.Introduzindo a pesquisa: uma trajetória de encontro.Saúde em Redes.2018;4(supl 1) 9-16. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/911/268>. Acesso em: 18/08/2020.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

GOMES, J. D.G. (Coord.) Primeira Infância e Maternidade nas Ruas de São Paulo. São Paulo: Lampião conteúdo e conhecimento, 2017.Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Primeira-infancia-e-maternidade-nas-ruas-de-SP-CDH-LG.pdf>. Cesso em: 11/08/2020.

RIOS, A.G. O fio de ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas.Campinas.Universidade Estadual de Campinas.2017.Disponível em:<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325079>.Acesso em:22/10/2019.

SAWAIA, B.B. Dimensão ético afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Lane, S.T.M; Sawaia, B.B(orgs). Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo:Brasiliense: EDUC, 1995.

SAWAIA, B.B. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B.B(org).As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

SOUZA, M. B. et al. Mães órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade. Saúde em Rede.2018; 4(supl 1):191-208. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/915/257>. Acesso em 22/10/2019.

#### **Trabalho 4: A significação da função social do corpo intersex na arte.**

**Autores: Maria Laura Barros da Rocha; Luciano Domingues Bueno; Adélia Augusta Souto de Oliveira.**

Resumo:

Introdução

Pretende-se refletir sobre o processo de significação de uma função social do corpo intersexual, por meio do livro IV da obra *Metamorfoses* de Ovídio. Os termos *intersex*/intersexo referem-se às pessoas com fatores genéticos e/ou estrutura anatômica (genital ou gonadal), que diferem dos denominados “sexo masculino” e “sexo feminino” (Marchi-Costa & Macedo, 2016; Santos, 2012), situando-se na interface destas duas categorias, que se constroem como



antagônicas e, hegemonicamente, opostas. Historicamente, obtiveram diversas denominações: androginia, Anomalias da Diferenciação Sexual (ADS), Distúrbio de Diferenciação do Sexo (DDS), Hermafroditismo, entre outros. Intersexo abrange as dimensões psicossociais, para além de designações médicas de anomalias orgânicas congênitas (Santos & Araújo, 2003). Destacamos que a palavra *intersex*/intersexo é utilizada como forma de autoidentificação por grupos ativistas, como o InterAct, e pela comunidade LGBTQIAP<sup>+</sup>, demonstrando, a partir dessas estratégias de organização social, modos de estar no mundo e produzir laços sociais advindos dessa experiência humana.

O mito de Hermafrodito e Sálmece, na obra *Metamorfoses*, publicado em 8 d.C., pelo poeta romano Públio Ovídio Naso (43 a.C.-18 d.C) auxilia a compreensão da forma como corpos intersexuais podem existir na arte e subsidiar uma crítica social. Tomando como referencial teórico-metodológico a Psicologia Sócio-histórica, podemos compreender a arte como *produto* de um contexto, mas também como *produtora* de subjetividade, com papel na transformação do seu meio (Vigotski, 1999) e ponto privilegiado para estudos da relação constitutiva entre as esferas intra e interpsíquicas.

A intersexualidade e uma função social do corpo intersexual, na obra, causam uma fissura na binariedade socialmente prescrita. Guardam, portanto, potencialidade de denúncia da invisibilização de uma condição humana e, em contrapartida, anuncia outras possibilidades de expressão do corpo, não capturadas pelo referencial da binariedade.

## **Metodologia**

Os caminhos metodológicos trilhados iniciam-se pela leitura do poema e do registro dos impactos e interpretações iniciais, bem como seu compartilhamento processual com demais autores do estudo. Posteriormente, a partir das reflexões e diálogos suscitados pela leitura do poema elegido para a análise, foram construídos, em conjunto, dois eixos estruturantes da discussão: 1) ausência de escolha e intervenção externa no corpo do intersexo e 2) vivência do corpo do intersexo e sua relação com a binariedade.

## **Resultados e discussão**

No poema, Hermafrodito é descrito como um jovem belo, filho de Afrodite/Vênus (deusa da beleza e do amor) e Hermes/Mercúrio (mensageiro dos deuses). Aos 15 anos, ele encontra a ninfa Sálmece, que de imediato ficou em êxtase por sua beleza e apaixonou-se pelo rapaz. Ao banhar-se no lago, após rejeitá-la, Hermafrodito é entrelaçado por ela, que clama aos deuses

para não separá-los jamais. “Os deuses anuíram. E os corpos mistos de ambos se uniram e chegaram a ter aparência de uno” (Ovídio apud Carvalho, 2010, p. 124).

O impacto da obra é inegável na cultura e na popularização do mito, inspirando pinturas, esculturas e uma nomenclatura usada durante séculos para designar o fenômeno da intersexualidade. Esta história é capaz de encapsular interpretações historicamente atreladas a esses corpos e possui grande potencialidade no tensionamento de padrões hegemônicos que negam existências fora do binarismo.

A história da intersexualidade é permeada de experiências de cirurgias “reparadoras” realizadas em crianças intersexo para atender enquadramentos prescritivos de “normalidades”. Estudos evidenciam e discutem criticamente as inúmeras estratégias nessa direção (Canguçu-Campinho, Bastos & Lima, 2009; Fraser & Lima, 2012; Mélo & Sampaio, 2012; Oliveira, 2012; Santos, 2012; Santos & Araújo, 2003; Spinola-Castro, 2005; Zanotti & Xavier, 2012).

Discutem-se ainda os modos como perspectivas excludentes e patologizantes, pautadas no binarismo, se relacionam à vivência do corpo *intersex*. No mito de Hermafrodito, há uma condição de existência que se dá na união de elementos, que, dada a existência deste corpo uno, tornam-se não pertencentes radicalmente a um ou outro polo da lógica binária. Dessa forma, é necessário estabelecer um novo lugar, que contemple um corpo que não é fragmento, parte ou incompleto, ou simples soma de partes distintas, mas sim, um corpo uno, completo em si mesmo. É possível eleger não escolher uma das partes, mantendo seu corpo como ele é? É possível advogar em favor da integralidade da vivência humana manifesta no corpo intersexo? São questões que surgem no diálogo com a obra estudada.

A intersexualidade permite romper com uma lógica binária e anuncia, assim como no poema escolhido, uma diversidade biológica. Ao mesmo tempo em que a metamorfose de hermafrodito pode ser significada como danosa, também materializa a potência de vivências corporais diversas, através da incorporação de contradições. Destaca-se as maneiras como a contradição e a dualidade faz parte do pensamento vigotskiano sobre a arte, revelando “as profundas raízes de seu pensamento dialético” (Marques, 2020, p.169), que podem ser pensados como via teórica-metodológica de abordagem de aspectos que soem como antagônicos sem a necessidade de apagamento de uma das partes.

### **Considerações finais**

O corpo *intersex* alcança uma função social de anúncio da diversidade biológica. Questiona especialmente: até onde vai e quando começa a autonomia na construção social dos corpos? Como construir práticas e saberes que promovam uma diversidade de possibilidades de

vivência que não sejam necessariamente condicionadas a referências binárias? Ou como construir possibilidades de ser destes corpos que sejam negociadas socialmente de maneiras menos restritivas, prescritivas e verticais, que promovam o diálogo entre as diferentes instâncias que compõem o conjunto de questões levantadas pela existência intersex?

Vigotski (1999, p. 329) aponta, em termos espinosanos, que “até hoje ninguém definiu aquilo de que o corpo é capaz” e que novas respostas para impasses humanos podem surgir do campo da arte, mediante novos modos de expressão, que promovam a emancipação humana. O corpo *intersex* demonstra que a potência do corpo não pode ficar restrita às condições binárias. Desse modo, a obra parece alcançar uma função social, ao passo que explicita uma funcionalidade social e estética do corpo intersexo, de materializar potências e contradições inerentes a existência, bem como os limites de perspectivas que não contemplam a diversidade dos modos de ser.

## Referências

Canguçu-Campinho, A. K. F. Bastos, A. C. S. B, & Lima, I. M. S. O. (2009) O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(4), 1145-1164. doi: [10.1590/S0103-73312009000400013](https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000400013).

Carvalho, R. N. B. (2010). *Metamorfoses em tradução*. (Relatório de Pós-doutorado Universidade de São Paulo). Recuperado de: <http://www.usp.br/verve/coordenadores/raimundocarvalho/rascunhos/metamorfosesovidio-raimundocarvalho.pdf>

Fraser, R. T. D. & Lima, I. M. S. O. (2012). Intersexualidade e direito à identidade: uma discussão sobre o assentamento civil de crianças intersexuadas. *Journal of Human Growth and Development*. 22(3), 358-366. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n3/pt\\_12.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n3/pt_12.pdf)

Marques, P. N. (2020). O jogo dos sentidos: estruturas duplas da arte e a categoria do sentido em Vigotski. *Cadernos CEDES*, 40(111), 165-175. doi:[10.1590/cc224988](https://doi.org/10.1590/cc224988).

Méllo, R. P. & Sampaio, J.V. (2012). Corpos intersex borrando fronteiras do discurso médico. *Rev. NUFEN*, 4(1), 04-19. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912012000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000100002).

Oliveira, A. C. G. A. (2012). *Corpos estranhos: reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba). Recuperado de: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4378/1/arquivototal.pdf>

Santos, A. L. F. (2012). *Um sexo que são vários: a (im)possibilidade do intersexo enquanto categoria humana*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra). Recuperado de: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20210>>

Santos, M. M. R. & Araújo, T. C. C. F. (2003). A clínica da Intersexualidade e Seus Desafios para os Profissionais de Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(3), 23-33. Recuperado de: <<https://www.scielo.br/pdf/pep/v23n3/v23n3a05.pdf>>

Spinola-Castro, A. M. (2005). A importância dos aspectos éticos e psicológicos na abordagem do intersexo. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, 49(1), 46-59. doi: [10.1590/S0004-27302005000100007](https://doi.org/10.1590/S0004-27302005000100007).

Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.

Zanotti, S. V., & Xavier, G. V. S. (2011). Atenção à saúde de pacientes com ambiguidade genital. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 82-91. Recuperado de: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v63n2/09.pdf>>.

## **Trabalho 5: Trabalho e intersexualidade vividas em infâncias desiguais.**

**Autoras: Martha Barbosa Pereira; Camila do Nascimento Lins Buarque; Adélia Augusta Souto de Oliveira.**

Resumo: Trata-se de uma investigação sobre as concepções de infância, através da análise das configurações das crianças protagonistas, no filme argentino *El ultimo verano de la boyita*, produzido em 2009 e dirigido por Julia Solomonoff. Considera o trabalho como um marcador social determinante da vivência das infâncias, como construção sócio-histórica (Marchi, 2009). O drama retrata duas crianças protagonistas, Mário e Jorgelina, marcadas pelas diferenças, culturalmente estabelecidas, acerca do gênero, classe social e ruralidade/urbanidade.

A relevância da discussão está assentada na estimativa de um número expressivo de crianças que são vítimas de trabalho infantil no mundo (OIT, 2020), ampliado durante e após a pandemia sanitária da Covid-19 (UNICEF, 2020). Assim, infelizmente, o trabalho é uma realidade atual para milhões de crianças de diversas localidades. Considerando a situação de trabalho como uma experiência que tem implicações na subjetivação da criança imersa nesse contexto, o presente trabalho objetiva discutir como esse fenômeno se encontra reproduzido na película, bem como as suas implicações para as crianças ali retratadas.

Método

A proposta metodológica busca os Núcleos de Significação (Aguiar & Ozella, 2006), na perspectiva sócio-histórica, presentes no drama, para desvelar significados e sentidos compartilhados. Inicialmente, os pré-indicadores foram buscados em cenas, com a presença de crianças em contextos sociais, históricos e culturais, relacionadas às situações de trabalho. A seguir, as articulações entre as cenas permitiram a sistematização de indicadores e, por último, produziu-se as análises dos núcleos de significação, na tentativa de exercitar um movimento de superação da visão empírica, de cada cena, que aglutina uma síntese de indicadores, com a justaposição das similaridades e contradições dos fragmentos extraídos, sempre buscando, relacionar aos aspectos de sua totalidade. Tal movimento dialético permite explicitar a historicidade presente nas categorias “trabalho e infância”.

### Resultados

A naturalização do trabalho, socialmente estruturado na comunidade, para uma das crianças nos pareceu o núcleo de significação que aglutina as cenas, ao longo do filme, e vai configurando duas infâncias: Jorgelina vive na cidade, é uma criança extrovertida, que brinca, tem relação próxima à família e obrigações relativas apenas aos deveres escolares. Mário desenvolve atividades rurais, onde mora e ajuda os familiares, na fazenda da família de Jorgelina. As cenas evidenciam uma restrição de seu convívio com homens adultos que exercem também a atividade rural. Assim, se apresenta como um rapaz que trabalha em atividades masculinas, conforme definições e práticas da comunidade que contribuem para a constituição de sua subjetividade.

Outro elemento de nucleação de significados está ancorado à vivência da sexualidade: Mário conta-nos a história de sofrimento em ser um desviante da prescrição de gênero binarista. A trama está conduzida pela centralidade de um segredo: a intersexualidade de Mário, desvelado por Jorgelina. Mário, um adolescente imerso em uma determinada cultura e tempo, é atravessado pelos significados sociais, compartilhados em seu contexto, acerca de um suposto parâmetro de “normalidade” de corpos. Esse corpo do personagem, desviante da norma, retrata sofrimento intenso, pois, submetido às prescrições sociais. Assim, o trabalho e a corrida de cavalos se apresentam, no contexto rural, como formas de se engajar, socialmente, e exercer o papel do homem adulto. Decorre assim, uma privação de outros espaços de subjetivação (Merchán & Henao, 2008).

O encontro entre as duas infâncias mobilizam a reflexão do espectador e evidenciam as determinações históricas e contextuais, as quais as duas crianças estão submetidas. Joselina e Mário podem experimentar novas vivências, durante esse período de férias escolares da

menina, em especial Mário que potencializa momentos de liberdade, lazer, espontaneidade e descobertas corporais.

#### Conclusão

Reafirmamos o potencial reflexivo da arte, em especial, de filmes (Silva & Tuleski, 2014) para discutirmos a historicidade em sua potencialidade para transformações sociais. As dimensões do trabalho, gênero e infância contextualizam as configurações de subjetividades das crianças.

#### Referências

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>

Marchi, R. C. (2009). As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. *Revista Educação & Realidade*, 34(1), 227-246. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>

Merchán, M. E. P., & Henao, M. S. (2008). El trabajo infantil como práctica de crianza: contexto de una plaza de mercado. *Hacia la Promoción de la Salud*, 13, 95-120. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/hpsal/v13n1/v13n1a06.pdf>

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2020). *Trabalho infantil*. Recuperado de <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang-pt/index.htm#:~:text=Fatos%20e%20n%C3%BAmeros%20globais&text=Em%202016%2C%20152%20milh%C3%B5es%20de,de%2012%20anos%20de%20idade>

Silva, M., & Tuleski, S. (2014). Dificuldades de aprendizagem em cena: o que o cinema e a psicologia histórico-cultural têm a dizer sobre a dislexia. *Interfaces da Educação*, 5(14), 177-199. Recuperado de: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/466>

UNICEF. (2020). *COVID-19 and Child Labour: a time of crises, a time to act*. UNICEF/ILO joint publication. Recuperado de <https://data.unicef.org/resources/covid-19-and-child-labour-a-time-of-crisis-a-time-to-act>

## Sessão Temática 2: Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento: teoria e práxis

### Sala 3

#### **Apresentação da coordenadora**

O primeiro foi **Fábio Pinheiro Pacheco**, que discorreu sobre o tema “A imagem afetiva de contraste no estudo da desigualdade socioespacial de uma comunidade ameaçada de desapropriação”. Apresentou a imagem afetiva de contrastes vivenciados na comunidade através da construção de mapas afetivos, que evidenciaram experiências potencializadoras no que diz respeito à percepção de uma comunidade tranquila, de boa moradia e com boas relações de vizinhança; mas também com experiências despotencializadoras por conta das lembranças das demolições de casas na comunidade, que fazem com que os moradores percebam o lugar como “feio”, “terrível”, “abandonado”, “desmoronando”.

A segunda participante foi **Maria Zelfa de Sousa Feitosa**, com o tema “Afetividade como estratégia de bem viver: Enlaces entre Psicologia Social e modos de vida ancestrais”. Zelfa falou sobre a quebra da neutralidade científica, ressaltando a importância de pesquisar COM e não SOBRE. O trabalho com povos originários iniciou antes do doutorado e se mantém após o término dele. Fez um importante apontamento sobre a modernidade ocidental, que centra o conhecimento do mundo a partir do princípio da racionalidade, negando e controlando afetos. Ressaltou que o modo de funcionamento da sociedade ocidental moderna revela seu distanciamento das práticas ancestrais de acesso ao mundo. Em seu estudo de doutorado, observou a vivência dos afetos como primeira aproximação do mundo, vivenciados de modo coletivo, viabilizando o reencontro com a ancestralidade. Fechou sua fala com o maior desafio encontrado no processo de pesquisa: “Ficar sempre de olho na colonizadora que existe em mim”.

**Cícero Amaro da Silva** foi o terceiro participante, com o tema “Sistema carcerário brasileiro, ressocialização ou punição?”. Trouxe reflexões sobre a real função do sistema penitenciário brasileiro. No debate surgiram discussões a partir da necropolítica e da dialética exclusão/inclusão social. Cícero trouxe questões sobre a inoperância do modelo ressocializador e das prisões como aparelhos disciplinares. Foi incisivo ao explicitar que o

sistema prisional nacional é um dos principais setores carentes de políticas públicas. Referindo-se ao desconhecimento por parte de muitos trabalhadores – que sabem pouco da prática e muito da teoria – e por parte do Estado, sobre a realidade social dos encarcerados, fechou sua fala com a seguinte asserção: “Conhecem Marx, mas não conhecem a fome”.

E, por fim, tivemos a fala de **Maria Mercedes Bicudo Guarnieri**, com o tema “Psicologia Comunitária na faculdade e na pandemia: com muita bagagem nesta primeira viagem”. Mercedes trouxe o relato de experiência vivida em uma faculdade no segundo semestre de 2020, quando passou a ministrar a disciplina de Psicologia Comunitária e pensou como faria para discutir, reconhecer e viver as comunidades sendo que os encontros são mediados por tecnologias por conta da pandemia da Covid 19. A partir deste desafio, propôs a atividade: “Nossa comunidade – possíveis contribuições da Psicologia Comunitária na nossa comunidade”. Os grupos de alunos(a) caracterizaram comunidades aquelas aonde apresentavam maior vínculo e pertencimento. Apenas um grupo optou por desenvolver um projeto para o município como um todo. A atividade possibilitou a execução de um exercício coletivo que considera as singularidades em busca de um comum, ressignificando estes territórios.

Coordenadora: Ana Carolina Gil.

Debatedora: Luciana Ferreira.

### **Trabalho 1: Fake News COVID 19, fala que eu não te escuto.**

**Autora: Carolina Navarro Costa.**

Resumo: Desmistificar Fake News sobre COVID 19, promover a escuta e dar voz à população foram pontos essenciais para nosso projeto. Frente a tantas ordens, dificuldades de comunicação e perguntas frequentes sobre Fake News. Realizamos o projeto desde o início da pandemia devido a preocupação com os cancelamentos dos grupos. Iniciamos nas ruas dos pacientes mais ativos de grupos. Ao identificarmos as dúvidas e angústia da população, tomamos a frente para outras microáreas.

Nas ruas do território com o megafone vamos anunciando nossa presença. Conforme as pessoas saem em suas janelas, lajes, quintais, vamos promovendo a interação entre a



vizinhança, propagando a comunicação, informação e suas dúvidas através do megafone. Falamos o nome e a dúvida da pessoa para que todos ouçam. A ação é realizada semanalmente nas principais ruas de cada equipe do território. Comunicamos as atuais Fakes News referentes a COVID 19 e desmistificamos vídeos e notícias recebidas por mídias. Vamos escutando a população sobre suas principais dúvidas.

A ação proporcionou para nós, profissionais da Equipe Multidisciplinar e ESF (Estratégia Saúde da Família), acalmar a população devido a quantidade de Fake News disparadas por mídias. Percebemos que as dúvidas percorrem caminhos conectados à nova rotina frente à pandemia. A população poder contar com o apoio da UBS semanalmente para obter informações reais, é muito precioso, pois somos fontes confiáveis para os usuários. Entender quais as principais dúvidas do território frente a pandemia do coronavírus e principalmente dar alento, acolhimento e informação verdadeira vindo do local de sua referência de cuidado, a UBS Chácara Santana.

Palavras Chave: Covid 19; Pandemia; Equipe Multidisciplinar.

#### Referência Bibliográfica

ANVISA. NOTA TÉCNICA GVIMS/ GGES/ ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) Nº 04/2020.

BRASIL. LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-119. (Org.).

SPINOZA, B. Ética. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

#### **Trabalho 2: A imagem afetiva de contraste no estudo da desigualdade socioespacial de uma comunidade ameaçada de desapropriação.**

**Autores: Fábio Pinheiro Pacheco; Zulmira Áurea Cruz Bomfim.**

Resumo: Este trabalho surge de uma pesquisa de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, aportada no Laboratório de Pesquisa em Psicologia em Ambiental (Locus). Neste recorte, objetiva-se apresentar a imagem

afetiva de Contrastes no estudo das desigualdades socioespaciais de uma comunidade ameaçada de desapropriação. Adotou-se como pressupostos teórico-metodológicos a interdisciplinaridade das áreas da Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997) e da Psicologia Social de base histórico-cultural (LANE; CODO, 1989), tendo a afetividade como categoria sintetizadora (SAWAIA, 2009; 2014), bem como as áreas da Arquitetura e Urbanismo (MARICATO, 2015) e da Geografia (HARVEY, 2012). Para o alcance do objetivo, utilizou-se o Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), que consiste em um método de coleta e análise de dados que utiliza como síntese interpretativa a comparação entre imagens obtidas por meio de desenhos, metáforas e o subtexto de palavras (BOMFIM, 2010). A partir do instrumento, obtém-se a construção de mapas afetivos que expressam a afetividade e a implicação psicossocial do indivíduo em relação a um determinado ambiente, podendo ser categorizados em Agradabilidade, Pertencimento, Destruição, Insegurança e Contraste (BOMFIM *et al*, 2014). O instrumento foi aplicado em 17 moradores (14 mulheres e 03 homens, com idades entre 25 a 81 anos, com nomes fictícios neste resumo) de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza-CE. Com a análise do IGMA, obteve-se 17 mapas afetivos, com três imagens preponderantes, a saber, Agradabilidade (1), Pertencimento (2) e Contraste (14), sendo esta última o enfoque deste trabalho. Os contrastes são caracterizados por palavras que expressam sentimentos, emoções, percepções e vivências contraditórias, ambíguas, revelando uma polarização entre avaliações negativas e positivas em relação ao lugar. Os Contrastes podem ser I) despotencializadores, quando os sentimentos negativos culminam no aprisionamento e/ou na passividade das pessoas; ou II) potencializadores, em que os sentimentos e as emoções negativas são utilizadas como incremento da potência de ação (BOMFIM, 2010; SAWAIA, 2009). Na comunidade, os mapas afetivos apresentaram em seus contrastes os indicadores que evidenciam experiências potencializadoras no que diz respeito da percepção de uma comunidade tranquila, de boa moradia e com boas relações de vizinhança, como expressa Patrícia em seu Mapa Afetivo: “É uma moradia maravilhosa. Você pode dormir tranquila, não tem briga, não tem mal querência com os vizinhos”. Por outro lado, essas experiências contrastam, no atual contexto, com as lembranças das demolições de casas na comunidade, que fazem com que os moradores percebam o lugar como “Feio”, “Terrível”, “Abandonado”, “Desmoronando”, como ser observado a partir do Mapa Afetivo de J. Os resultados destacam, como apresenta o Mapa Afetivo de Filho, dimensões encontradas em estudos anteriores de Bomfim (2010), ao caracterizar a imagem de contrastes como as duas faces da globalização, em que, de um lado, há expressão de sociedades informacionais e de tecnologia de ponta; e, de outro, a exclusão

configurada na segregação socioespacial e na polarização social. Essa polarização também foi salientada no Mapa Afetivo de Marília, quando a moradora afirma que “Aqui [Bairro] era um deserto e agora só tem barão, e eles não querem a Vila aqui. Rico não gosta de pobre, só quer ficar perto de rico”. Outros mapas ainda destacam a percepção de que há pessoas na sociedade que querem lucrar em consequência de uma ação brutal e egoísta, que se acha dono sem ter documentos, como aparece no Mapa Afetivo de J. Tal percepção expressa a inclusão e exclusão social, emergentes das contradições dos agentes de urbanização e de utilização do solo, como fruto do modo de produção capitalista, que se renova para destruir (BOMFIM, 2010). Ao estudar as imagens de Contrastes, obteve-se amplos indicadores psicossociais e afetivos com os quais são possíveis delinear atividades comunitárias em prol do fortalecimento de características potencializadores da relação dos moradores com a comunidade; assim como desenvolver ações de resistência frente às ameaças de desapropriação, decorrentes de conflitos fundiários pautados na segregação socioespacial. Por fim, agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo suporte financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-chave: Afetividade. Desigualdades socioespaciais. Contrastes. Comunidade. Desapropriação.

#### REFERÊNCIAS:

BOMFIM, Zulmira. Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.

BOMFIM, Zulmira *et al.*. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, Adina. (Eds.), Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. A Coruña, ESP: Deputación da Coruña & Instituto de Investigación Xoon Vicente Viqueira. 2014, p.131-148

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, 2012, p.73-89.

LANE, Tatiana Maurer Silvia; CODO, Wanderley. (Org.). Psicologia Social: o Homem Em Movimento. 8ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GARCIA-MIRA, Ricardo. Aportación de la psicología ambiental. In: GARCIA-MIRA, Ricardo. La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña. Universidad da Coruña, 1997, p.25-36.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicol. Soc. v. 21, n.3, p.364-372, 2009

SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

Apoio financeiro:

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

### **Trabalho 3: Afetividade como estratégia de bem viver: Enlaces entre Psicologia Social e modos de vida ancestrais.**

**Autora: Maria Zelfa de Sousa Feitosa**

Resumo: A psicologia Social de base sócio-histórica tem questionado a tendência hegemônica da psicologia em privilegiar uma visão mais individual, em detrimento de uma articulação teórico-prática que considere a dialética individual e social. Outras polaridades também são encontradas quando a categoria afetividade não é compreendida como uma forma de observação e de análise do fenômeno psicossocial, a exemplo a compreensão desta como o câncer da razão. A afetividade é compreendida na Psicologia Social como categoria analítica desestabilizadora, que se opõe e questiona a colonialidade instituída na sociedade eurocêntrica, e resguarda a potência de promover transformação social (SAWAIA, 2011). Esta compreensão baseia-se na filosofia espinosana, a qual define os afetos como “[...] afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções.” (SPINOZA, 2015, p. 98). Na modernidade ocidental, entretanto, centrada no princípio da racionalidade como única forma válida de conhecimento do mundo, prevalece a tentativa de controle e negação dos afetos, vistos como apartados da racionalidade e como o que inviabiliza o desenvolvimento desse conhecimento. Quando estudamos os povos originários a partir da afetividade, por outro lado, encontramos paralelos com a filosofia do bem viver (ACOSTA, 2016) que fundamenta uma compreensão mais ampla para a superação das dualidades, tais como o individual e coletivo; racionalidade e afetividade; homem e natureza; disciplinaridade e transdisciplinaridade, dentre outras. Dessa forma, é possível perceber que o modo de funcionamento da sociedade ocidental moderna revela seu distanciamento das práticas ancestrais de acesso ao mundo. Consoante a Kusch (2007), lembramos que os povos originários, em sua prática filosófica de bem viver, conhecem o mundo pela cognição/afetividade, a partir da afetação promovida em seu contato material com a realidade. Com base nessas perspectivas latino-americanas, apresentamos, a seguir, algumas reflexões derivadas do estudo de doutorado intitulado “Lideranças Pitaguary de Monguba:

Estratégias do bem viver e de compromisso ético-político”, o qual se insere dentro da proposta decolonial de produção científica. Apresentamos como objetivo do presente trabalho discutir a afetividade como estratégia ancestral de bem viver, na produção de conhecimentos sobre a realidade. A pesquisa desenvolvida teve metodologia qualitativa, com a utilização do método etnográfico, como forma de inserção e permanência no campo, o qual permite conhecer significados locais, “com-viver” com os sujeitos em seu lugar de produção de sentidos e garante a participação dos sujeitos na produção da pesquisa. Como instrumentos de registro e coleta de dados, utilizamos o diário de campo e o relato de história de vida. O método de análise dos dados adotado por nós foi a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 1977), com o auxílio do *software* Atlas.ti e análise complementar pelo *software* Iramuteq. Os resultados encontrados apontam para uma vivência dos afetos como aproximação primeira do mundo, experiência integradora, que viabiliza o reencontro com a ancestralidade. Como afirma Kusch (2007), no modo indígena de conhecer o mundo há o predomínio dos afetos, de maneira que “El registro que el indígena hace de la realidad es la afección que esta ejerce sobre él, antes que la simple connotación perceptiva.” (KUSCH, 2007, p. 279-280). Esse fato fez-se presente quando em uma das visitas à aldeia presenciamos o Pajé experimentando um fruto desconhecido, a fim de dizer algo sobre ele, a partir da sua experiência afetiva (REGISTRO DO DIÁRIO DE CAMPO). Encontramos, também, que os afetos são vividos de maneira coletiva e, assim, como se concebe na Psicologia Social, é na ação transformadora e compartilhada que o sujeito se potencializa para agir sobre o mundo, como explicitou Rosa Pitaguary ao afirmar: “[...] nós lutamos tanto, nós temos uma escola hoje, uma escola com nossos professores todos... todos professores indígenas [...]. E, aí, de repente, a gente vê... a gente se alegra com isso.”. Sabendo-se que todas essas experiências são, também, modos de bem viver, ressaltamos um outro resultado que indica as práticas ancestrais de partilha como forma de afetar-se com o outro, dentro de uma concepção de felicidade mútua, representado pelo relato de Rosa Pitaguary, ao descrever o bem viver como a partilha da experiência do debulho do feijão, momento em que as famílias se juntam para realizar a atividade e partilhar a vida e o alimento. Desses resultados podemos considerar, por fim, que é por meio da promoção de afetos potencializadores que as práticas de bem viver se concretizam no cotidiano dos povos originários. Podemos afirmar que existe, portanto, uma associação entre o afeto da alegria e o bem viver, que se configura na implicação com o coletivo, como compromisso ético-político de defesa da vida. Agradecimentos à Capes.

Palavras-chave: Afetividade. Bem viver. Psicologia Social. Povos tradicionais.

## Referências

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016. 264p.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1977.

KUSCH, R. Obras completas. Tomo II. Rosario: Editorial Fundación Ross, 2007. 703p.

### **Trabalho 4: Sistema carcerário brasileiro, ressocialização ou punição?**

**Autor: Cicero Amaro da Silva.**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a real função do sistema penitenciário brasileiro. O Estado como aplicador da lei, parece negligenciar todos os direitos que um detento tem durante seu exílio, diz um pequeno trecho da lei de execução penal (LEP), “[...]promover a harmonia integração social do condenado e do interno”, mediante esse trecho podemos perceber que a realidade não condiz com o que propaga a lei. pois dificilmente são elaborados projetos que visem a ressocialização deles, as práticas adotadas pelo Estado apenas demonstram falta de interesse e preconceitos contra aqueles que estão sendo sentenciados, a hostilidade e o recolhimento do indivíduo da sociedade lhes privando da liberdade, sem nenhum tipo de política pública, tornando o sistema penitenciário um verdadeiro caos, desta maneira fazendo com que os próprios presos passem a se organizar na formação de facções dentro dos presídios como meio alternativo de sobrevivência, alguns ex-detentos mesmo após ter cumprido penas, ainda sim sofrem as marcas do sistema que estiveram e agora do sistema São tratados para sempre como presidiários o estado marca, o indivíduo não acaba sua saga quando cumpre sua pena pois ainda irá ter que lidar com uma sociedade que agora irá vê-lo como um “mau elemento”, desta forma, não possibilitando um convívio comum com outras pessoas, a sociedade em geral, assim como a justiça criminal não tem o trabalho de identificar de maneira eficaz quais os fenômenos sociais que levam uma grande parcela da sociedade pobre e preta para atrás das grades, com isso, continuam enxergando uma causa ampla de maneira singular.

## **Trabalho 5: Psicologia Comunitária na faculdade e na pandemia: com muita bagagem nesta primeira viagem.**

**Autora: Maria Mercedes Bicudo Guarnieri**

Resumo: Trata-se de relato de experiência vivida em uma faculdade tradicional de um município da Grande São Paulo. Em 2020 o mundo vive a pandemia da COVID 19, um vírus pouco conhecido e de fácil espalhamento. Por conta disto, todo o mundo se vê obrigada a realizar ou participar de aulas remotas ou EAD. Milhares de estudantes, desde a educação infantil até o ensino superior, assim como suas/seus professoras/es, tiveram que se adaptar rapidamente, utilizando-se, num primeiro momento, dos recursos que encontravam-se disponíveis ou que estavam ao seu alcance. Não foi raro estudantes com dificuldades de acesso, ou porque não tinham aparelhos que dessem conta destas tecnologias, ou porque não tinham acesso à internet. Muitas/os estudantes do Ensino Superior tiveram que continuar a trabalhar para poder pagar a sua faculdade e, desta forma, acabaram se contaminando. Outras/os, não conseguiram manter seu emprego e foram obrigadas/os a trancar ou desistir do Ensino Superior.

Na faculdade em que ministro aulas, não foi diferente. No primeiro semestre de 2020, que foi muito mais difícil, tanto professoras/es quanto estudantes se sentiram prejudicadas/os pela conjuntura que se impunha. Chegamos a perder uma aluna do curso de Psicologia, que faleceu em decorrência ao coronavírus.

No entanto, assim como a maioria da população, acreditávamos que no segundo semestre, a pandemia estaria amenizada e que a vida iria “voltando aos poucos”... A mídia falava de um “novo normal”, apesar das dificuldades para entender o que seria isso...um dos temores seria a naturalização dos cursos EAD ou remotos. Há um consenso entre universitários e professoras/es de que Psicologia é um curso que fica muito prejudicado quando acontece à distância. Inclusive, ABEP e sistema conselhos se mobilizaram para discutir e traçar de forma democrática diretrizes para formação em Psicologia nos tempos da pandemia.

Assim, chegamos ao segundo semestre. Mas, as aulas continuam remotas. Fui contemplada para ministrar a disciplina de Psicologia Comunitária. Para mim, isso é motivo de orgulho, afinal me considero uma psicóloga social comunitária, sempre atuei em e com comunidades, são 20 anos de vida profissional.

Para preparar as aulas procurei outras professoras/es, realizei muitas pesquisas. Mas como discutir, reconhecer e viver as comunidades se os encontros são mediados por tecnologias? Se maior parte das/os estudantes não abrem suas câmeras durante as aulas e pouco interagem? Como fazê-los reconhecerem-se enquanto comunidade, ou não, para então compreender a Psicologia nas comunidades, nos territórios, nas ruas, viadutos, prisões, nas situações críticas e em busca de caminhos para a potência? Seria possível?

A partir deste desafio de ensinar e aprender Psicologia Comunitária em tempos de pandemia, foi criada a atividade/exercício: NOSSA COMUNIDADE – POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA NOSSA COMUNIDADE.

### **Objetivos:**

- Reconhecer qual é sua comunidade;
- Conhecer a comunidade de outras/es estudantes;
- Desenvolver esboço de projeto de Psicologia Comunitária na comunidade escolhida pelo grupo.

### **Metodologia:**

A partir da práxis proposta por Paulo Freire, aonde estudantes são considerados ativos em sua aprendizagem, pois a bagagem, o conhecimento e a história de cada um é considerada neste processo e a partir deste re-conhecimento se torna possível construir em grupo outros conhecimentos e até mesmo ações.

Dividimos a sala em 9 grupos. As reflexões iniciaram-se individualmente, para que as singularidades fossem reconhecidas, as histórias compartilhadas, e então fosse possível o grupo escolher uma das comunidades trazidas por seus participantes. Foi sugerido um roteiro para guiar-nos neste caminho, onde procurou-se enfatizar as categorias comunidade, afeto, território e comum. Dados estatísticos e concretos foram levantados para compreensão da realidade escolhida. Ao final foi proposta a elaboração de um esboço de projeto de intervenção em Psicologia Comunitária, ou as possíveis contribuições da Psicologia para aquela população e território.

### **Resultados:**



Todos os 9 grupos apresentaram os seus respectivos processos de construção de projeto de Psicologia Comunitária, a partir da realidade vivida e compartilhada. O trabalho escrito mostrou-se diferente do apresentado em aula, pois durante as apresentações transmitiram de forma mais vibrante os vínculos e os afetos que estavam presentes em seus territórios. Algumas estudantes consideraram a experiência em instituições como igreja e empresa como “experiências comunitárias”. Outras trouxeram a vida em condomínio, que não é um espaço público, mas privado, mas também refletiram sobre “a vida fora do condomínio e a necessidade das/os moradores também olharem para fora dele”, a interrelação público-privado e a privatização das comunidades no território da cidade. A maioria considerou como “sua comunidade” o local de moradia, seu bairro, e apenas um grupo considerou a cidade como a “comunidade eleita pelo grupo”. A turma ficou dividida entre aquelas/es que se reconheciam em suas comunidades, e outra parcela que não se reconhecia, pois não havia uma história de participação para ser contada.

Na escolha da comunidade para construção do esboço de projeto, os grupos optaram por aquelas aonde a/o estudante apresentou maior vínculo e pertencimento. Apenas um grupo optou por desenvolver um projeto para o município como um todo.

Todos os projetos procuraram contemplar as demandas territoriais e a participação coletiva e democrática, sendo realizadas propostas voltadas para diferentes públicos: crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos; assim como ideias de projetos que possibilitassem ações voltadas para sustentabilidade, economia solidária, enfrentamento à violência contra a mulher, educação, formação política a participativa, entre outras/os.

### **Conclusão:**

A experiência de analisar e compartilhar seus próprios territórios e pensar a Psicologia Comunitária e as possíveis contribuições nas comunidades aonde as/es estudantes se reconhecem, possibilitou a execução de um exercício coletivo que considera as singularidades em busca de um comum, ressignificando estes territórios. Além da possibilidade de transformação daquilo que nos é cotidiano, aliando a própria bagagem ao conhecimento acadêmico, em busca da práxis ainda que em tempos pandêmicos.

## Sessão Temática 2: Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento: teoria e práxis

### Sala 4

#### Apresentação do coordenador

Os seis trabalhos apresentados nesta mesa se dividem em dois grupos: um grupo de cunho mais teórico através de revisão bibliográfica e análises a partir de observações, e outro, mais empírico, com pesquisa de campo, com predominância do primeiro grupo. Há um eixo comum, em ambos os grupos, da discussão sobre a desigualdade estar focada nas condições materiais e o afeto surgir como um elemento que contribui, mas não estrutura as discussões.

O primeiro grupo contém “Afetos e Efeitos Discursivos de uma Quarentena Produtiva”, da Danielle Cândido da Silva Nascimento, “O Autodomínio da Conduta em Vygotsky e a Autodeterminação Coletivista em Petrovsky” apresentado por Thalysiê Correia, “O Psiquismo como Drama: Breves Reflexões Sobre as Contribuições de Vigotsky Para Uma Clínica Psicológica de Base Sócio-Histórica” por Péricles de Souza Macedo e, por fim, “A Unidade Afeto Cognição A Partir da Psicologia Histórico-Cultural” das autoras Ma Ana Paula Barbosa e Dra Maria Elisa Mattosinho Bernades.

Os trabalhos que apresentam uma investigação de campo são “Os Múltiplos Sentidos da Medida Socioeducativa de Semiliberdade: Adolescentes, Famílias e Trabalhadores do Sistema Em Manaus” de Mayara Janaína Silveira Feitoza e “Relações Entre Educação Social no "Terceiro Setor" e Gestão da Pobreza: Apontamentos Iniciais” das autoras Talita Troleze de Toledo e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lavínia Lopes Salomão Magiolino.

No primeiro grupo, a revisão bibliográfica e predominância das investigações teóricas estiveram predominantemente relacionadas com as questões da desigualdade social e um enfrentamento a este tema, através da revisão teórica de conceitos ou de uma crítica e práxis da própria atuação dos profissionais; seja investigando os efeitos da pandemia na subjetividade que impele para uma produção e competição continua através das mídias sociais e do trabalho online, seja uma possibilidade de pensar uma integração entre dois autores russos para se pensar uma prática coletiva frente às demandas sociais; até uma crítica à prática clínica sobre a concepção de um sujeito harmônico, com a proposta de um psiquismo dramático e conflituoso,

contra a ideia de uma restauração de harmonia prevista como pacificação do sujeito; bem como a necessidade de importante revisão sobre a concepção da unidade entre afeto e cognição na psicologia histórica cultural, para uma nova perspectiva sobre os sujeitos atuais.

No segundo grupo, o problema da desigualdade ficou evidente através das pesquisas apresentadas, no primeiro, uma pesquisa em andamento sobre medidas sócio-educativas para jovens em semiliberdade, em Manaus, em que a dificuldade de todo o processo, do acompanhamento da família e o trabalho dos profissionais fica claro, sobretudo por precarização do trabalho. Essa mesma precarização também ressurgiu no trabalho acerca da educação social e terceiro setor, em que a precarização do setor acaba por, de fato, deteriorar as relações possíveis entre os profissionais e seus usuários, resultando em uma máquina burocratizada e sem possibilidades emancipatórias dos sujeitos, em que a lógica neoliberal acaba por gerar exatamente o que os dois trabalhos procuraram mostrar: a manutenção de jovens em situações precárias e a manutenção do status quo de uma pobreza geral da vida, resultando daí talvez somente vias que rompam definitivamente o modelo de gestão e de vida atuais.

Os trabalhos dessa maneira convergiram para uma análise crítica dos seus objetos de estudos, sejam eles teóricos ou empíricos, com uma atenção dos pesquisadores para os problemas contemporâneos que visam aprisionar os sujeitos em uma lógica produtiva, de pacificação e individualizada, separado em suas unidades e, integrados a um cenário de precarização e desigualdade social, ao mesmo tempo que mostram a necessidade do aprofundamento da discussão sobre os afetos como uma questão que estrutura o psiquismo e, por isso, pode assumir mais centralidade nas discussões e contribuições sobre a desigualdade social.

Coordenador: Thiago da Silva Prada

Debatedor: Marcus Vinicius

## **Trabalho 1: Os Múltiplos Sentidos Da Medida Socioeducativa De Semiliberdade: Adolescentes, Famílias E Trabalhadores Do Sistema Em Manaus.**

**Autora: Mayara Janaina Silveira Feitoza.**

Resumo: Esta pesquisa que vem sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC Minas, em nível de doutorado, incorporou a base teórica da Psicologia sócio-histórica para a sua construção, reflexão e análise dos múltiplos sentidos produzidos para a medida socioeducativa de semiliberdade pelos envolvidos na experiência: o adolescente, a família e o trabalhador.

O objetivo geral foi o de compreender os sentidos produzidos para a vivência da medida socioeducativa de semiliberdade pelos envolvidos nessa experiência: os adolescentes, as famílias e os trabalhadores. Foram elaborados cinco objetivos específicos: circunscrever o campo da medida socioeducativa de semiliberdade; descrever e analisar os sentidos atribuídos pelos adolescentes para a medida socioeducativa de semiliberdade; conhecer e discutir os sentidos produzidos pela família dos adolescentes para esta medida socioeducativa; apresentar e compreender os sentidos construídos pelos trabalhadores para a medida de semiliberdade e, finalmente inter-relacionar os sentidos produzidos pelo adolescente, pela família e pelo trabalhador em relação a essa medida.

Optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa conforme a perspectiva de González Rey (2005), compreendida como um processo dialógico de implicação tanto da pesquisadora quanto dos participantes escolhidos para o estudo. Ao lançarmos mão da utilização da abordagem dialógica e do método dialético, priorizamos as interações buscando romper com os padrões positivistas de ciência, dando lugar a uma produção que valoriza a expressão do espontâneo, bem como dos movimentos institucionais e singulares.

Os contextos institucionais nos quais a pesquisa está sendo desenvolvida são centros socioeducativos de semiliberdade, feminino e masculino, localizados na cidade de Manaus. Os participantes foram: adolescentes, do sexo masculino e feminino, em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. As famílias das/dos adolescentes em cumprimento desta medida que residiam em Manaus, bem como, profissionais que desempenhavam atividades nessas instituições. Entre os profissionais participaram: dois socioeducadores/monitores (um monitor do centro socioeducativo masculino e uma monitora do centro socioeducativo feminino), um psicólogo (que atuava nos dois centros) e duas assistentes sociais (uma assistente social do centro socioeducativo masculino e um assistente social do centro socioeducativo

feminino). Dentre as estratégias para o acesso às informações destacamos a realização de observação nos centros socioeducativos de semiliberdade, a entrevista individual semiestruturada e análise documental.

Com base nas entrevistas e na análise documental realizada algumas questões podem ser levantadas para problematização/discussão. Em relação aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade nota-se que a maioria das/dos adolescentes se declararam negras/os ou pardas/os, embora dois deles/ delas tenham se declarado brancos, nesse sentido podemos adentrar no debate sobre o encarceramento da juventude negra e/ou parda no Brasil e no Amazonas assim como nos demais Estados reflete essa conjuntura, penso que tal encarceramento não esteja dissociado do racismo estrutural brasileiro e também da ideia de pobreza/vulnerabilidade como condição para a prática de atos infracionais. A questão socioeconômica como um dos fatores que contribuem para a prática do ato infracional aparece como recorrente na fala das/dos adolescentes. O tráfico de drogas presente nas capitais brasileiras, é um grande problema em Manaus também, as fronteiras do Estado do Amazonas presenciam cotidianamente o narcotráfico e hoje a capital é uma rota estratégica para os traficantes, as facções que dominam o mercado ilegal de entorpecentes recrutam jovens para atuar na linha de frente como “aviões”.

A dependência das drogas chama a atenção para os dispositivos públicos que falham no suporte aos jovens, entre eles podemos citar a escola, programas/projetos que acolham adolescentes preventivamente. As/os adolescentes citam a influência de grupos como outro fator decisivo na prática do ato infracional, como uma forma de ser aceito/pertencer a esse respectivo grupo. A vulnerabilidade social, a desigualdade social, a exclusão, a exposição a violências seja ela não familiar e/ou familiar circulam nos discursos de cada um das/dos adolescentes participantes do estudo.

Em relação às famílias destaco a figura da mulher como central no acompanhamento das/dos adolescentes. Os novos arranjos de famílias puderam ser identificados. A partir do contato com as famílias passei a me questionar sobre a correria vivida na semiliberdade, como uma espécie de burocratização/rito das atividades. A carência de projetos/atividades direcionadas às famílias que atendam a demanda específica da semiliberdade.

Alguns dos profissionais trouxeram características do discurso prisional/punitivo, outros aspectos do assistencialismo e a defesa de um modelo clínico afastado do diálogo com o contexto socioeducativo. Vale ressaltar a ausência de formação continuada para os profissionais que atuam no sistema. A precarização das condições de trabalho pela ausência e/ou insuficiência de profissionais que atendam a demanda da semiliberdade. A estrutura física

da semiliberdade masculina não atende aos padrões mínimos de viabilidade para a execução da medida.

O juiz de execução das medidas socioeducativas abordou algumas particularidades vividas em Manaus em relação ao contexto socioeducativo. A medida de semiliberdade invertida aplicada na semiliberdade masculina abre algumas possibilidades para pensarmos a sua finalidade: 1) na lógica da estrutura física não atender/ suportar a demanda 2) na lógica do risco a vida, utilizada como uma medida protetiva de preservação da vida 3) na lógica de que atos infracionais considerados menos graves devem manter o convívio familiar ao invés de permanecerem institucionalizados em um local que não está preparado estruturalmente para recebê-los. Todas essas lógicas não retiram o adolescente da condição de vulnerabilidade, mas abrem a possibilidade de discussão sobre avanços e/ou retrocessos no sistema em Manaus.

## Referências

Aguiar, W. J; Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia ciência e profissão*, 26 (2), 222-245.

Aguiar, W. J; Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, F. (2005a). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, F. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção de informação* (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, F. (2005c). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. Fernando González Rey (organização). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F (2007). *As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural*. Psic. da Ed., São Paulo, 24, pp.

Lazarotto, G.D. (2014). Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 503-514. Recuperado a partir de <https://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a15v19n3.pdf>.

Lei nº 8.069 (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. Brasília, DF: Recuperado a partir de [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf) .

Lei nº 12.594 (2012, 18 de janeiro). Institui o Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo (SINASE). Brasília, DF. Recuperado a partir de <https://central3.to.gov.br/arquivo/422114/>. .

Martinez, A. M. (2005). A teoria da subjetividade de González Rey. In: González Rey, F. (org). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Thomson Learning.

Machado, M.N. (20020). *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/Arte.

Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 364-372.

Sawaia, B. (2018). Prólogo. *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. Sawaia, B.; Albuquerque, R. & Busarello, F. (orgs.). Alexa Cultural: São Paulo. Recuperado a partir de [http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018\\_08\\_06\\_ebook\\_afeto\\_comum.pdf](http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018_08_06_ebook_afeto_comum.pdf)

Sawaia, B.; Albuquerque, R. & Busarello, F. (2018). *Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. Alexa Cultural: São Paulo. Recuperado a partir de [http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018\\_08\\_06\\_ebook\\_afeto\\_comum.pdf](http://www4.pucsp.br/nexin/livros/2018_08_06_ebook_afeto_comum.pdf).

Vicentin, M. C; Catão, A. L.; Borghi, A. & Rosa, M. D. (2012). Adolescência e Sistema de Justiça: problematizações em torno da responsabilização em contexto de vulnerabilidade social. *Responsabilidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 173-177. Recuperado a partir de <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/10-vicentin-m-c-g-catao-a-l-p-borghi-a-rosa-m-d-adolesc3aancia-e-sistema-de-justic3a7a-problematizac3a7c3b5es-em-torno-da-responsabilizac3a7c3a3o-2012.pdf>

Vigotski L. S. (1929). *Manuscrito de 1929*.

Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135.

## **Trabalho 2: Afetos e efeitos discursivos de uma quarentena produtiva.**

**Autora: Danielle Cândido da Silva Nascimento.**

Resumo:

### **Introdução**

No momento em que estamos vivenciando um período de afastamento social, como medida principal de contenção da transmissão do COVID-19, escrever sobre a singularidade dos afetos e a particularidade dos seus discursos é uma expectativa desta pesquisa. E mais: no contexto em que a pandemia do novo coronavírus (e suas consequências) evidencia e potencializa fragilidades e desigualdades, nos vemos diante de uma escrita por encomenda, ou melhor, um pedido do tempo, que suscita de nós, pesquisadores, uma reflexão instigante e laboriosa sobre os afetos e efeitos discursivos nesse período repleto de incertezas. De fato, os discursos que

circulam neste momento pandêmico produzem muitos efeitos no campo das sensibilidades. O medo é um desses afetos que paralisam o corpo e a mente dos trabalhadores devido ao temor em relação ao futuro: há um medo de testar positivo para o COVID-19, de não ter o atendimento de saúde suficiente, de ficar desempregado, de perder um ente querido, o medo de morrer. E também o medo de ficar de fora desse *boom* de coisas produtivas que as pessoas estão fazendo nessa quarentena: acompanhar todas as lives no YouTube, fazer tantos exercícios quanto seus amigos no Instagram ou terminar esta pesquisa para, enfim, submeter a uma revista científica. Em meio a tantas opções de escolha, esse medo de perder – ou a perda propriamente dita –, que sempre existiu, é ainda mais enfatizado no contexto de afastamento social.

### **Objetivos**

A proposta desta pesquisa é apresentar uma discussão sobre a realidade a nossa volta, por meio da forma como somos afetados e também afetamos nessa circunstância de pandemia do novo coronavírus, que evidencia as desigualdades e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam. De modo específico, nesse momento de afastamento social, procuramos responder a questão que muitos de nós estamos argumentando: por que a quarentena tem que ser produtiva? Buscamos a resposta para essa pergunta a partir dos afetos que circulam no corpo social e dos discursos que, tanto materializam essa afetividade, como também nos aproximam do real da desigualdade em que vivemos, por meio do ato de desvelar os efeitos de sentido dessa discursividade sensível.

### **Metodologia**

Para realizar uma leitura da sociedade pelo que os sujeitos sentem, pensam e falam, é fundamental descortinar elementos provenientes do processo de desigualdade social. Para tal, buscamos a orientação para esses antagonismos retalhadores do homem ao pensar sobre a vida afetiva a partir da *Ética* de Spinoza, como um exercício filosófico que consiste numa dupla leitura (sistemática e afetiva), como também, acrescentamos uma terceira perspectiva a esse ato de ler e refletir sobre o movimento entre servidão e liberdade: a leitura sintomal<sup>1</sup>. Nela se encontra o caráter essencial do que não é visível, que foi apagado e/ou silenciado pelos interesses do poder, mantendo os homens numa vivência de sofrimento. A opção pela

---

<sup>1</sup> Em *O marxismo inconcluso da Análise do Discurso: um legado de Michel Pêcheux*, Virgínia Amaral (2013) explica que a leitura sintomal é um projeto de releitura de Marx, empreendido por Althusser, que ganha força entre os intelectuais a partir de uma “nova teoria do Ler”, que ensaiava a interlocução com as reflexões de Lacan, que mais tarde incidiria na composição teórica da Análise do Discurso.



afetividade como campo de estudo na Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux visa nos guiar numa aproximação do real da história a fim de responder a questão “a quarentena tem que ser produtiva?”. Para tal, selecionamos sequências discursivas da reportagem “Curso a distância, encontros virtuais: a quarentena tem que ser produtiva”<sup>2</sup>, a fim de desvelar os efeitos de sentido do discurso que representa as vozes dos trabalhadores ouvidos/citados pela/na reportagem e a forma como eles afetam e são afetados durante esse período de pandemia. A partir dessa análise discursiva, levantamos três hipóteses acerca dos afetos e efeitos de uma quarentena produtiva: 1- *A produtividade é afetada pela tecnologia*; 2- *A produtividade é determinada pelo medo*; e 3- *A produtividade ressignifica o tempo livre*. Ressaltamos, então, que, pensar acerca desse espaço de transição (a transformação), é uma questão buscada tanto pela filosofia, como também um caminho percorrido pela teoria materialista do discurso pechêutiana, que nos orienta acerca da ação do homem num mundo de complexo processo de vivência afetiva em meio à desigualdade.

## Resultados

Os resultados obtidos na discussão sobre a quarentena produtiva apontam que: 1. *A produtividade é afetada pela tecnologia* pelo fato de que, mediante a possibilidade restrita de se relacionar em meio ao afastamento social, as pessoas encontram na comunicação digital o espaço apropriado para comprovar que estão fazendo algo que o outro não está e assim fomentam a concorrência, afastando a insegurança da exclusão social, ao incutir no outro o medo, a ansiedade e a inveja da qual também padecemos, numa *espiral discursiva* de afetos tristes; 2. *A produtividade é determinada pelo medo*, um temor cuja gestão e produção de afetos são orquestrados pelo corpo político que move as relações nas quais os sujeitos/trabalhadores estão inseridos, oscilando entre o medo de perder e a esperança de alcançar os amores imoderados pelos bens de fortuna, mais especificamente, essa experiência ressalta a relação com o medo do que sentiremos falta porque não temos tempo ou dinheiro necessário, o que ficou conhecido pelo termo “medo de ficar de fora” (do inglês, *Fear of Missing Out* - FoMO); 3- *A produtividade ressignifica o tempo livre*, porque o capital procura dominar os outros tempos que os trabalhadores tentam inserir e reinserir dentro e fora do tempo e espaço de trabalho, resultando em disputas explícitas e implícitas, coletivas e individuais, pontuais ou estruturais, negociadas ou não. No entanto, a concepção de que todo o tempo é dominado pelo

---

<sup>2</sup> Reportagem de André Cabette Fábio, publicada no portal UOL em <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/26/curso-a-distancia-encontros-virtuais-a-quarentena-tem-que-ser-produtiva.htm.htm?cmpid=copiaecola>>

capital, tem contra si a possibilidade do movimento contraditório e, portanto, de transformação na maneira de pensar.

### **Conclusão**

A ideia de que, durante a quarentena, todo nanossegundo de nossas vidas deve ser mercantilizado e apontado para o lucro e o autoaperfeiçoamento, a fim de provar o nosso valor na sociedade de consumo, leva muitos trabalhadores a se adaptarem à falta de disponibilidade de tempo. Entender o tempo em sua relação com o dinheiro é ver progressivamente o tempo livre do trabalhador como um músculo que atrofia. Afinal, se não estamos acostumados a lidar com o tempo disponível, não sabemos o que fazer quando temos tempo. Mas, se por um lado, os discursos que circulam com base no apelo ao medo incitam o temor para alcançar o consenso; por outro lado, surge o movimento “prazer em ficar de fora” (do inglês, *Joy of Missing Out* – JoMO), no qual as pessoas vivenciam algo único, em seu próprio ritmo e com a tranquilidade necessária para aproveitar sem se preocupar com outras opções de escolha. Diante dessa alegria em apreciar um tempo só para si, estaríamos, pois, diante de uma forma de resistência?

### **Referências**

AMARAL, Maria Virgínia Borges. O Marxismo inconcluso da Análise do Discurso: um legado de Michel Pêcheux. *Signo y Seña – Revista del Instituto de Linguística*, Buenos Aires, n. 24, p. 105-121, dez. 2013.

CABETTE FÁBIO, André (2020). Curso a distância, encontros virtuais: a quarentena tem que ser produtiva? Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/26/curso-a-distancia-encontros-virtuais-a-quarentena-tem-que-ser-produtiva.amp.htm>> Acesso em 03 ago. 2020.

HERMAN, Dan (2011). The fear of missing out. Disponível em <<http://fomofearofmissingout.com/fomo>> Aceso em 5 ago 2020.

MARX. Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SPINOZA, Baruch de. *Ética*. Tradução: Tomaz Tadeu. 2.ed. 5.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

### **Trabalho 3: Relações entre educação social no “terceiro setor” e gestão da pobreza: apontamentos iniciais.**

**Autoras:** Talita Troleze de Toledo; Prof. Dr. Lavínia Lopes Salomão Magiolino.

Resumo:

#### **Introdução**

Este resumo é parte inicial de um projeto de mestrado, no qual pretende-se analisar se as práticas desenvolvidas no “terceiro setor”, em especial nos Serviços de Proteção previstos na Política Nacional de Assistência Social, representam de fato uma possibilidade de enfrentamento da pobreza e da redução das desigualdades sociais. Destaca-se como objeto de estudo a educação social, e as práticas socioeducativas, visto que representam um lócus privilegiado para o desenvolvimento das atividades, em especial àquelas grupais, atingindo, portanto um grande número de usuários destes Serviços. Parte-se da hipótese de que, ainda que a educação social esteja posta como uma prática de enfrentamento da desigualdade social, a análise histórica e crítica deste campo nos permite sugerir que ela se configura na sociedade capitalista como uma estratégia de dominação e de governabilidade da pobreza. Entende-se que o desenvolvimento da pesquisa permitirá, além da ampliação do debate sobre a temática e produção teórica sobre o assunto, favorecer o desenvolvimento dos educadores sociais participantes da intervenção com relação ao autoconhecimento de sua condição concreta enquanto classe trabalhadora, bem como a interpretação da significação histórica deste campo de trabalho.

#### **Objetivos**

O objetivo geral do trabalho é discutir a relação entre as práticas socioeducativas do “terceiro setor” e as estratégias neoliberais de gestão da pobreza, a partir da investigação das práticas socioeducativas desenvolvidas em serviços de proteção da rede socioassistencial de Campinas/SP. Pretende-se também investigar as relações entre a educação social, enquanto meio ideológico de controle pelo Estado, e a estruturação do trabalho do educador social, bem como, a compreensão dos educadores sociais sobre a relação entre educação social e Estado neoliberal.

## **Metodologia**

A metodologia do trabalho se ancora numa epistemologia materialista histórico-dialética, que se fundamenta na investigação crítica do conhecimento acumulado, buscando, portanto, “trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir de processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18). Além do recorte teórico, pretende-se realizar investigação empírica junto à educadores sociais da cidade de Campinas/SP, sobre as práticas socioeducativas desenvolvidas, o que nos permitiria discutir a condição concreta do trabalho dos educadores sociais e a significação histórica das práticas socioeducativas, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho e seus determinantes sociais. Considera-se que a pesquisa participante é a que melhor responde aos objetivos, visto que ela busca possibilitar também que os participantes “aprendam a escrever sua história de classe e de tornarem-se sujeitos do ato de conhecer para transformar o mundo” (GOLDENSTEIN, 2009). Para os pressupostos deste trabalho será desenvolvido uma entrevista baseado no modelo de enquete operária para o diálogo com os educadores, de acordo com Thiollent (1987, p. 107), a enquete operária possibilita uma avaliação crítica e oferece uma certa visão do “nível de explicação acessível à consciência dos trabalhadores entrevistados”, dessa forma a investigação central que se pretende através da enquete diz respeito às situações de trabalho e à apreensão da realidade percebida por estes trabalhadores.

## **Resultados Parciais**

Para Yazbeck (2012), o lugar da pobreza na sociedade capitalista não se expressa somente pela condição socioeconômica e política, mas também pelos valores culturais das classes empobrecidas e de seus interlocutores na vida social, a pobreza seria, portanto, a expressão direta de relações sociais desiguais, uma categoria histórica e socialmente construída; a autora pontua ainda que manter os indivíduos na subalternidade se configura como uma estratégia de dominação, de governabilidade da pobreza. Verificamos ainda que, historicamente a educação social, entre muitas indefinições e divergências, parece se estabelecer de forma mais expressiva como um conjunto de práticas cujo público-alvo são justamente os “excluídos socialmente”, os indivíduos que se encontram em condição de vulnerabilidade e pobreza, configurando uma estratégia de enfrentamento e redução das desigualdades. Neste sentido, as contribuições de Brandão (1984, p. 173) nos auxiliam na problematização de que “como agentes de trabalho da educação, de modo algum a sociedade civil atua monoliticamente e, portanto, não pode ser definida como espaço “alternativo” daquilo que, no Estado, existe como “oficial””. Dessa forma o trabalho em educação social, tendo como público-alvo os indivíduos e grupos em

situação de vulnerabilidade social e a estratégia de “setorização” da sociedade capitalista, buscaria mascarar que “o lugar social destes grupos, para o capital, é exatamente à margem da sociedade de direitos, sobrevivendo das sobras e da prestação de serviços aos grupos sociais que ocupam os espaços de direitos e de consumo” (GARCIA, 2009, p. 180).

### **Conclusão**

O breve caminho delineado no projeto parece corroborar a hipótese de que o educador social, estaria diretamente ligado à execução das estratégias de dominação e governabilidade da pobreza, ocultadas sob o discurso de que práticas em educação social estariam vinculadas à emancipação política e social dos usuários. De modo geral, parece-nos que este campo de trabalho aponta para indefinições, que vão desde a nomenclatura utilizada até as práticas desenvolvidas, é importante questionar o que a indefinição oculta, visto que toda prática educativa se localiza num campo ideológico. Concordamos com Brandão (1984, p. 172) que algumas oposições como Estado - Sociedade Civil, embora pareçam funcionais ocultam um “interesse político sob a armadilha de uma prática social que um conjunto de normas técnicas põe a funcionar”. A ampliação das parcerias público-privadas, entre Estado e “organizações da sociedade civil”, bem como a “retirada do Estado” do âmbito social na execução dos serviços - que antes lidos como anti-mercadorias por não possuírem valor de troca passam a ser mercadorizados - parecem evidenciar as práticas de controle, além de reforçar o trabalho do educador social como sendo regulado também nesta dinâmica neoliberal de mercadorização do “social”.

### **Referências Bibliográficas**

BRANDÃO, C. R. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, V. (Org.). Perspectivas e dilemas na Educação Popular. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GARCIA, V. A. A educação não-formal como acontecimento. 455 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. [s. n.], 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251690>>. Acesso em: Set/2020.

GOLDENSTEIN, M. S. Produção de conhecimento e atividade formativa: uma proposta para educadores. 566p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THIOLLENT, M. J. M. Sobre a enquete operária. In: \_\_\_\_\_. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Editora Polis, 1987, 5ª ed.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, Junho, 2012.

#### **Trabalho 4: O autodomínio da conduta em Vygostky e a autodeterminação coletivista em Petrovsky.**

**Autora:** Thalisiê Correia.

Resumo: O objetivo desse trabalho<sup>3</sup> é desenvolver em continuidade sistemática o processo de investigação da hipótese de que as categorias de *autodomínio da conduta* em Lev Semyonovich Vygostky (1896-1936) e *autodeterminação coletivista da personalidade* em Arthur Vladimirovich Petrovsky (1924–2006) referem e significam concretamente o estudo científico do mesmo fenômeno humano de *autodirecionamento*. Fenômeno humano então pesquisado em diferentes períodos históricos-culturais da produção científica da psicologia soviética: a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) entre as décadas de 1920-1930 e entre as décadas de 1970-1980; qualificado, portanto, por vias metodológicas distintas para particularidades de uma mesma estrutura epistemológica em desenvolvimento histórico-culturalmente determinado pelas relações sociais de produção da URSS.

No primeiro momento dessa investigação realizou-se uma seleção dentre as obras de Vygostky traduzidas para o português e dentre as obras de Petrovsky traduzidas para o espanhol. O trabalho metodológico foi realizado por mediação da palavra que inaugura o conceito, isto é, pela estrutura de generalização imediata do conceito, incluindo alguns dos trechos das obras que as referem em destaque. Através de uma abstração das categorias em destaque nas obras

---

<sup>3</sup> A versão desenvolvida até então desse trabalho está sendo publicada em 27 de outubro de 2020 como capítulo no livro: “Lev Vygostky: uma leitura interdisciplinar”; organizado por Maria Sara de Lima e em processo de publicação pela Editora Psifi.

relatou-se uma representação sincrética e por uma análise de suas interrelações contextuais complexificou-se a aproximação aos conceitos. E para um retorno ao concreto historicamente explicado em conceitos indicou-se nexos de significação a partir de relações tecidas com algumas determinações histórico-culturais da produção científica soviética.

A conduta aparece, na produção de Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1936), como interrelação entre a verbalização e o desenvolvimento cultural da criança. A palavra é então colocada como algo que exerce um poder de comando sobre o corpo, seja pronunciada pela pessoa em si, seja pronunciada por um outro corpo e que origina-se na cooperação de trabalho entre as pessoas desde as comunidades primitivas e ao longo de todo o desenvolvimento das relações sociais de produção. Assim, entre a dimensão individual e coletiva, é o caminho histórico da organização coletiva que dá origem a organização individual. Caminho histórico que está objetivado nas tarefas ou funções sociais da cooperação para o trabalho, as quais tornam-se a influência direta sobre a conduta. Vygotsky destrincha o que seria a conduta cultural como o conteúdo propriamente humano no comportamento e apresenta as hipóteses de historicidade da formação desses comportamentos humanizados tanto na sociabilidade como no indivíduo, diferenciando-os dos processos psicológicos elementares. Sendo que essa diferenciação é atribuída à simbologia contida na fala, simbologia essa que é derivada do uso de signos e direcionada à comunicação de significados. Então, o domínio processual da linguagem que se desenvolve na criança e o entendimento gradual sobre a causalidade circundante permite que ela possa direcionar o próprio comportamento e não só direcionar, mas reorganizar as suas funções psíquicas para a apropriação do conjunto de conteúdos culturalmente valorizados. É então um salto ontológico que fica demarcado pela condição tipicamente humana de ser sujeito e objeto de si, algo que ocorre e que se centraliza pelo domínio da própria conduta. E vai possibilitando o desenvolvimento da autonomia na resolução de problemas e escolhas, por meio de uma estrutura intrapessoal que foi interpessoal: a linguagem internalizada como pensamento. Entre duas qualidades de regulação da conduta (elementares e culturais), através de experimentos, Vygotsky verificou o direcionamento da atenção tanto por indicadores gestuais quanto por indicadores de regulação verbais em um primeiro passo e num segundo passo a própria autoregulação para a produção desse direcionamento representado em uma luta de motivos plurisignificados para o processo decisório. Nisso o processo decisório torna-se processo criativo de novas escolhas, ao combinar as complexas determinações de nossas escolhas com os processos de pensamento que as dirigem; o que significa criação de formas novas de comportamento a partir dos processos

volitivos por meio do uso de signos auxiliares e reorganização dos sistemas de signos para uma orientação original da conduta como posicionamento ideológico pró ou contra-hegemônico, isto é, como o “novo conteúdo extraído pelo humano da ideologia do meio que o rodeia.” (VYGOTSKY, 1930/1931/1996, p.117).

Na produção de Arthur Vladimirovich Petrovsky (1924-2006) esse fenômeno aparece em contextos em que a partir das existências de coletivos (grupos com um grau de desenvolvimento especializado, que possuem objetivos socialmente significativos, história e atuação efetiva na realidade) os indivíduos que pertencem efetivamente a esses grupos conseguem resistir às pressões de outros grupos e sustentar as posições teóricas e práticas que estejam alinhadas com os objetivos definidos nos seus coletivos. A categoria de autodeterminação coletivista da personalidade aparece então como um fenômeno que corresponde a “contraposição das disposições inconscientes da sugestão aos atos volitivos conscientes” (PETROVSKY, 1979/1986, p.37) e ainda como “conscientização da necessidade de atuar em correspondência com suas orientações valorativas” (PETROVSKY, 1979/1986, p.38). A esse fenômeno é atribuída grande importância por sua potencialidade de indicar a expressão de um comportamento do indivíduo direcionado por valorações interiorizadas e em contraposição aos comportamentos conformistas com a sugestionabilidade externa (tendência a seguir as determinações imediatas sugeridas durante as interações). Assim essa potência de organização da conduta do indivíduo por valorizações interiorizadas das atividades, objetivos e tarefas de um grupo ou de uma coletividade é ampliada, então, por evidências experimentais. A expressão do fenômeno de autodeterminação coletivista é, então, diretamente relacionada com a organização do trabalho social, com as direções da coletividade e com a ideologia que mediatiza o contato consciente e inconsciente com essas relações sociais de produção. Porém, trata-se justamente de uma criticidade às tendências sugestivas dos processos ideológicos que manifestam-se nos grupamentos difusos para então sustentar posições forjadas em uma coletividade particularmente mediada por uma atividade. Essas posições forjadas em uma coletividade podem tanto ser em convergência quanto em divergência com a ideologia dominante da sociedade em específico, conforme a posição que essas coletividades ocupam nas relações sociais de produção. O que encontra-se a partir desse fenômeno é a expressão de um conteúdo forjado a partir de coletividades humanas, organizadas em atividades; conteúdo esse que mediatiza os atos volitivos das individualidades diante das pressões em grupos difusos do cotidiano social. O fenômeno da autodeterminação coletivista resultou ser a coletividade como elemento estruturante de um autodomínio da conduta.



Para entender a articulação de significados culturais que constituem os conceitos precisamos compreender as determinações histórico-culturais que envolvem a produção científica em cada um dos períodos. Podemos dizer assim que a produção científica soviética foi demarcada pelos grandes processos de transformação sociais da época que podem ser reconhecidas, por exemplo, pelo intenso controle do período pós-revolucionário (1917), pela exigência de um tipo específico de marxismo-leninismo pós-Grande Quebra staliniana (1929-1932), pela flexibilização do processo de desestalinização pós-Degelo (1956-1964) e pela estabilidade subsequente até os anos da década de 1990. (BOVO, KUNZLER & TOASSA, 2019) Cada um desses períodos, portanto, demandou e possibilitou uma particular produção científica soviética. Porém, as relações de produção configuravam-se em círculos que viabilizavam redes informais de pesquisa reunidas por objetivos gerais e específicos que transformavam-se com frequência e que constituíam um conjunto polifônico, dialógico e circular (BOVO, KUNZLER & TOASSA, 2019). A aproximação dos pesquisadores consistiam em alianças temporárias sustentadas por objetivos comuns de projetos transdisciplinares, formando assim redes do fazer científico soviético maleáveis e permeadas por aproximações pessoais e informais. Essas redes precisavam posicionar-se diante do enraizamento de uma crise da ciência psicológica, apontada por Vygotsky em torno de do início do século XX e ainda reconhecida na produção soviética da época de Petrovsky; o que sintetizou-se no desenvolvimento de uma multiplicidade de projetos orientados para a produção de uma Psicologia Geral Marxista e de uma Psicologia Social Marxista-Leninista, emergentes como resultantes do desenvolvimento da própria URSS.

## REFERÊNCIAS

BOVO, A. C. DE L.; KUNZLER, A. P.; TOASSA, G. Da “Escola” ao “Círculo” de Vygotsky. Memorandum: Memória e História em Psicologia, v. 36, p. 1-23, 18 jun. 2019.

MORAES PORTO, Kaira; MARTINS, Lígia Márcia. Formação de sistemas conceituais e o desenvolvimento do pensamento: implicações para a educação escolar. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 29, n.3, p.4-22, Set./Dez., 2018. ISSN:2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v29i3.6057.

PETROVSKY, Arthur. Personalidad, Actividad y Colectividad. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1982/1984.

PETROVSKY, Arthur. Teoria Psicologica del colectivo. Moscou: Editorial de Ciencias Sociales, 1979/1986.

TOASSA, Gisele. Conceito de liberdade em Vygotsky. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 24, n. 3, p.2-11, set. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000300002>.

TOASSA, Gisele; DELARI JUNIOR, Achilles. Sakharov e os métodos para pesquisa da formação de conceitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 645-658, Dec. 2013. Available

from<[http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S198402922013000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S198402922013000300014&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000300014>.

TOASSA, Gisele. Is there a Vygotskian Materialism? Ontological and epistemological concerns fora a contemporary Marxist Psychology (Part I). *Dubna Psychological Journal*, 1, 58-68. 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Manuscrito de 1929 [Psicologia Concreta do Homem]. In: *Educação & Sociedade*, ano XXI, no 71, Julho/00. p. 21- 44. 1929/2000. [trad. do Russo: Alexandra Marenitch]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. O instrumento e o símbolo (capítulo 1). In: \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 21-33. 1930/1984. [trad. do inglês: José Cipolla Netto; Luis Silveira Menna-Barreto; Solange Castro Afeche]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. O desenvolvimento da percepção e da atenção (capítulo 2). In: \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. P, 35-42. 1930/1984. [trad. do inglês: José Cipolla Netto; Luis Silveira Menna-Barreto; Solange Castro Afeche]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. O domínio sobre a memória e o pensamento (capítulo 3). In: \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. p. 43-58. 1930 /1984. [trad. do inglês: José Cipolla Netto; Luis Silveira Menna-Barreto; Solange Castro Afeche]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A internalização das funções psíquicas superiores (capítulo 4). In: \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. p. 59-65. 1930/1984. [trad. do inglês: José Cipolla Netto; Luis Silveira Menna-Barreto; Solange Castro Afeche]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Sobre os Sistemas Psicológicos. In: \_\_\_\_\_. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p. 103-135. 1930/1996. [trad. do espanhol: Claudia Berliner]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Psique, consciência, inconsciente. In: \_\_\_\_\_. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p. 137-159. 1930/1996. [trad. do espanhol: Claudia Berliner]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Desenvolvimento da memória (prefácio ao livro de A. N. Leontiev). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. p.161-170. 1931/1996. [trad. do espanhol: Claudia Berliner]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Interação entre Aprendizado e Desenvolvimento” (capítulo 6). In: \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. p. 89-103. 1934/1984).[trad. do inglês: José Cipolla Netto; Luis Silveira Menna-Barreto; Solange Castro Afeche]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Pensamento e linguagem. Edição eletrônica: [www.jahr.org](http://www.jahr.org). 1934/1996. [edição de trad.: Ridendo Castigat Mores]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 496 p. 1934/2001. [trad. do russo: Paulo Bezerra]

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A psicologia e a teoria da localização das funções psíquicas. In: \_\_\_\_\_. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes. p. 191- 200. 1934/1996. [trad. do espanhol: Claudia Berliner]

### **Trabalho 5: O Psiquismo Como Drama: Breves Reflexões Sobre As Contribuições De Vigotski Para Uma Clínica Psicológica De Base Sócio-histórica.**

**Autor:** Péricles de Souza Macedo.

Resumo: O presente trabalho de natureza teórico-reflexiva tem como objetivo tecer breves reflexões sobre as contribuições de Vigotski para um fazer clínico em psicologia posicionado ético-politicamente. A prática clínica, apesar de todos os apontamentos realizados, alertando para seu caráter individualizante e reducionista dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, históricos e culturais, localizando no indivíduo todas as explicações para seu sofrimento, desconsiderando as determinações da base material que engendram esse psiquismo, ainda assim é considerada até os dias atuais como modelo de atuação hegemônico no campo dessa ciência, sofrendo severas críticas ao longo da história recente de regulamentação desse campo profissional, sobretudo por seu caráter elitista e adaptacionista, oferecendo poucas contribuições para a transformação das condições de vida desiguais e opressoras das maiorias populares dos povos do continente latino-americano. Historicamente, importou-se modelos teóricos e epistemológicos oriundos dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa, ancorados sob o paradigma positivista de ciência, o qual postula a necessidade de adoção de uma postura neutra por parte do pesquisador, desdobrando-se em uma ideia de psicologia neutra. Sabe-se que essa suposta neutralidade, carrega consigo elementos ideológicos, no sentido de não explicitar suas reais intenções, isso pode ser evidenciado nos corpus teóricos hegemônicos produzidos no campo dessa ciência e profissão, sobretudo no que tange aos aspectos adaptacionista e controlador que se expressam em tais produções, os quais foram objetos de contundentes críticas nas décadas de 70 e 80, culminando no que se denomina hoje de projeto do compromisso social da psicologia. Martin Baró, ao propor uma psicologia que atendesse às condições das maiorias populares latino-americanas, ofereceu importantes contribuições para se pensar os elementos éticos, técnicos e políticos que deveriam transversalizar a práxis psicológica nos mais diversos contextos de atuação, apontando para elementos ideológicos embutidos nas teorias psicológicas tradicionais.(BARÓ, 1996).

A prática clínica de base vigotskiana, rompe radicalmente com o modelo tradicional de compreensão calcado em noções normatizadoras e patologizantes e inaugura uma leitura revolucionária no campo psicológico ao oferecer uma chave interpretativa do psiquismo humano a partir da noção de drama. Com isso, o psiquismo deixa de ser abordado como uma entidade abstrata, universal e harmônica e passa a ser compreendido como um fenômeno contraditório, devendo ser explicado e compreendido a partir de leituras materialistas, históricas e dialéticas, que considerarão, entre outros aspectos, a historicidade como elemento fundante do psiquismo, tendo a contradição imbricada na relação dialética indivíduo-sociedade como eixo nucleador de toda a constituição do sujeito, escapando de leituras naturalizantes dos fenômenos psicológicos, cujos desdobramentos ainda são bastantes evidentes na clínica psicológica de base tradicional. Entende-se aqui como práticas clínicas que atuam pautadas no que denominamos de tradicional, aquelas que, em seu escopo teórico-metodológico, utilizam um modelo individualizante que não incorpora a historicidade como cerne da compreensão e explicação do psiquismo, não considerando o psiquismo como expressão das contradições sociais que se materializam no sujeito e em sua maneira de se relacionar consigo mesmo e com o mundo, mas, como um erro que precisa ser corrigido, de modo que o sujeito redescubra o caminho harmônico de sua existência. A psicoterapia de base sócio-histórica, fundamentada em Vigotski, incorpora as contradições em sua análise dos fenômenos e não os elimina, entendendo que o papel da clínica não é adaptar o sujeito, mas, torná-lo cômico dos dramas e das tramas psicológicas que o constitui. (VIGOTSKI, 1929).

Pensar a clínica psicológica por meio dos fundamentos da perspectiva sócio-histórica, implica compreendê-la a partir da noção de práxis, tendo como horizonte a revolução e a transformação. A tarefa da psicologia sócio-histórica no campo clínico deve superar o design tradicional, baseado em noções patologizantes e medicalizantes do fenômeno psicológico e deve produzir uma práxis que tenha em seu escopo de intervenção a liberdade do sujeito como objetivo a ser alcançado, sendo esta compreendida como a capacidade de criar e imaginar, que dê condições para que o mesmo atue no mundo tendo uma postura ativa ante a realidade e não apenas se conformando e se adaptando ao mundo, sem transformá-lo. Entende-se a saúde psicossocial como a capacidade do sujeito de agir em sua realidade, transformando-a e recriando-a e não apenas reproduzindo passiva e ideologicamente as estruturas de opressão e dominação, por meio de uma ideia de resiliência que postula a superação do sofrimento psíquico por meio exclusivamente da aceitação da realidade, como as teorias e modelos tradicionais em psicologia clínica historicamente vêm intervindo nesse campo. Esse trabalho visa oferecer contribuições

para se pensar e se produzir uma clínica psicológica que incida sobre os paradigmas tradicionais sobretudo adaptacionistas e medicalizantes, oferecendo outra concepção que denominamos de “modelo novo” como possibilidade de atuar nesse campo de modo coerente com os pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica.

## **Referências**

Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

VIGOTSKI, Lev S .. Manuscrito de 1929. *Educ. Soc.* , Campinas, v. 21, n. 71, pág. 21-44, julho de 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 20 de outubro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>.

## **Trabalho 6: A Unidade Afeto Cognição A Partir Da Psicologia Histórico-cultural.**

**Autoras: Ma. Ana Paula Barbosa; Dra. Maria Eliza Mattosinho Bernardes.**

Resumo: Este estudo, parte integrante de uma pesquisa de doutorado - sobre a unidade afeto cognição no ensino remoto, no contexto da pandemia de 2020 - tem por objetivo fazer uma análise crítica da unidade afeto cognição a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Vigotski, fundamentado em Espinosa concebe o ser humano como monista, ou seja, ser integral, em que mente e corpo são integrados, tal qual a dimensão afetiva e cognitiva do sujeito, não sendo possível a sua divisão.

Tal concepção é contrária à concepção predominante na sociedade atualmente, em que corpo e mente são cindidos, bem como afeto e intelecto, na qual a segunda é valorizada em detrimento da dimensão afetiva do sujeito. A origem desta concepção remete à Descartes, na qual o ser humano era dividido entre corpo e alma; sendo a alma superior ao corpo. Segundo Vigotsky (2004), para Descartes a emoção era somente uma questão fisiológica, referente ao corpo e, em poucas exceções era relacionada à alma.

Afeto e cognição como unidade parte da compreensão de ser humano como ser social, histórico, cultural e biológico e se constitui na relação com a sociedade. O ser humano é compreendido como ser integral, em que o afeto e a cognição formam uma unidade, presente em toda atividade

humana. Concebe-se também o psiquismo humano como a unidade interfuncional, um sistema de relações conectadas e interligadas.

O estudo é de cunho analítico-teórico, considera o desenvolvimento a partir da raiz filo e ontogenético do ser humano, na estreita relação com o mundo social e natural. No campo metodológico foram consultados autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural e autores contemporâneos visando identificar a essência dos conceitos e os avanços na literatura científica. Foram realizadas análises e comparações entre os conceitos estudados, partindo dos autores clássicos e recorrendo a autores contemporâneos para ampliar e sistematizar o conhecimento alcançado. Em primeiro lugar foram estudados artigos e livros já conhecidos dos autores clássicos. Em segundo lugar foi realizada pesquisa na base de dados bibliográfica Google Acadêmico, por fim, foram consultadas bibliografias citadas nas obras estudadas.

Para a compreensão da temática, iniciou-se o estudo da unidade interfuncional do psiquismo humano. O sistema psicológico compreende as funções psicológicas superiores e outros sistemas, sendo importante compreender que as funções não atuam isoladas, atuam em conexão e estão interligadas. Como explicado por Luria (1992), Leontiev (2004) e Vigotsky (2001), o psiquismo funciona e se desenvolve como um sistema, como um todo e não nas partes isoladas. As funções se relacionam e se conectam umas às outras, mudam as relações entre si e criam novas, passam a atuar em conjunto.

Em seguida, analisou-se os textos de Vigotski, permeados pelos conceitos de emoção, afeto, sentimento, razão e cognição para a compreensão da unidade afeto cognição, bem como a relação dialética entre ambos e o processo de sua constituição. A análise foi complementada por autores contemporâneos, estudiosos da Psicologia Histórico-cultural, que pesquisam a respeito dos conceitos pertinentes a este estudo.

Vigotski (2004) explicita e explica os equívocos das teorias das emoções de James e Lange, associando-as à teoria de Descartes. O principal equívoco consiste em dar a emoção um papel secundário, periférico, relacionado às sensações do corpo. Na obra: “Teoria das emoções” Vigotski (2004) não chegou a concluir uma teoria sobre as emoções, mas fez uma aproximação entre emoção e consciência, explicitando, sobretudo, o que ela não é.

A emoção permeia toda a obra do autor, assim, após o estudo da obra acima citada, outros textos foram estudados para entender a relação entre afetividade e cognição, como se constituem, se integram e se afetam mutuamente no sujeito. Vigotski (2009) compreende que

a emoção, juntamente com a volição, é a base do pensamento, ou seja, os pensamentos são emocionados. Dessa forma, a partir de seu pensamento (imbricado de afetos) o sujeito age no mundo. A partir de Espinosa, Vygotski (1997a) afirma que os afetos podem ser modificados ao pensar sobre eles, assim, os pensamentos também afetam as emoções. Para além de se afetarem mutuamente, Vygotski (1997b) esclarece que toda função psicológica superior possui uma natureza afetiva e cognitiva. Autores contemporâneos compõem o estudo para ajudar a esclarecer e ampliar a compreensão sobre a problemática.

Os estudos apontam para a profunda relação entre as funções psicológicas superiores e entre a dimensão afetiva e cognitiva. Apontam para a relação dialética entre cognição e o afeto, sendo que ambos integram a constituição dos sujeitos a partir das relações com a sociedade e com o mundo, determinadas histórica, cultural e socialmente. Outros conceitos se fazem importantes, como é o caso de vivências, drama, sentido, significado e motivo.

## REFERÊNCIAS

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Tradutor Rubens Eduardo Frias. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, A. R. A construção da mente. Traduzido por Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Editora Ícone, 1992.

VIGOTSKY, L. S. Teoría de las emociones: Estudio histórico-psicológico. Ediciones Akal S. A., Madrid, Espanha: 2004.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas I. 2a ed. Madrid: Visor Dis. SA., 1997a

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas V. 2a ed. Madrid: Visor Dis. SA., 1997b

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas II. 2a ed. Madrid: Visor Dis. SA., 2001.

### Sessão Temática 3: Relatos de Sofrimento Ético-Político

#### Sala 01

##### **Apresentação da coordenadora**

A sessão temática da sala 1, intitulada “Relatos do Sofrimento ético-político” foi coordenada pela doutoranda Elisa Harumi Musha do NEXIN/PUC-SP. Teve como debatedora Margarida Barreto e debatedor Alexsandro Cosmo de Mesquita dos seguintes trabalhos: 1) A história (re)contada: resgate da memória coletiva dos pescadores artesanais da Pedra do Sal (PI), apresentado por Gabriela Carvalho Souza; 2) Um relato de experiência: A cidade é meu território, sou semente, e sementes nascem em lugares improváveis, esta é minha aldeia e não fugirei dela, apresentada por Pérola/Edileia Barbosa da Silva Farias; 3) Saúde mental e bem-estar psicológico em duas comunidades nativas, apresentado por Eduardo Rodrigues do Vale Filho, Marina, Hellen Thais Melo Oliveira e Raquel Schmidt; 4) Implicações psicossociais do contexto de desapropriação do espaço vividas por moradores de uma comunidade de Fortaleza-CE, apresentado por Fábio Pinheiro Pacheco e 5) O Rio de Concreto: situações de sofrimento ético-político na desapropriação gerada pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidade rurais, apresentado por Cícera Mônica da Silva Sousa Martins.

Todos os cinco trabalhos apresentados levantaram a dimensão do sofrimento ético político expresso pelos povos originários e tradicionais em distintos territórios; tais como: pescadores artesanais da Pedra do Sal (PI), moradores de uma comunidade de Fortaleza, comunidades rurais do Crato (CE), comunidades nativas (mbyá-guarani e okinawense) e membros de uma horta comunitária do município de Santa Catarina.

A debatedora Margarida provocou o grupo com as seguintes questões: “Como lutar para manter o desejo como força revolucionária?” e “existirá espaço para a alegria quando somos submetidos aos atos de violências psicológicas/físicas?”, levando em consideração o sofrimento ético político mediado por dores da desigualdade social. O debatedor Alexsandro reforçou a importância de continuidade de todos os trabalhos apresentados e fez o convite para que as/os apresentadores possam relatar suas pesquisas no projeto Pindorama da PUC-SP do qual faz parte.



A partir das reflexões e inquietações surgidas na roda destaco a fala de Eduardo de que a saúde mental está na prática das comunidades tradicionais e dos povos originários, portanto, é indissociável da luta por demarcação de territórios. Além da fala dita por Mônica sobre as situações de sofrimento ético-político na desapropriação gerada pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará em que menciona: “A expressão *pisar bem direitinho*, significa que a obra terá que ser feita bem *direitinho*, pois a população irá reagir. ” Outra apresentadora, Gabriela, ressaltou a diferença entre o ecologismo burguês e o ecologismo dos pobres, este último marcado pelo apagamento da memória coletiva dos pescadores artesanais da Pedra do Sal; ressaltando que “omissão também é ação de repressão”.

A apresentadora Pérola compartilhou com o grupo que é autodeclarada indígena e que se encontra na luta pela identificação de suas origens. Reforçou a importância do posicionamento decolonial. E, nos alertou sobre o direito dos povos indígenas de se constituírem, como tal, e sobre a importância da horta comunitária no resgate das memórias ancestrais, num município do Estado de Santa Catarina.

O apresentador Fábio relatou o trabalho que tem como objetivo apresentar os indicadores afetivos e as implicações psicossociais do contexto de ameaças e desapropriações do espaço vividas por moradores de uma comunidade de Fortaleza. Por meio de entrevistas semiestruturada e análise de conteúdo foi possível o aprofundamento nos afetos alegres e tristes que podem potencializar ou despotencializar a luta dos moradores.

Destaco a pergunta da participante Livia Maria para alguns trabalhos ao questionar: “o *bem viver* pode contribuir com o fortalecimento do comum? De que forma? ”. Ambas as respostas apesar de serem afirmativas, destacam que a luta dos povos indígenas pelo bem viver na cidade torna-se cada dia mais árdua e dolorosa. Pérola, enfatiza que os povos indígenas precisam se sentir acolhidos e pertencentes, apesar da maioria dos municípios brasileiros não terem estrutura física ou locais específicos para acolher essa população. Ela, também, ressaltou que estar no espaço da horta é se sentir pertencente, não somente pelo fato de partilhar do mesmo objetivo, mas, sim de estar em contato com a terra. “Com as sementes, com as ervas, verdadeira ligação com a ancestralidade preservada dentro deste templo humano. Que costume chamar de memória e saudade ancestral. Uma verdadeira herança que resiste, mesmo com as adversidades sofridas nestes cinco séculos. ”

Ao final do debate o grupo retomou as problematizações iniciais que foram trazidas pela debatedora Margarida que reforçou que nós “agimos não por vontade e, sim, por necessidade”. “Portanto, o desejo como força revolucionária numa leitura spinozista deve ser considerado como “determinado em virtude de uma dada afecção. O desejo é a inclinação para a nossa conservação. ”

Termino a síntese com a fala do cacique trazida pela apresentadora Marina: “ Os políticos tão matando nossos povos, matança que aconteceu muito tempo atrás, não é uma história passada, essa história está sendo praticada no dia-a-dia, porque se os presidentes, se os políticos negar nossos direitos, eles estão matando os povos, não precisa chegar com espingarda e matar, eles estão matando porque não dá direitos, não dá vida. Não tem como viver, e sobreviver, não tem paz, não tem espaço, não tem coisas que eles precisam, então assim, nunca teremos mais o Teko Porã. ”

Coordenadora: Elisa Harumi Musha

Debatedora: Dra. Margarida Barreto e Alexsandro Cosmo de Mesquita

### **Trabalho 1: A história (re)contada: resgate da memória coletiva dos pescadores artesanais da Pedra do Sal (PI).**

**Autores: Gabriela Carvalho Souza; Clara Beatriz Martins Tomaz Rocha; Eugênia Bridget Gadêlha Figueiredo (orientadora); Maria de Fátima Tertuliano Rocha; Maria dos Remédios da Conceição Ferreira.**

Resumo:

Objetivos: Promover o resgate da memória coletiva dos pescadores artesanais da Pedra do Sal (PI) que, historicamente, sofrem com os efeitos dos conflitos socioambientais no território. A referida comunidade está localizada em uma Área de Preservação Ambiental (APA do Delta do Parnaíba).

Além dos objetivos de aprendizagem, também buscamos trilhas para a superação dos efeitos do sofrimento ético-político produzido nos/pelos conflitos socioambientais que atravessam a constituição do processo de exclusão/inclusão social das comunidades

tradicionais no Brasil, sendo um deles a negação ou o “apagamento” da memória coletiva desses povos.

**Metodologia:** Nosso estudo é fruto das atividades desenvolvidas na disciplina de Estágio Básico III do curso de Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Desenvolvemos nossas atividades dentro da proposta da Pesquisa-Ação-Participante (PAP). Conceitualmente, a PAP é uma metodologia presente em um processo vivencial, estando concomitante a ele: a educação de adultos, a pesquisa científica e a ação social ou política, tendo por fontes de conhecimento a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana (BORDA; BRANDÃO; CETRULO, 1987).

Foi realizado como recurso investigativo/propositivo as chamadas trilhas afetivas, baseadas na proposta das trilhas socioambientais que objetivam o reconhecimento de ambientes urbanos e naturais pelos participantes, trazendo as memórias do lugar e os tipos de uso/ocupação vivenciados no ambiente ao longo do tempo (SIEBRA et al., 2015). As trilhas se apresentaram como um meio potente para o (re)conhecimento do território em seus aspectos material/subjetivo a partir da produção de afetos e imagens produzidas nos encontros.

Nas visitas técnicas do Estágio, fomos acompanhados por três pescadores artesanais do território que apresentaram lugares significativos para a comunidade e relataram as mudanças ocorridas em suas vidas nos últimos anos. Utilizamos como registro o diário de campo, também composto por fotos e filmagens que foram exibidas e compartilhadas com alunos e pescadores em uma roda de conversa realizada na UFDPAr, também aberta a integrantes de outras disciplinas. Além disso, realizamos uma oficina junto aos pescadores e alunos da escola de ensino fundamental da comunidade, que resultou na confecção de um mapa com lugares significativos para a história local.

**Resultados:** A comunidade da Pedra do Sal possui ampla variedade de recursos naturais que permitem o desenvolvimento de atividades econômicas e garantem o sustento de seus moradores. A relação destes com o território se dá de maneira sustentável, a produção destina-se, predominantemente, à subsistência, e as relações sociais são marcadas pela forte presença do grupo familiar, bem como pelo continuum de sociabilidade entre pesquisadores e natureza (DIEGUES, 2000). Um processo que humaniza os não-humanos presentes no território, de onde provém seu sustento e organização de vida, apontando para uma complementaridade entre homem e natureza.

Contudo, por esse espaço ser uma fonte rica de recursos naturais, tem se tornado alvo de investidores interessados em explorar tais recursos. A partir disso, o território vem sofrendo invasões e sendo explorado de maneira indiscriminada, alterando a organização comunitária, os costumes e impondo a lógica da separação homem-ambiente, ameaçando a ambos. Como consequência das invasões por parte de imobiliárias, resorts e parques eólicos, o espaço físico sofreu impactos como o desmatamento de espécies nativas, a contaminação de lagoas e a expropriação do espaço que cerceia a circulação dos moradores dentro de seu território.

A lógica do capital provoca profundas reconfigurações do tempo-espaço que podem causar o apagamento das memórias de grupos sociais (FLÁVIO, 2013). No espaço da Pedra do Sal, o processo de espoliação impactou negativamente a vida de moradores e pescadores: dividiu a comunidade, comprometeu a segurança alimentar e nutricional de boa parte da população, impediu o uso ancestral comum do território, fazendo com que a geração atual não tenha acesso a história e a memória de lugar, além de enfraquecer o vínculo afetivo e a sociabilidade com os outros corpos presentes no território.

A memória social é compreendida aqui como uma construção, que se faz a partir da atualização das lembranças em função da realidade e com o auxílio de recursos proporcionados pela cultura e pela sociedade, de modo que a memória não é vista somente como uma reprodução individual do que foi vivido (SÁ, 2007). A memória social de um povo está, sobretudo, ligada à tradição, história e territorialidade.

Como forma de resistência aos invasores, a população local se utiliza de estratégias de luta, seja pela ação direta com a promoção de passeatas, interceptação de rodovias, reuniões que visam o fortalecimento do grupo, ou buscando parcerias com instituições, a exemplo da universidade, onde conseguem maior visibilidade e apoio às suas reivindicações. Dessa maneira, a universidade também encontra nessa relação objetos de estudo que possam provocar a formação de psicólogos mais conectados ao compromisso social da Psicologia.

As lutas possuem um papel importante para a manutenção do território e para o que ele representa na vida dos moradores. Entende-se que a luta da comunidade da Pedra do Sal é uma luta de reapropriação do seu território e de si mesmo, e neste sentido, o resgate da memória coletiva se mostrou uma grande possibilidade de fortalecimento dos vínculos comunitários.

## **Conclusão**

A experiência vivenciada na Pedra do Sal nos permitiu observar a realidade de uma comunidade tradicional através da sua rotina e relação com a natureza, as quais diferem drasticamente da lógica lucrativa capitalista. Enquanto os pescadores entendem a natureza como complementar a si, a lógica do lucro máximo entende a natureza como berço inesgotável de recursos a serem explorados para acumulação do capital. Isso produz destruição, sofrimento, injustiça socioambiental, e por isso, entendemos que a luta das comunidades tradicionais é um ato político-ecológico em defesa da humanidade. Para tanto, é necessário (re)conhecer o que os saberes milenares trazem sobre os outros corpos e forças naturais, bem como as críticas que fazem ao modo de vida ditado pelo sistema hegemônico. No exercício da não legitimação desses saberes e práticas, as populações são postas em isolamento, e esse é um passo significativo no processo de colonização que perdura há séculos. Portanto, promover espaços de fortalecimento da memória singular/coletiva é um caminho potente de apoio às lutas diárias pela manutenção da liberdade.

**Palavras-chave:** comunidades tradicionais, memória coletiva, conflitos socioambientais, intervenção psicossocial.

## Referências

BORDA, Orlando Fals; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CETRULO, Ricardo. **Investigación Participativa Instituto del Hombre**. 2. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987. 73 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, ANNABLUME/NAPAUB-USP, 2000. 290 p. ISBN 9788527105477.

FLÁVIO, Luis Carlos. A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território). *Revista Faz Ciência*, Francisco Beltrão, ano 2013, v. 15, n. 21, p. 123-142, 1, Jan-Jun. 2013.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

SIEBRA, Lúcia Maria Gonçalves; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; SOUSA, Lígia Cristina Azevedo; OLIVEIRA, Marília Franco; SOARES, Marina Rocha. Metodologias de investigação-ação em psicologia ambiental. **Extensão em Ação**, Fortaleza, ano 2015, v. 1, n. 8, p. 42-55, Jan-Jul. 2015.

## **Trabalho 2: Implicações psicossociais do contexto de desapropriação do espaço vividas por moradores de uma comunidade de Fortaleza-CE.**

**Autores: Fábio Pinheiro Pacheco; Zulmira Áurea Cruz Bomfim.**

**Apoio financeiro:** Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

Resumo: Este trabalho surge de uma pesquisa de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, aportada no Laboratório de Pesquisa em Psicologia em Ambiental (Locus). Neste recorte, objetiva-se apresentar os indicadores afetivos e as implicações psicossociais do contexto de ameaças desapropriação do espaço vividas por moradores de uma comunidade de Fortaleza, Ceará. Para tanto, utilizou-se o método de entrevista semiestruturada para a apreensão do sentido que os moradores constroem sobre suas vivências, acontecimentos, modos de compreender e interpretar a situação, as crenças e referências normativas, etc. (GASKELL, 2012), possibilitando o levantamento de informações sobre a história do lugar e sobre o modo de vida no contexto de ameaça de desapropriação do espaço. As entrevistas foram realizadas com 17 moradores, sendo 14 mulheres e 3 homens, com idades entre 25 a 81 anos. A partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), foi possível identificar os afetos e as implicações psicossociais do contexto de desapropriação do espaço, apreendendo os as vivências dos moradores em relação ao ambiente, às relações comunitárias e aos processos socioespaciais da desapropriação. As informações foram interpretadas à luz teórica da Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997) e da Psicologia Social de base histórico-cultural (LANE; CODO, 1989), tendo a afetividade como categoria sintetizadora (SAWAIA, 2009; 2014). Ao mapear indicadores que alegam os moradores, foram identificados a vizinhança/união entre os moradores, própria moradia (permanência), diversão entre os moradores, a segurança e a família. Já em relação ao que entristece, foram identificados a desunião entre os moradores, venda da comunidade (desapropriação), demolição das casas, insegurança e a morte dos moradores. Quanto aos afetos potencializadores presentes no atual contexto de ameaças, destacaram-se segurança e tranquilidade, esperança e fé, bem-estar, força (fortalecimento) e felicidade; e em relação aos afetos despotencializadores, foram apontados medo, insegurança e ameaça, angústia, desconforto, preocupação, ansiedade e aflição. Sobre as mudanças na comunidade após as ameaçadas de desapropriação, os moradores apontaram elementos relacionados à insegurança em deixar a casa sozinha, o medo da efetivação da demolição da

comunidade, receio de não saber para onde ir, a desunião entre os moradores e as situações de vergonha e constrangimento por se estarem nessa situação. Nas percepções singulares, os moradores apontaram que as ameaças têm lhes causado mudanças no “emocional” e no “psicológico”, como diz Gordinha em sua entrevista: “Mexeu muito com a minha tranquilidade, meu emocional. Fiquei muito apreensiva quando toda essa situação começou. Pensei comigo mesma “meu Deus, onde eu vou morar?”. As ameaças também alteram a dinâmica de funcionamento de toda a comunidade, podendo quebrar os vínculos e gerando desorganização e insegurança nos espaços da comunidade, como apontou Zezé: “Mudou um pouco porque a gente fica encabulada de chegar bem ali, perto das pessoas que a gente conhecia e agora não fala. Tem medo de dar um “bom dia”. E isso é chato. Ao apreender os afetos e as implicações psicossociais, foi possível identificar os fatores que poderiam potencializar as ações dos moradores em prol da resistência à desvinculação e encontrar os indicativos despotencializadores de suas ações, a fim de construir intervenções junto aos moradores para transformá-los. Destaca-se, ainda, que a compreensão desse fenômeno apontou que, no contexto de desapropriação, não há somente afetos despotencializadores, mas também vivências que potencializam a força de ação, repercutindo no fortalecimento dos vínculos comunitários e, conseqüentemente, na realização de atividades comunitárias direcionadas para a superação do conflito. Por fim, agradecemos ao apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), que tem contribuído para o desenvolvimento dessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Implicações psicossociais. Desapropriação. Comunidade. Fortaleza.

### **Referências**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 3. p. 64-89.

LANE, Tatiana Maurer Silvia; CODO, Wanderley. (Org.). **Psicologia Social: o Homem Em Movimento**. 8ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989.

GARCIA-MIRA, Ricardo. Aportación de la psicología ambiental. In: GARCIA-MIRA, Ricardo. **La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña**. Universidad da Coruña, 1997, p.25-36.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.** v. 21, n.3, p.364-372, 2009.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2014.

### **Trabalho 3: Rio de Concreto: situações de sofrimento ético-político na desapropriação gerada pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidade rurais**

**Autoras: Cícera Mônica da Silva Sousa Martins e Zulmira Áurea Cruz Bomfim**

Resumo: O presente trabalho faz parte dos resultados da dissertação “Afetividade em contextos de desapropriação: Impactos psicossociais das obras do Cinturão das Águas do Ceará em comunidades rurais do Crato-CE”. O Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é uma adutora que está sendo construída pelo governo do estado do Ceará, com o objetivo de aduzir as águas advindas da Transposição do Rio São Francisco para o estado, em especial, para suprir as demandas da Região Metropolitana de Fortaleza e de perímetros irrigados. Uma das consequências desse empreendimento está sendo a desapropriação de propriedades que estão inseridas no trajeto da obra. O processo de desapropriação que está sendo vivenciado pelos moradores do distrito rural Baixio das Palmeiras, localizado no interior do estado do Ceará, tem gerado desde sua gênese situações de conflito socioambiental. A falta de uma comunicação efetiva entre o poder público e a comunidade afetada é ilustrada como um dos principais pontos de conflito, pois os moradores só souberam que iriam ser afetados pela obra com a chegada dos trabalhadores para realização da demarcação da área de abrangência do projeto, sendo que estes trabalhadores entraram nas propriedades dos atingidos sem consultá-los previamente. Partindo desse acontecimento, começa a se organizar um movimento social de base comunitária, o “Somos Todos Baixio das Palmeiras”, atuando como frente de resistência ao processo de desapropriação. Entre os sete anos de lutas e conquistas e a maioria das notificações de desapropriação confirmadas, a população afetada ainda se depara com mais um desafio: os



temores relacionados ao processo de construção da obra e suas consequências. Visto esse contexto, o objetivo desse estudo é discorrer sobre as situações promotoras de sofrimento ético-político vivenciadas por moradores do distrito Baixio das Palmeiras afetados pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará. Como procedimentos metodológicos este estudo, caracterizado como qualitativo, foi desenvolvido a partir da perspectiva da pesquisa participante, entre os meses de julho à dezembro de 2019. Os instrumentos de coleta de dados selecionados foram a observação participante e a aplicação do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). Foram aplicados dezessete IGMAs, oito com moradores do Baixio do Muquém e nove com moradores do Baixio das Palmeiras (sede do distrito). Os dados foram tratados e analisados a partir da análise de conteúdo categorial. Como resultado, Observa-se que a imagem Contraste foi a mais predominante nos mapas aplicados, sendo este contraste situado entre a sensação de pertencimento à comunidade onde vivem, o que impulsionou a adesão de moradores em atividades dos movimentos sociais locais e na defesa do território, e a sensação de insegurança perante o processo de desapropriação e ao futuro da comunidade após a conclusão das obras. Ao sintetizar os sentimentos e sensações relatadas pelos moradores, foi possível observar que a tensão inicial gerada pelas primeiras visitas dos trabalhadores das obras, chamadas de invasão pelos moradores, despertou uma sensação de desvalorização e de descaso do poder público com a história de vida e o vínculo dos moradores desapropriados com a comunidade. Em alguns dos relatos, os moradores dizem que não são opositores da obra em si, mas de como o processo foi realizado nas comunidades, o que causou situações de angústia e medo, principalmente para os moradores mais idosos. A fragmentação dos vínculos comunitários, preocupações com o descarte dos rejeitos da obra, com a poluição ambiental e com a paisagem se fazem presentes nos relatos dos sujeitos pesquisados. Os temores do passado e do porvir da obra também reverberaram na saúde física e mental de alguns dos pesquisados, que desenvolveram sintomas como insônia, dores de cabeça crônica e casos de acidente cerebral vascular. Para os moradores, os impactos do Rio de Concreto, forma que um dos participantes da pesquisa se refere ao CAC, não se resume as perdas materiais, do imóvel, mas também na fragilização das redes de apoio social as quais os moradores participavam apagamento de práticas culturais locais e a modificação brusca na paisagem natural da localidade. E tudo isso ao mesmo tempo em que despotencializa os moradores no que se refere ao porvir, move a esses se engajarem em ações de valorização do saber local e do território. Conclui-se que o processo de desapropriação gerou situações de sofrimento ético-político na comunidade, em especial a sensação de desamparo e insegurança perante o quadro onde os moradores se encontram. Entretanto, essa situação também gerou dispositivos sociais que possibilitaram aos moradores lutar e resistir, o que

reverberou tanto na diminuição das propriedades afetadas como no engajamento da comunidade no monitoramento dos trâmites relacionados à obra nas comunidades pesquisadas.

#### **Trabalho 4: Saúde mental e bem-estar psicológico em duas comunidades nativas.**

**Autores: Eduardo Rodrigues do Vale Filho; Elisa Harumi Musha (orientadora); Hellen Thais Melo Oliveira; Marina Rana; Raquel Schmidt.**

Resumo:

Objetivo Geral: Comparar noções de saúde mental e bem-estar psicológico entre duas diferentes etnias.

Objetivos específicos: a) Verificar como as cosmovisões das comunidades nativas influenciam na forma de lidar com a noção de saúde tradicional do Brasil e do Japão; b) Comparar as respostas apresentadas por uma comunidade nativa ocidental, Mbyá-Guarani (Brasil), e uma comunidade nativa oriental, Okinawana (Japão), para verificar semelhanças e diferenças entre elas; c) Analisar como se dá o tratamento e a inserção das populações nativas em relação à cultura vigente.

Metodologia: O estudo é resultado do trabalho desenvolvido na matéria de Práticas de Pesquisa II do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi desenvolvido dentro da proposta de pesquisa exploratória qualitativa. Para a obtenção dos resultados optou-se por realizar uma análise de conteúdo comparativa intergrupos com a base metodológica estruturada por Laurence Bardin, além de se fundamentar na Psicologia Social para realizar as interpretações dos dados encontrados.

Resultados: Entrevista realizada com colaboradora 1, de 77 anos, nascida em Okinawa. Em relação ao aspecto saúde, diz ter influência da alimentação, movimentação do corpo, da união e apoio entre amigos, família, colegas e vizinhos, enfatizando a importância e o valor da vida (Ikigai). No tratamento de doenças, utiliza-se de ervas e comidas caseiras, que apresentam funções e focos diversos. Comenta também que nunca precisou ir ao médico no Japão, pois a escola é muito boa nesse aspecto, realizando medidas de altura e peso. Em contrapartida, as

pessoas adoecem a partir de alimentações gordurosas e apimentadas, essas que a colaboradora 1 evita em sua cozinha. Ademais, trabalho que exerça muita pressão sobre o indivíduo e solidão serão causas para depressão, vivenciada com intensa tristeza e isolamento.

Suas práticas diárias envolvem rezas em seu oratório. Culturalmente o filho mais velho da família herda o oratório grande, mas sua família separou-se, o que a fez ter um pequeno oratório em sua casa. Acredita que os falecidos vivem nos corações, sendo importante mantê-los em memórias e sempre agradecer para ficarem em paz em outro mundo.

A colaboradora veio morar no Brasil, separando-se de parte de sua família. Seu falecido irmão, em encontro com a entrevistada, diz "ó você não é mais japonesa, você já tá brasileira." Essa afirmação, segundo ela, deve-se ao fato de que as formas de agir no Brasil são mais alegres e mais abertas, diferente das atitudes japonesas, que visam muito o respeito. Em resposta ao seu irmão, diz ter um coração japonês. Ademais, comenta que mantém contato com sua cultura okinawana através de encontros com grupos da Associação de Okinawa, o que também corrobora para perpetuação linguística para netos nascidos no Brasil.

Na entrevista realizada com indígena Mbyá-Guarani de 25 anos, colaborador 2, foi evidenciado a importância dos rituais realizados para promoção da saúde e cura de doenças, essa sendo separada entre doenças físicas (possibilidade de tratamento através de remédios) e espirituais (somente o pajé pode curar). O pajé realiza os rituais e detém os conhecimentos de cura que normalmente são realizados na casa de reza, localizada na aldeia. Assim, revela-se a importância da privacidade desses acontecimentos e conhecimentos, não sendo possível o compartilhamento deles em conversa com os entrevistadores.

Ademais, menciona o Teko Porã, termo relacionado ao "bem-viver", para os Mbyá-Guarani, o que é vivenciado em sua dia-a-dia, envolvendo atividades físicas e alimentares recomendadas pelos pajés e anciãos da tribo, desde tenra idade.

Com relação a morte, diz que os Mbyá-Guarani acreditam em vida após a morte de forma diferente dos juruás (não-indígenas): acreditam que há dois tipos de espírito, sendo que um deles permanece na terra para assombrar aqueles que estão em dívida ou que os trataram mal. Por isso os anciãos sempre aconselham a tratar bem as mães, por exemplo, para que elas possam ir em paz no pós-vida e não fiquem para assombrar os filhos.

Quando abordado o tema saúde mental, classificam como saúde espiritual, como exemplo, a depressão, estado em que a pessoa está muito triste, sendo caso de doença espiritual. Em relação às doenças mais comuns, estão presentes as gripes e outras semelhantes, o colaborador 2 menciona que essas provém do contato com os juruás, e que muitas vezes faz-se necessário ir para hospitais, pois não conseguem curar na aldeia, já que essas doenças são dos não-indígenas.

Comenta que o suicídio acontece entre os Mbyá-Guarani, mas que os pajés dizem que é um aspecto que provém dos juruás, exemplificou dizendo que nas tribos com contato mais próximo com as cidades (como a do Pico do Jaraguá) isso é mais prevalente.

Por fim, em seu ponto de vista, não acredita que seja possível manter os costumes indígenas na cidade, porque o modo de vida deles necessita de local de plantação, bem como de espaço para seus rituais e rezas, o que na cidade não se faz praticável.

Considerações parciais: A partir dos relatos apresentados, percebe-se a valorização da alimentação e movimentação do corpo em ambas as comunidades. Ambos os colaboradores mencionaram a alimentação como central na manutenção de saúde, e para a colaboradora 1, a alimentação traz não só a cura, como também influencia na doença. Também foi trazido pelos dois colaboradores o uso de hospitais de modo pontual, e não como única resposta a uma queixa de saúde: a colaboradora 1 diz usar muito de ervas caseiras, enquanto o colaborador 2 menciona o pajé como figura central na cura do que chamou "doenças espirituais". Ademais, ambos têm uma relação muito particular com a morte e o pós morte, ambos valorizando muito o segundo momento, de jeitos diferentes: o colaborador Guarani conta de dois tipos de espírito após a morte, sendo que um deles permanece na terra para assombrar aqueles que estão em dívida ou que os trataram mal; já a colaboradora okinawana mostra uma aproximação muito intensa com os que já se foram, e que suas práticas diárias envolvem rezas em seu oratório, em que agradece aos pais, às pessoas que faleceram, em aniversário e dia de falecimento.

Palavras-chave: Povos Originários. Colonização. Saúde Mental. Ikigai. Teko Porã

### **Referências bibliográficas:**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição 70. São Paulo: Almedina Brasil, maio de 2011.

KANASHIRO, VICTOR UEHARA. **CANTOS DA MEMÓRIA DIASPÓRICA:** representações, (des)identificações e performances de Mishima a Okinawa. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS: INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, Campinas, p. 1-272, mai./2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281248>. Acesso em: 7 mai. 2020.

SOUSA, Flaviana Rodrigues de. Povos indígenas e saúde mental: a luta pelo habitar sereno e confiado. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

**Trabalho 5: Um relato de experiência: A cidade é meu território, sou semente, e sementes nascem em lugares improváveis, esta é minha aldeia e não fugirei dela**

**Autora: Edileia Barbosa da Silva Farias**

Resumo:

Introdução

O objeto deste resumo são as vivências dos membros de uma horta comunitárias e suas memórias ancestrais, num município do estado de Santa Catarina Brasil. Vale pontuar que a autora deste relato é indígena e também membro da horta, contexto e esta realidade, despertou-me o interesse em reafirmar minha identidade de pertencimento, a busca por minhas raízes ancestrais. Concernente a isso, a participação em movimentos indígenas, associações e conselhos de bairro tornou-se uma ferramenta de luta no resgate de identidade, retomada ancestral e espiritual. A cidade é meu território, sou semente, e sementes nascem em lugares improváveis, estou nesta imensa aldeia onde os rios são poluídos e fedem, árvores não balançam e suas sobras são quentes. Esta é minha aldeia, e não fugirei dela, os invasores não são os mesmos, mas as consequências causadas são. Bem como os benefícios usufruídos. Desse modo, o rastro de todo esse contexto, justifica-se considerando o grave genocídio da população indígena brasileira que de cinco milhões de pessoas reduziu-se a menos de um milhão desde a chegada dos portugueses e outros grupos europeus ao país, promovendo invasão do habitat indígena e impondo a estas transformações históricas irreparáveis, tal como o colonialismo e suas raízes civilizatórias de pacificação e extermínio. O capitalismo e as políticas desenvolvimentistas. Todos estes, e outros fatores prejudicaram direta e indiretamente

todo o contexto de vida dos povos originários, e conseqüentemente sua saúde, sendo estes perceptíveis até os dias atuais. Basta sentar-se com uma pessoa que tem raízes ancestrais indígenas e ouvir seu relato de vida, para entender as conseqüências deste contexto histórico. Guerra que nunca acabou, e pode-se presenciar violências em diversos espaços. Mesmo em situação opressiva, a luta pelo bem viver na cidade torna-se cada dia mais árdua e dolorosa. Onde a resiliência é uma arte da prática diária, sair de cada luta mais forte que antes. Desse modo, precisam se sentir acolhidos e pertencidos, mas não é isso que acontece na realidade, a maioria dos municípios brasileiros não têm estrutura física, locais específicos para acolher essa população, que até para venda de suas artes, desdobra-se pelas calçadas dos grandes centros urbanos, se expondo ao risco, levando sol e chuva. Contemporaneamente, neste cenário, cabe ao Estado, ao Ministério da Saúde, e a (SESAI) Secretaria de Saúde Indígena, a responsabilidade de assegurar o direito o acesso Universal, Equânime e Integral à Saúde dessa população, atendendo amplamente os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária, integração institucional, tendo a participação ativa dos indígenas nos conselhos de saúde (WENCZENOVICZ, 2018). Não obstante, está explícito na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Artigo 24º (ONU,2008 p.12,13) “ 2. Os indígenas têm o direito de usufruir, por igual, do mais alto nível possível de saúde física e mental. Os Estados tomarão as medidas que forem necessárias para alcançar progressivamente a plena realização deste direito”.

## Objetivo

Descrever vivências de membros de uma horta comunitária e suas memórias ancestrais.

## Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, descrito a partir de seis encontros que aconteceram no espaço da horta entre o mês de março a setembro, num município de Santa Catarina.

## Resultados

As duas hortas hoje possuem cerca de 50 membros ativos, diversidade étnica e cultural, pessoas de todas as cores de terra, moradores locais, profissionais de saúde. Numa faixa etária de 5 a 70 anos, ao fim de cada safra a colheita é partilhada entre todos os membros e moradores do bairro. As hortas comunitárias, transformam o território, favorece a segurança alimentar, promove cuidados com meio ambiente, fortalece a relação da comunidade.

Observou-se que falas mais citadas neste seis encontros foram sobre as memórias ancestrais de cuidado a saúde, sobre as redes de apoio em meio urbano tais como: “ Estar aqui me faz lembrar “ da minha avó, da minha mãe, dos cheiros e sabores das plantas nos preparos de chás, dos sabores dos alimentos que colhíamos fresquinhos” “ sentimento de acolhimento”, “sentimento de coletividade” “ conversar e ter alguém pra ouvir, sentimento de pertencimento” “ partilha” “ saber que não estou só” “ fui roubada da minha família, perdi minhas origens” “ “sinto saudades daqueles tempos” “ minha mãe é indígena tem na identidade e tudo , mas eu não sou”.

### Conclusão

Ressalta-se a importância de entendimento e conhecimento da grande diversidade cultural indígena presente em nosso País, dimensão essa desconhecida por muitos dos cidadãos brasileiros. O indígena que mora na cidade, enfrenta desafios imensurável, pois é tido como “nem” nem é indígena, nem branco, nem preto, você é pardo. E o mais doloroso acontece que é não ser reconhecido nem pelo estado nem pelo seu próprio povo. Pois já não fala mais o idioma, nem realiza as práticas ancestrais. Pois a cidade não tem estrutura física para tal. É uma luta constante de reafirmação todos os dias. Ou seja, barreiras de intransponíveis. Para onde voltar? Pior deles é a invisibilidade, que acaba por forçar o apagamento de sua identidade, uma fuga, para não sofrer tanto. Em contrapartida pode-se observar os movimentos de grupos de pessoas que buscam o contato com sua ancestralidade, por meio de práticas de cultivo de plantas em hortas comunitárias, que tem sido de grande escape. Tudo bem que aqui na cidade não existe as plantas sagradas da floresta, nem os pajés, nem espaços adequados para prática dos rituais. Estar no espaço da horta é se sentir pertencido não somente pelo fato de poder partilharem grupo do mesmo objetivo, mas, sim de estar em contato com a terra, com as sementes com as ervas, verdadeira ligação com a ancestralidade preservada dentro deste templo que humano. Que costume chamar de memória e saudade ancestral. Uma verdadeira herança que resiste, mesmo com as adversidades sofridas nestes cinco séculos Mesmo ao meio as adversidades que as cidades apresentam, essas mulheres possuem posicionamento contra hegemônico e decolonial, ao exercer a autonomia numa dimensão do saber e prática ancestral que dentro da produção de si mesma, expressa sua capacidade crítica subjetiva, e assim transformar contextos a qual estão inseridas, não somente no cultivo de espécies diversas, mas, transforma num espaço de resistência, construção de vínculos, pertencimento e principalmente

fortalecimento da identidade no exercício de atos coletivos, contando e ouvindo estórias, aprendendo uns com os outros.

#### Referências

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: 2010.

ONU - Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Brasília: ONU, 2008.

WENCZENOVICZ, T. J. Saúde Indígena: Reflexões contemporâneas. Cadernos ibero-americanos de direito sanitário, v. 7, n. 1, p. 63-82, 2018.



### Sessão Temática 3: Relatos de Sofrimento Ético-Político

#### Sala 02

##### Apresentação da Coordenadora

A sessão temática da sala 2, intitulada “Relatos do Sofrimento ético-político” foi coordenada pela doutoranda Naiara R. Vicente de Matos do NEXIN/PUC-SP, também, professora da UNIMES/Santos, onde agregou 4 trabalhos (dos quais 3 foram apresentados) que versaram sobre temas agrupados nos seguintes blocos: *A importância da descolonização do pensamento na psicologia* (autoras: Suellen Cristhina Cintra; Elisa Harumi Musha); *Deslocamentos entre territórios e epistemologias: constituindo saberes de uma psicologia descolonizada* (autoras: Ana Paula Evaristo Russi Josiele Bené Lahorgue; *Conflitos entre a norma culta e o sistema de ensino médio na cidade de São Paulo* (Beimar Zeballos, Elisa Harumi Musha; Nathalia Novaes).

Os referenciais teóricos são consensuados na psicologia sócio histórica com contribuições de: SAWAIA (2001), MBEMBE, (2018), VEIGA (2019), QUIJANO (2005) e MOSER (2018), BOURDIEU (1999), BAGNO (2007), apresentando sem exceções, discussões críticas e produção de conhecimento no campo, com destaque para a Descolonização e para a Necropolítica.

No tocante a esteira descolonização, o trabalho intitulado “Descolonização do pensamento na psicologia” investigou, documentos produzidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo demonstrando que há produções para legitimar a luta antirracista dentro da Psicologia, principalmente após a resolução do Conselho Federal de Psicologia 18/2002, porém, confirma-se a hipótese de que as questões raciais, antes da publicação da resolução, eram analisadas apenas a partir de poucos recortes e através de inquietações presentes nas entrevistas trazidas nos jornais do CRP.

Numa outra perspectiva de descolonização, destaca-se o trabalho “Deslocamentos entre territórios e epistemologias: constituindo saberes de uma psicologia descolonizada”, que analisa as experiências da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra Santa Catarina (Rede) junto aos povos de terreiro, a qual opõe-se ao conhecimento alienador que silencia e

apaga do imaginário social as epistemologias/cosmologias negras e sobretudo tem tensionado os saberes cristalizados e colonizadores da Psicologia, buscando constituir uma psicologia não colonizada, que se relaciona com as populações a partir de perspectivas ético-políticas constituídas conjuntamente com as mesmas, sem sobrepor seu saber teórico-prático sobre os saberes tradicionais de tais populações. Para tanto, as participantes da Rede se deslocam para conhecer os territórios e a realidade das populações com as quais pretendemos atuar. Deslocamento físico, epistemológico e ontológico, buscando desenraizar os saberes e abrindo espaço para saberes descolonizados. Ressaltam que a herança colonial que estrutura nossa sociedade se consolida a partir da manutenção das desigualdades sociais, econômicas e culturais, relegando às cosmologias africanas e indígenas o lugar de não saber, e excluindo as mesmas do cotidiano de nossas escolas e universidades.

Além disso, o trabalho “Conflitos entre a norma culta e o sistema de ensino médio na cidade de São Paulo”, investigou os efeitos e consequências da elitização da língua no acesso de estudantes do Ensino Médio (E.M.) de escolas públicas da cidade de São Paulo à universidade e também verificaram como, e se, percebem a existência dessa elitização e se esta interfere ou não no nível de interesse e de aprendizado. Compreende-se que é possível compreender que a elitização interfere intensamente no processo de interesse e/ou acesso a determinado conhecimento, e que a mesma está tão enraizada, que por vezes nem os próprios jovens a enxergam como uma forma de exclusão social.

Fundamentalmente, os estudos e intervenções dessa sessão temática utilizaram modos diversos de ação onde os trabalhos e discussões estavam fluidos e sincronizados, buscando a potencialização para a vida e apresentou uma discussão crítica de qualidade sobre os fenômenos sociais, com teor reflexivo e propositor de leituras da realidade, de modos distintos da constituição da subjetividade, relatando os tipos diversos de sofrimento ético-político, do protagonismo social claramente ancorado numa perspectiva sócio histórica. As perspectivas metodológicas utilizadas mostraram-se inovadoras e seguem uma lógica de produção de conhecimento ancorada na problematização, contestação e superação de uma realidade perversa de exploração, desigualdade, expurgo de direitos e negação de princípios democráticos.

Por fim, a debatedora provocou o grupo com reflexões importantes como por exemplo, se a questão racial é uma questão política, ética ou científica, como devemos driblar esse processo da elitização da língua, por meio da norma culta, qual a relação da utilização da norma

culta com o sofrimento ético político e quais as estratégias devemos pensar para ter uma política de ação efetiva. O grupo encerra com o entendimento que o sofrimento ético político é sempre social e histórico, e assim como a história e a cultura se transformam com o tempo, sobretudo que o sofrimento ético-político varia historicamente, sendo estruturado pelo processo de exclusão social.

Coordenadora: Naiara R. Vicente de Matos

Debatedora: Dra. Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi

### **Trabalho 1: A importância da descolonização do pensamento na psicologia.**

**Autoras: Suellen Cristhina Cintra; Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Elisa Harumi Musha (orientadora).**

Resumo: A Psicologia surgiu em um contexto europeu elitizado, e em sua regulamentação no Brasil em 1962 agiu, segundo o documento do Crepop (2017), como cúmplice do racismo, omitindo a existência das diferentes formas de sofrimento, omitindo a existência das subjetividades negra, trabalhando teorias que não condizia com a realidade brasileira.

Falar do racismo sem olhar para a história da escravidão é anular a raiz do problema, portanto foi realizado um estudo acerca da história do negro no Brasil desde o período escravocrata para ilustrar como a discriminação racial constituída nesse período segue sendo reproduzida através de discursos de ódio ou ações “sutis”, que atacam violentamente a subjetividade da população negra. O trabalho utilizou a metodologia da pesquisa documental e teve como objetivo compreender a importância de uma Psicologia antirracista a partir dos documentos produzidos pelo CRP-SP sobre relações étnico-raciais nos últimos 30 anos (1990-2020).

A partir de diversos casos explícitos de violência e discriminação racial no Brasil e no mundo surge o desejo de compreender qual é a importância de um posicionamento antirracista da Psicologia e a importância de se fazer releituras de teorias criadas por brancos sem

deslegitimar o saber, mas sim, descolonizar um pensamento europeu voltando-o para o pensamento de matrizes africanas.

A pesquisa é relevante socialmente por olhar para a relação da Psicologia com o cuidado da maior parte da população brasileira que segue sofrendo psicologicamente e fisicamente por estar incluída, de forma perversa, em uma sociedade historicamente racista.

A análise realizada dos documentos produzidos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo demonstrou que há produções para legitimar a luta antirracista dentro da Psicologia, principalmente após a resolução do Conselho Federal de Psicologia 18/2002 porém, confirma-se a hipótese de que as questões raciais, antes da publicação da resolução, eram analisadas apenas a partir de poucos recortes e através de inquietações presentes nas entrevistas trazidas nos jornais do CRP, como a de Iray Carone em 1995, onde, além de comentar sobre o negro ser visto como objeto dentro das universidades, também comenta que:

Existe uma dificuldade de ser negro, no corpo e na mente. Coisa que a psicologia tem desconsiderado, não sei por que. A questão racial foi sempre considerada uma questão sociológica. Ela não afeta a psique, não causa um efeito violento? Então, esse distanciamento da realidade brasileira, que tem sido, parece, a tônica de toda a produção psicológica, é anormal numa ciência humana. (CRP, 1995, p.4)

Há um descontentamento com a forma como as produções teóricas europeias estavam sendo lidas, sem o olhar para a realidade brasileira, deixando o branco falar pelo negro. Maria Aparecida Silva Bento, em 1999, também fala para o jornal do CRP que “os psicólogos precisam rapidamente entrar em contato com esse problema, porque os conceitos com os quais trabalhamos aqui no Brasil, como capacidades e habilidades, estão ancorados em relações raciais.” (CRP SP, 1999, p.15). Portanto, percebe-se um movimento por trás das grandes publicações acerca das questões de discriminação contra a população negra e a partir 2002, as literaturas sobre o negro como sujeito e não objeto de estudos passaram a ser encontradas dentro da Psicologia com mais frequência, os cadernos temáticos lançados pelo CRP SP a partir de 2007 são fontes indispensáveis para psicólogas e psicólogos adentrarem em questões étnico raciais. Entretanto, os cursos de graduação responsável por passar ao estudante de Psicologia ensinamentos sobre o cuidado com a saúde mental embasados em direitos humanos ainda não abrangem assuntos sobre a subjetividade negra, mesmo existindo diversos textos e autoras e autores negras e negros. Sobre isso, Veiga (2019, p.245) comenta:

A subjetividade negra é ignorada na grande maioria das graduações em psicologia, e um dos efeitos diretos disso são pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los e, ao mesmo tempo, sentirem que não estão

sendo compreendidos em suas questões e nem escutados como pertencentes a um povo que durante mais de 300 anos foi escravizado e que só há 130 anos foi liberto.

Afirmção que expõe uma possível fonte do problema da branquitude da profissão, pessoas brancas têm mais acesso às instituições de ensino onde estudam teorias de pessoas brancas que criaram tais teorias a partir de uma elite branca europeia. Essa hipótese pode ser confirmada, também, pela pesquisa realizada por Mardgan (2019) onde as professoras e professores entrevistados explicitaram que a busca por temas que envolvem as relações raciais aconteceram fora da graduação, através das experiências com os trabalhos que passaram a realizar como psicólogas e psicólogos ou por interesses pessoais e a partir dessa entrevista, Mardgan conclui que “essa invisibilidade do tema das relações étnico-raciais acaba de algum modo formando os estudantes, criando, mesmo que implicitamente, uma concepção e um modo de lidar com o tema que é deixando-o de lado.” (MARDGAN, 2019, p.93).

**Palavras-chave:** Psicologia antirracista – Subjetividade negra – Racismo.

## Referências

CREPOP. **Relações Raciais: referências técnicas para atuação do psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf). Acesso em: 06 de ago. de 2020.

CRP SP. **O lugar da psicologia nas ciências sociais**. Jornal CRP – 06. São Paulo, maio e jun. de 1995. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/648/KXOykuwCE0OLFUgNBIXHXruJ7CDe23Q2.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2020

CRP SP. **A imagem do racismo no Brasil é o negro**. Jornal do CRP. São Paulo, mar./jun. de 1999. Seção: Entrevistas. Disponível em: [https://www.crpsp.org/uploads/impresso/692/pkxAKtSgRnnJcScCpkI\\_LyakGFSgRYEc.pdf](https://www.crpsp.org/uploads/impresso/692/pkxAKtSgRnnJcScCpkI_LyakGFSgRYEc.pdf) Acesso em: 12 de set. de 2020.

MARDGAN, G.R. **Estratégias de ensino - aprendizagem das relações étnico-raciais de professores de psicologia social**. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP (CRP SP). Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia SP, 2019. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/2491/mIkoOJfgnkxzt9ybodtPBo5dWMeWhxv6.pdf>. Acesso em: 06 de ago. de 2020.

VEIGA, L.M. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta**. Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31nspe/1984-0292-fractal-31-esp-244.pdf>. Acesso em: 3 de ago. de 2020.

## **Trabalho 2: Deslocamentos entre territórios e epistemologias: constituindo saberes de uma psicologia descolonizada.**

**Autoras: Ana Paula Evaristo Russi; Josiele Bené Lahorgue.**

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as experiências da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra Santa Catarina (Rede) junto aos povos de terreiro. A Rede emerge em 2018, com a realização do I ERA - I Encontro da Rede de Articulação [nacional] - encontro que reuniu representantes de diferentes povos (indígenas, quilombolas e de terreiro), profissionais, estudantes e pesquisadoras/es da Psicologia. Dentre as diversas propostas debatidas, enfatizou-se a necessidade de articulação dos diferentes saberes para fortalecer as resistências contra os desmontes das políticas públicas e os ataques aos direitos humanos. Em Santa Catarina, a Rede iniciou sua organização com a realização de pré-encontros para o I ERA, os quais consistiram em Rodas de Conversa com povos de terreiro e indígenas.

Desde seu surgimento, a Rede tem tensionado os saberes cristalizados e colonizadores da Psicologia, buscando constituir uma psicologia não colonizada, que se relaciona com as populações a partir de perspectivas ético-políticas constituídas conjuntamente com as mesmas, sem sobrepor seu saber teórico-prático sobre os saberes tradicionais de tais populações. Para tanto, as participantes da Rede se deslocam para conhecer os territórios e a realidade das populações com as quais pretendemos atuar. Deslocamento físico, epistemológico e ontológico, buscando desenraizar os saberes e abrindo espaço para saberes descolonizados.

A herança colonial que estrutura nossa sociedade se consolida a partir da manutenção das desigualdades sociais, econômicas e culturais, relegando às cosmologias africanas e indígenas o lugar de não saber, e excluindo as mesmas do cotidiano de nossas escolas e universidades. Populações negras, mulheres, indígenas, pessoas LGBT ficam à margem de nossa sociedade; consideradas subalternas e inexistentes, são destituídas do direito de terem reconhecidos seus modos de ser e estar no mundo. Neste sentido, configura-se como padrão o que a colonialidade nos impõe como matriz normativa, que regula e padroniza nas sociedades ocidentalizadas (Quijano, 2005). São incontáveis os exemplos de desigualdades resultantes dos autoritarismos que estruturam a colonialidade; no entanto, vamos nos concentrar nas populações de terreiro.

Inicialmente, a Rede se aproximou da Casa de Caridade Baiana Zé Pelintra e Caboclo Tupinambá (Kwè Vodun Òtoòlù Hùnde), terreiro de Candomblé e Umbanda localizado na

cidade de Indaial, na divisa com Blumenau, região do Vale do Itajaí do Estado de Santa Catarina - uma localidade muito conhecida pela sua tradição germânica, a qual se constituiu às custas do apagamento das histórias dos povos originários e pessoas negras que ali existiram/existem e é reforçada pelos discursos oficiais, incluindo a imprensa local (MOSER, 2018). Os diálogos aconteceram no território do terreiro, durante três rodas de conversa promovidas em parceria com as(os) integrantes do Kwè, nos anos de 2018 e 2019. Nesses encontros, a Rede participava também dos cultos de Umbanda da Casa, aproximando-se ainda mais da ritualidade que compõe aquele espaço. Entre muitos outros temas, as conversas permeavam a necessidade de a psicologia compreender as diferentes racionalidades e cosmovisões existentes, bem como a importância do espaço do terreiro como um acolhimento e de promoção de saúde, principalmente nos tempos de retrocesso e individualismo que estamos vivenciando.

No Brasil, o racismo religioso vem sendo amplificado pela necropolítica. No jogo político atual, “religiosidade e autoritarismo locupletam-se e reproduzem-se processando a linguagem da violência (em suas dimensões física e simbólica) como tática política” (RIBEIRO, 2020, p. 3). Com efeito, para além do controle dos corpos, o governo tem se apropriado das formas da morte – destruição de florestas, elaboração de um discurso que afronta a laicidade do Estado, negação sumária da demarcação de territórios – para definir quem deve viver e quem deve morrer. Neste contexto, bolsonarismo, neoliberalismo e racismo operam com força e conjuntamente, de tal modo que a intolerância do Estado se atualiza em um projeto genocida, o qual se apropria das tecnologias de destruição para inscrever as religiosidades oriundas da diáspora africana na ordem do massacre (MBEMBE, 2018). Neste sentido, alguns relatos apresentaram as vivências de racismo religioso por parte de integrantes da Casa, enfatizando a identidade europeia persistentemente reforçada pela especulação turística da região. Também foram trazidos relatos de racismo sofridos quando a Casa ficava localizada em espaço urbano (atualmente o terreiro encontra-se em zona rural, o que diminuiu os ataques à mesma).

No decorrer de 2019, impulsionadas por ampliar nossas experiências, a Rede se aproximou do Fórum de Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região (FRMA), e desde então participa das reuniões mensais do mesmo, afim de articular diálogos possíveis e tecer redes de solidariedade. A Pandemia de COVID-19 e o isolamento social (medida necessária para proteção de nossas vidas) levaram à realização de encontros *on line*, buscando

compreender como as populações vêm enfrentando a Pandemia e de que forma a Rede pode contribuir para o fortalecimento das lutas dessas populações nesse momento. Entre os encaminhamentos, elaboramos uma Nota conjunta entre Rede, Casa e FRMA, na qual as três entidades posicionaram-se contrárias à Portaria nº 254 de 20/04/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, ressaltando a importância de as Casas de culto afro-brasileiro respeitarem o isolamento social e manterem os cultos suspensos. A nota salienta que “a Portaria 254 não dialoga com as especificidades que apresentam os cultos de matriz afro-brasileira e, por este motivo, consideramos que a mesma se pauta em práticas racistas e higienistas que estruturam a necropolítica instaurada em nossos governos”.

Ainda como resultado dessa articulação potente, realizamos uma Live sobre Mulheres e Ancestralidade, com participação de Iyá Bárbara Marques (Ilê Asé Ojisé Ifé e FRMA), Zanza França (Kwè Vodun Òtoòlù Hùnde) e Eliara (Cacica da Aldeia Yaka Porã – TI Morro dos Cavalos). As experiências vividas e partilhadas na ocasião nos mostram a necessidade de criação de espaços de diálogos sobre a cultura africana e também sobre racismo, branquitude, machismo, empoderamento e diversas outras temáticas que perpassam nossas constituições subjetivas e pelas quais constituímos nossos modos de viver.

É urgente combater o epistemicídio, opondo-nos ao conhecimento alienador que silencia e apaga do imaginário social as epistemologias/cosmologias negras, impondo assim uma soberania e um monopólio epistêmico de ciência ideológica branca. Para tanto, nossa ciência precisa aliar-se ao compromisso ético-político com a valorização da dimensão étnica africana, construindo uma desideologização do senso comum e da experiência cotidiana que inferioriza esta população no mundo, pela composição de uma pluralidade epistemológica (Nogueira; Guzzo, 2016).

**Palavras-chave:** Psicologia; religiões afrobrasileiras; cosmologias; matriz africana.

## **Referências**

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, Dez. 2016.

MOSER, Magali. **Quando o jornalismo legitima a identidade hegemônica: o caso da Oktoberfest e a imprensa em Blumenau**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo; 7 a 9 de novembro de 2018; FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2018.



NOGUEIRA, Simone Gibran; GUZZO, Raquel Souza Lobo (2016). **Psicologia Africana: diálogos com o Sul Global**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, (1) 2. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.66828>

RIBEIRO, Guilherme. **Entre armas e púlpitos: a necropolítica do bolsonarismo**. Revista Continentes, n. 16, p. 463-485, jun. 2020. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/288>>. Acesso em: 01 out. 2020.

### **Trabalho 3: Conflitos entre a norma culta e o sistema de ensino médio na cidade de São Paulo.**

**Autores: Beimar Zeballos; Elisa Harumi Musha (orientadora); Nathalia Novaes.**

Resumo:

Objetivo Geral: Analisar os efeitos e consequências da elitização da língua no acesso de estudantes do Ensino Médio (E.M.) de escolas públicas da cidade de São Paulo à universidade.

Objetivos específicos: Através do discurso dos(as) estudantes e professores(as), verificar como, e se, percebem a existência dessa elitização e se esta interfere ou não no nível de interesse e de aprendizado.

Metodologia: O estudo é resultado do trabalho desenvolvido na matéria de Práticas de Pesquisa II do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi realizado um estudo de caso descritivo com levantamento de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os(as) professores(as) do E.M. de escolas públicas, juntamente com alunos em universidades que vieram de escolas públicas e professores universitário. A perspectiva da Psicologia Social será empregada como abordagem teórica, juntamente com seus respectivos autores(as). Além de uma revisão da literatura com as obras: “Preconceito linguístico” e “A Norma Oculta” de Marcos Bagno e “As artimanhas da exclusão” organizado por Bader Sawaia.

Resultados Parciais:

A pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 5 estudantes universitários(as) que estudaram no Ensino Médio de São Paulo e 2 professores que trabalham no mesmo contexto, podemos observar que a percepção de que a norma culta é um fator elitizante é unânime. Apesar de em alguns discursos ter aparecido que a norma culta é um fator

que ajuda no processo de aprendizagem, pela característica de padronização, o fato de que ela, na realidade em que vivemos no Brasil, é extremamente excludente e segregacionista, apareceu em todas as entrevistas. A sua relevância totalmente conectada com o contexto também surgiu, sendo que no discurso dos(as) estudantes, todos(as) mencionaram que sua usualidade depende do ambiente e não do critério de comunicação em si. Sendo assim, na percepção dos entrevistados e entrevistadas, a norma culta não aparece na linguagem como função de comunicar algo, e sim, como pré-requisito em alguns contextos.

Considerações parciais

É possível compreender que a elitização interfere intensamente no processo de interesse e/ou acesso a determinado conhecimento, e que a mesma está tão enraizada, que por vezes nem os próprios jovens a enxergam como uma forma de exclusão social.

Palavras-chave: Psicologia Social; Elitização do conhecimento; Ensino médio; Democratização; Jovens Universitários; Inclusão perversa.

## Referências

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 49 ed. SÃO PAULO: Edições Loyola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta – língua e poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. pg. 194.
- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon. **Tarefas da educação linguística no Brasil**. Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição.
- CARVALHO, Ernani; PEREIRA, Marcos. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**. Lua Nova, São Paulo, 73: 45-58, 2008.
- DUARTE, Maria Eugênia; SERRA, Carolina. **Gramática(s), ensino de português e adequação linguística**”. Matraga. Rio de Janeiro, v.22, n.36, 2015.
- FARIAS, Washington; DANTAS, Aloísio. **Língua, gramática e ensino: mudar as gramáticas ou mudar de gramática?**. Leia Escola. Campina Grande, v.14, n.1, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- PEREIRA, Elaine. **O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, 2015, p. 337 – 356.

SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**. 2. ed. PETRÓPOLIS: Editora Vozes, 2001.

SOBROZA, Lidiane Schlotefeldt. **Escola x língua padrão, ideologia e preconceito linguístico**. Linguagens & Cidadania, Santa Maria, jul. 2017. ISSN 2674-6921.

Taxa de analfabetismo no Brasil. Gazeta do povo, 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

#### **Trabalho 4: RAP – um ritmo musical menor: como estratégia de enfrentamento e resistência à dialética inclusão/exclusão.**

**Autora:** Rejane Matias G. da Silva.

“Eu sou mais um da geração da mudança, quem vem mudando regras, padrões, pensamentos, pessoas. Geração que mostrou pro mundo um novo jeito de fazer música: BUM! PÁ! Uma batida seca uma mensagem áspera! um novo jeito de cantar, dançar, compor, se vestir. Quando tudo era negado foi preciso mudar, tirar a arte das galerias e levar pras ruas, pros muros da cidade, tirar a poesia das bibliotecas e levar pros saraus, nas quebradas, tudo isso sem a força das armas, só com a força da palavra: MUDANÇA”. (INQUÉRITO. CD Mudança, faixa 01, 2010).

#### **Rap: um ritmo musical ‘menor’**

Segundo Deleuze e Guatarri (1977) existe uma literatura menor. Uma literatura que se representa por um forte coeficiente de re-territorização da linguagem, ou seja, criar uma língua que dá sentido ao seu território, habitar um lugar real de linguagem, seria “escrever em sua língua”, ocupar um espaço de fala onde seus afetos possam ser ditos e representados.

Neste contexto, o Rap (*rhythm and poetry*) já se estabeleceu como forma histórica de resistência cultural e como a principal expressão musical de uma grande parcela da juventude negra, pobre e periférica das grandes cidades brasileiras. Por meio do conteúdo das letras, diversos grupos de rap cantam memórias não contadas dos seus ancestrais, das ruas, do lugar onde vivem, reinventando e reconhecendo, sob uma nova óptica, a sociedade e suas contradições. (Tella, 2000).

Sendo um dos braços da cultura e do movimento hip-hop, o rap é entendido como uma manifestação de contestação, repúdio e indignação à exclusão social. Trata-se de uma resposta ao NÃO. “(...) quando tudo era negado foi preciso mudar, tirar a arte das galerias e levar pras

ruas, pros muros da cidade, tirar a poesia das bibliotecas e levar pros saraus, nas quebradas, tudo isso sem a força das armas, só com a força da palavra: MUDANÇA”.

Uma outra característica das literaturas menores “é que tudo nelas tudo é político” (Deleuze e Guatarri, 1977: 26), ou seja, todas as discussões, temáticas ganham um teor coletivo, imerso em um universo social, político, econômico, em que sua história se conecta à outras histórias, tornando-se um comum de significados, compondo uma linguagem comum, que expressa uma identidade comum.

Cabe ressaltar que, nesse contexto de estudo, o adjetivo ‘menor’ não é um termo qualificador (na interface - positivo/negativo), mas potencializador de condições de existência de um processo de enfrentamento e resistência dentro das ‘grandes’ literaturas.

Uma literatura menor “é a literatura que produz uma solidariedade ativa, e se o escritor está à margem ou afastado de sua frágil comunidade, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade” (p.27).

O Rap estabelece essa conexão entre o individual e o social, entre percepções pessoais e uma interlocução social, clamores que, em bloco, a outras situações análogas, configuram-se em uma das mais concretas formas de resistência em comunidade.

#### **O RAP como forma de enfrentamento e resistência à dialética inclusão/exclusão por adolescentes em medida socioeducativa de internação<sup>4</sup>**

O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão passa por três filtros de entendimento e aceitação. O primeiro deles é o fato de que a afetividade (sofrimento) é uma opção para se estudar a exclusão. O segundo filtro é a qualificação desse sofrimento como ético-político e o terceiro ponto e, não menos importante, é a compreensão de que existe uma relação dialética entre exclusão/inclusão que reforça a ideia de que o sofrimento ético-político situa-se em uma sociedade conflituoso, especificamente na vivência dos sujeitos no processo de luta de classe. (Sawaia, 1987, 1999).

Compreender o conceito e as motivações desse sofrimento nos abre a oportunidade para uma análise de que, por meio do movimento artístico Rap, os adolescentes encontram uma

---

<sup>4</sup> Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), a medida socioeducativa de internação, art. 121, constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

forma de se reconhecerem como agentes sociais de um processo de transformação. Eles atravessam os muros e grades de suas prisões físicas e psicológicas para encontrar um lugar comum de sobrevivência.

E por meio dessa potência de existir, desse *dever humano*, que esses jovens vão conectando suas vozes umas às outras, projetando suas narrativas em outros espaços, amplificando seus sons para outros territórios e, na tentativa de interlocução com outros corpos, vão constituindo a rede de enfrentamento e resistência à dialética exclusão/inclusão dentro da unidade de internação.

Nesta perspectiva, o estudo das emoções tornou-se um eixo epistemológico fundamental e o rap passa a configurar-se como o elo entre o sentir e o expressar-se como potência de ação. Por meio das letras das canções mais do que denúncias, há um clamor por justiça, melhores condições de vida, visibilidade social. Trata-se de uma estratégia para manter-se vivo, uma ação que revigora a potência de existir e alimenta a esperança de suportar suas condições de existência.

A exposição dos sentimentos, principalmente, no que se refere à semântica do sofrimento - angústia, solidão, raiva, esperança/desesperança, felicidade/tristeza, empatia/raiva, fé/desilusão - vai compondo esse cenário musical e organizando a forma dialética como esses jovens percebem o mundo e de como eles se reconhecem parte dele.

“A vida é sofrida e eu não vou chorar, pense diferente quando sair  
Eu quero ver minha mãe sorrir, sorrir  
Eu quero ver minha mãe sorrir, sorrir.

A via atrás das grades é muito triste irmão  
Pensamento a mil, tristeza no coração  
É foda ver a coroa vindo te visitar  
E depois ela ir embora sem poder te levar  
Dá um aperto no peito, uma grande solidão  
Sentimento de um detento que acabou na prisão”. (Coletânea<sup>5</sup>, p.10)

Cantar o rap é libertar o corpo das grades de silêncio, desprender-se da realidade cinzenta em que vivem. Em uma unidade de internação, os corpos tendem a serem silenciados,

---

<sup>5</sup> Coletânea - *Para além das algemas – se a história é nossa, deixa que nós escreve*. Poética de adolescentes em medida socioeducativa de restrição de liberdade. Realização Instituto de Estudos Socioeconômicos e Unidade de Internação de Santa Maria (DF) pelos projetos Onda pela Paz e Rap: ressocialização, autonomia e protagonismo. Brasília: Arte Bairrista Nua e Transgressora, 2018.

enrijecidos e torturados, mas essa realidade vai sendo adormecida à medida que a voz, o som e o ritmo vão dando forma a um tipo de clamor, a uma performance de expressão do coletivo.

No ritmo do corpo do *rapper*<sup>6</sup>, os sentimentos ganham força, atravessam o ar e contagiam outros corpos que seguem o compasso da melodia. É na arte que o corpo se liberta, na expressão de suas angústias, ele se materializa e, na conexão com o outro, se transforma.

## REFERÊNCIAS

BERTINI, F. M. A. Sofrimento Ético-Político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.2), pp. 60-69, 2014.

BRASIL. Lei no 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Kafka – por uma literatura menor. Série Logoteca. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

SAWAIA, B. B. A consciência em construção no trabalho de construção da existência. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

SAWAIA, B. B. (org). As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TELLA, M. A. P. Atitude, arte, cultura e auto-conhecimento: o rap como a voz da periferia. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

## CD

INQUÉRITO. CD Mudança, 2010.

Coletânea: *Para além das algemas – se a história é nossa, deixa que nós escreve*. Poética de adolescentes em medida socioeducativa de restrição de liberdade. Realização Instituto de Estudos Socioeconômicos e Unidade de Internação de Santa Maria pelos projetos Onda pela Paz e Rap: ressocialização, autonomia e protagonismo. Brasília: Arte Bairrista Nua e Transgressora, 2018

---

<sup>6</sup> Atribuição a quem canta o rap.

### **Sessão Temática 3: Relatos de Sofrimento Ético-Político**

#### **Sala 03**

##### **Apresentação da Coordenadora**

Esta sessão temática foi formada por 6 trabalhos inscritos e apresentados, todos destacando questões e reflexões inerentes ao Sofrimento Ético-Político vivido por diferentes sujeitos em situações como, o trabalho precarizado e também uberizado, sem subsídios estruturais e gerador de tensões psicológicas (tanto no Brasil como em outro país); a sobrecarga de trabalho e a junção da vida profissional com a particular durante a pandemia; a desumanização vivenciada por moradores de rua; a redução da potência de afetividade de usuários do metrô de São Paulo; e ainda, interesses da luta feminina de mulheres burguesas e mulheres da classe operária.

Todas as pesquisas, assim como as reflexões que suscitaram desta roda de conversa apontaram para um processo psicossocial de sofrimento que compreende a relação da constituição de um psicológico político e seu atravessamento por ameaças advindas das desigualdades sociais. Desigualdades estas que abarcam aqui nesta discussão, racionalidades colonizadoras; afecções dos modos de produção capitalista; relações objetivas/subjetivas que determinam o sujeito como ser a-histórico; condições de vida precarizadas a partir de urgências impostas pela pandemia; relações com a cidade e modos de transporte como território de afetações, memória e identidade. Em outras palavras, todos esses fatores constituem o cenário das desigualdades sociais que geram respostas afetivas diversas ou até mesmo a redução da capacidade afetiva do ser. Compreendemos ainda a partir do debate levantado que esse sofrimento é originário de vivências referentes à relação dialética exclusão/inclusão, um modo de inclusão do sujeito na sociedade que ao mesmo tempo é sentida e vivida como exclusão, de sua historicidade, de movimento, de direitos, de participação, trata-se de uma inclusão perversa como nos diz Bader Sawaia.

As apresentações que discorreram sobre os modos de trabalho nos apontaram a expressão do sofrimento em mulheres imigrantes – trabalhadoras em sorveterias na Alemanha

– e o conceito de liminaridade do antropólogo Victor Turner ao se referir ao estado de vivência do sujeito que sente sua própria existência entrelugares, sempre no limite do ser; também dentro desta temática as considerações sobre o filme “Sorry, We Missed You” nos traz o conceito de afetos estranhados a partir de reflexões sobre o trabalho estranhado como produto da uberização, ideias estas fundamentadas pela teoria de Vigotski, Sawaia e Magiolino ao falar sobre a dimensão afetiva do sujeito; outro ainda nos fala sobre o sofrimento de docentes da educação básica na pandemia ao se deparar com demandas e urgências escolares para as quais não estavam preparadas(os) e que se fundiram com suas vidas particulares, gerando sobrecarga não só de trabalho, mas também financeira e emocional, tais reflexões se fundamentam na teoria de Sawaia acerca do sofrimento ético-político.

Temos ainda um trabalho que nos apresenta a urgência de praticarmos a clínica psicológica como um espaço de compreensão e enfrentamentos para as desigualdades sociais, defendendo a importância de alcance do trabalho psicológico para moradores de rua, andarilhos e trecheiros, ressaltando categorias de análise como laços familiares e comunitários e a dor de ser visto como inferior. O trabalho que nos fala sobre usuários de metrô em São Paulo se fundamenta na dinâmica dos afetos de Espinosa e também nas teorias de Foucault e Marc Augé para falar sobre não-lugares como redutores da afetividade do sujeito e produtores do processo de animalização, onde este sujeito busca pela autodefesa e sobrevivência num cotidiano de solidão. Por último, o trabalho sobre reivindicações femininas traz um estudo comparativo entre Rússia e Brasil – no ano de 1917, onde acontecem inúmeras manifestações sociais – acerca da diferenciação entre as necessidades de mulheres burguesas em relação às necessidades de mulheres da classe trabalhadora, uma análise histórica fundamentada na perspectiva marxista de classe.

Por fim, entendemos que todos os trabalhos estão fundamentados dentro da perspectiva da Psicologia Social e indicam a urgência de compreensão e enfrentamentos das desigualdades sociais e todo sofrimento aí produzido, além da importância de voltar-se a esse debate e compromisso social no intuito de que possíveis caminhos se abram para a compreensão e construção de potencialidades de vida, no cotidiano.

Coordenadora: Carla de Almeida Vitória

Debatedora: Dra. Fátima Bertini



## **Trabalho 1: Rearranjos e trajetórias: ítalo-brasileiros trabalhadores em sorveterias na Alemanha em tempos de Covid-19.**

**Autora: Diane Portugueis.**

Resumo: Partimos das observações da tese de doutorado da autora, que apontaram a existência de uma rede migratória no município de Urussanga, no sul do Brasil, a qual estimula jovens a trabalhar em sorveterias na Alemanha, constituindo uma narrativa colonizadora do processo migratório que engendra os indivíduos e seus familiares em um processo social amplo, no qual os projetos particulares de vida e sucesso estão atrelados ao projeto de sucesso da cidade. Observou-se que tal fenômeno traz vivências de entrelugares (Brasil e Alemanha), as quais consideramos como processos de liminaridade, com base no modelo proposto por Victor Turner (2013). O autor trata a relação do indivíduo entre processos- vivências não atreladas nem ao passado e nem ao futuro, mas “entremeios”. A condição vulnerável da liminaridade traz sofrimento psíquico significativo, que muitas vezes é ofuscado nas falas pela narrativa migratória de busca pelo sucesso, este, estimulado pela cidade onde os sujeitos são socializados, bem como pelas famílias. Atualmente estes jovens vivem as intercorrências geradas pela pandemia do novo coronavírus que os obriga a configurar nova estratégia e mudança em seus projetos.

Consideramos que os fenômenos migratórios e identitários em questão passam pela ambiguidade da consolidação de subjetivação diante da tensão entre colonizador/colonizado gerando crises que, frente à imprevisibilidade provocada pela pandemia, se evidenciam, atravessando projetos de vida. Por meio da análise qualitativa de dez depoimentos coletados entre março de 2020 e julho de 2020 investigamos o resultado desse processo. Destacamos a expressão do sofrimento no grupo de imigrantes mulheres. Seus relatos demonstraram preocupações que vão além da manutenção do emprego na Alemanha ou o medo da doença. Abarcaram as relações familiares, saudades, preocupação com os filhos deixados no Brasil e a mudança na qualidade dos relacionamentos afetivos com seus parceiros, em parte, afetados pelo estresse gerado pela situação de incertezas. Consideramos sua vulnerabilidade acentuada, somando-se agravantes de ordem psicológica pelo acúmulo de preocupações, funções e performance em seus papéis sociais.

Quanto aos planos e projetos de vida, foi possível perceber um ponto comum. Tanto aqueles que permaneceram trabalhando na Europa, ainda que contando com o risco de uma nova quarentena, como aqueles que retornaram para o Brasil ou não conseguiram deixar o país, relatam o plano de tentar nova emigração o quanto antes, ou mesmo não deixar a Europa, ainda que as condições sanitárias e de trabalho se agravem. É unânime nos depoimentos coletados a descrença no governo brasileiro e em sua condução para a melhoria das condições no país, tornando assim, as perspectivas de futuro e trabalho para esta população, em trânsito por acreditar não ter boas oportunidades, inalteradas, mesmo em meio aos riscos imprevisíveis gerados pela pandemia.

A trajetória dos ítalo-brasileiros na Alemanha em tempos de pandemia pela Covid-19 revela-se uma constante busca por estabilidade, na incerteza desta. A abertura de quaisquer perspectivas passa a ser válida, desde que não vislumbrem o Brasil como ponto de apoio. Sua segurança parece construir-se na busca de previsibilidade na imprevisibilidade da manutenção de seus deslocamentos e, assim, na permanência em sua condição liminar e intensificada de vulnerabilidade.

**Palavras chave:** Ítalo-brasileiros; Migração de trabalho; Coronavírus; Projetos de vida.

### **Referências**

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed., 1985.

ANTUNES, Mariana Serafim Xavier Antunes. **Compreensão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação por intermédio das narrativas de história de vida: uma discussão sobre o método**. In A. F. Lima (Org.). *Psicologia Social Crítica: paralaxes do contemporâneo* (pp. 67-84). Porto Alegre: Sulina, 2012.

AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lúcia Pereira, 9ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **Modernidad, pluralismo y crisis de sentido: la orientación del hombre moderno**. Barcelona: Paidós, 1997.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade; Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Tradução Floriano S. Fernandes. 33ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PORTUGUEIS, Diane. **Vidas em trânsito: ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar. Sorveteiros ítalo-brasileiros entre Itália, Alemanha e Brasil como (não) lugares**. 327 f. Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

PORTUGUEIS, Diane. **O amargo sabor do sorvete: interrupção de projetos de vida de sorveteiros ítalo-brasileiros na Alemanha em tempos de COVID-19**. Boletim n.72- Ciências Sociais e o coronavírus. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2402-boletim-cientistas-sociais-n-72>. Acesso em 17 agosto de 2020.

SAFRA, Gilberto. **A face estética do self: teoria e clínica**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

TURNER, Victor. **O processo ritual. Estrutura e antiestrutura**. Vozes: Petrópolis, 2013 [1969].

**Trabalho 2: Uberização do trabalho e sofrimento ético-político: considerações a partir do filme “Sorry, We Missed You”.**

**Autora: Talita Troleze de Toledo.**

Resumo: A presente narrativa busca tecer relações entre a precarização do trabalho e o conceito de sofrimento ético-político, partindo de elementos presentes no filme “Sorry, We Missed You”, dirigido por Ken Loach e lançado em 2019, no qual vemos retratada a rotina de trabalho de Ricky. O tema central do filme é o trabalho mediado por plataformas digitais, ou como ficou popularmente conhecido, trabalho uberizado; Ricky é associado a uma empresa de entregas de mercadorias, embora seja “autônomo” e não possua contrato de trabalho com a empresa, precisa cumprir uma série de exigências para que receba o pagamento integralmente, quanto maior o número de entregas que realiza, maior o pagamento que irá receber, vemos ainda que nesta relação de trabalho não está previsto nenhum direito ou garantias de seguridade ao trabalhador, características que vão configurando a precarização do trabalho. É interessante notar ao longo do filme, como as condições de trabalho precarizadas perpassam também as relações familiares das personagens, e como a uberização do trabalho se liga ao que chamarei aqui de “estranhamento dos afetos” nesse contexto, para elucidar a discussão acredito ser pertinente apresentar um diálogo entre Ricky e sua esposa Abbey, que também exerce um trabalho precarizado no setor de serviços como enfermeira:

“Abbey: Estou com medo dele [filho] ser expulso da escola.

Ricky: Sim

A: Sempre tento conversar com ele, mas eu sinto que não estou presente o bastante. Três noites por semana não bastam. Preciso estar com meus filhos.

(...)

R: Eu nunca pensei que seria tão difícil, Abbey. Parece que está tudo fora de ordem. Você me entende?

A: Sim... Tenho sonhos terríveis. Estamos na areia movediça e as crianças tentam nos puxar com um galho. Mas parece que quanto mais trabalhamos, mais nós afundamos num buraco enorme. É recorrente”.

Assumindo uma perspectiva histórico-cultural para pensar estas relações, importa dizer inicialmente que não seria possível a separação da “vida pessoal” ou de uma dimensão “subjetiva”, dos aspectos “objetivos” do “mundo do trabalho”, nesse sentido, se tornam latentes os impactos que a precarização do trabalho causa em relações sociais de âmbito privado já que as emoções, a dimensão afetiva dos sujeitos não se constitui num campo abstrato, pois, como aponta Magiolino (2004, p. 88), o estudo das emoções deve observá-las enquanto uma “característica orgânica, profundamente marcada e produzida pelos processos sociais historicamente constituídos e legitimados, o que nos leva a considerar as condições de produção das emoções humanas”.

Ricky diz que “está tudo fora de ordem”, essa fala pode nos fazer questionar justamente qual seria a ordem dos afetos neste modo de produção; assumindo o entendimento de afeto a partir dos estudos de Espinosa, temos que as afecções do corpo potencializam ou inibem as potências de agir e também as ideias sobre essas afecções, não se trata, portanto, de uma concepção ou estado psicológico, mas sim de uma condição de existência; o afeto seria um movimento dinâmico, possuindo duas dimensões, a da mudança e da experiência da afetação (SAWAIA, 2009).

É nesse sentido que a ordem dos afetos parece seguir inexoravelmente a organização social, ditada aqui pelo modo de produção capitalista, isso equivale a dizer que o trabalho estanhado, próprio da sociedade capitalista, reflete diretamente a produção de afetos também estranhados. É justamente nesse ponto que se acredita ser pertinente envolver nos estudos atuais sobre a precarização do trabalho o conceito de sofrimento ético-político, visto que ele nos permite, como aponta Sawaia (2001, p. 106), “analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social”. As novas formas de trabalho nas quais o sujeito

passa a ser “empresário de si mesmo”, trabalhando no próprio ritmo e sem padrões, oculta, sob a falsa aparência da integração, a intensificação do trabalho opressivo e ampliação do trabalho morto<sup>[1]</sup>, é a inclusão perversa sendo levada a níveis nunca antes observados, com a imposição de um novo modo de trabalho desponta também a imposição de novos modos de afetação e de novas formas de se relacionar.

Sob essa perspectiva podemos compreender que o caráter genérico dos trabalhos uberizados e a impessoalidade das atividades, afeta não só a capacidade de agir dos sujeitos, mas também a apropriação das significações sobre o agir. Dito de outro modo, tirar o caráter humano do trabalho significa também cercear o desenvolvimento afetivo dos sujeitos, isso porque, como nos elucida Vygotsky (1930) a influência da infraestrutura sobre a superestrutura psíquica dos sujeitos conserva “a lei fundamental do desenvolvimento histórico humano – que proclama serem os seres humanos criados pela sociedade na qual vivem, e que a mesma representa o aspecto fundacional na formação de suas personalidades”.

Portanto, ao voltar nosso olhar para os estudos sobre o sofrimento ético-político na sociedade capitalista, podemos inferir que a transposição de um trabalho alienado para um trabalho livremente associado, em que todos os sujeitos possuam condições plenas para o desenvolvimento da vida em todas as suas determinações, significa também produzir formas não objetificadas de afeto, formas de trabalho e de produção de sentidos para este trabalho que possam conferir um caráter humano a esta atividade, pela transformação dialética entre sujeito e natureza, e não pela expropriação dos resultados do trabalho, um caráter de potencialidade no desenvolvimento das funções psicológicas e sociais dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Precarização do trabalho; Sofrimento ético-político; Afetos.

## Referências

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.

MAGIOLINO, L. L. S. **Emoções: uma discussão sobre modos de conceber e teorizar**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2004. 119 p.

SAWAIA, B. B. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, Dez, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 2ª ed. 97-118 pp.

VIGOTSKI, L. S. **A transformação socialista do Homem.** URSS: Varnitso, 1930. Tradução de Roberto Della Santos Barros. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>> Acesso em: Jul/2020.

### **Filmografia**

SORRY, we missed you. Direção de Ken Loach. Inglaterra, França, Bélgica: Vitrine Filmes, 2019. 130 min. Disponível em: <[https://www.telecineplay.com.br/filme/Voce\\_Nao\\_Estava\\_Aqui\\_20626](https://www.telecineplay.com.br/filme/Voce_Nao_Estava_Aqui_20626)> Acesso em: Ago/2020.

### **Trabalho 3: Relatos de sofrimento ético-político de docentes em trabalho remoto.**

**Autora: Maria Fernanda Diogo.**

Resumo: O convívio escolar está suspenso desde março de 2020 em virtude da pandemia de Covid-19 e, desde então, as instituições de ensino recorreram às atividades pedagógicas não presenciais (APNP). Estas se definem pela manutenção do ensino sem a presença de estudantes e professores/as nas dependências escolares enquanto for necessário o afastamento social (CNE, 2020). Os/as docentes têm se responsabilizado pela educação de crianças, jovens e/ou adultos das mais variadas formas, mediados por diversas ferramentas tecnológicas ou pela entrega de atividades impressas nas unidades escolares.

Apresentamos aqui um recorte da pesquisa *O “novo” normal? Pesquisa com docentes da Educação Básica e Superior.* Por meio de uma pesquisa de campo exploratória, investigamos os sentidos atribuídos às APNP por professores/as. A coleta de informações foi realizada por meio de questionários *online*, disponibilizados na plataforma *Google Docs* durante o mês de julho de 2020. O convite para os/as professores/as participarem do estudo foi enviado por meio das redes sociais (*Facebook e Instagram*), *WhatsApp* e *e-mail*. Baseados em Minayo (2008), as respostas ao questionário foram trabalhadas quantitativamente, tornando, nesse aspecto, a pesquisa quali-quantitativa.

Para fins deste resumo expandido, foi realizado um recorte nos dados: após a leitura dos 206 questionários respondidos por professores/as que atuavam na Educação Básica (Educação

Infantil, Ensino Fundamental e Médio), percebemos que um volume significativo das respostas remetia a um sofrimento que transcendia a capacidade de ação dos sujeitos, posto que sua origem estava no âmbito político e social. Eram respostas que continham as seguintes palavras auto referidas: tristeza, frustrada/frustrante/frustração, angustiada/angustiante /angústia, desanimado/desanimador, estressante e desgastante. Localizamos estas palavras nas respostas relacionadas à uma questão dissertativa que objetivava reconhecer as vivências dos/as docentes em relação ao planejamento e execução das APNP.

Nos discursos, percebemos que lacunas na formação e a rapidez com a qual foram implantadas as APNP geraram angústias, como podemos perceber neste relato: “Ao nos depararmos com essa nova realidade o sentimento de medo foi o que predominou [...]. Fiquei bastante angustiada, pois não fazia a menor ideia de como fazer os planejamentos. Não recebemos formação para essa nova realidade. O suporte que recebemos foi para as formas de utilização da plataforma e bem pouco falado sobre o que deveríamos seguir como norte”. A falta de apoio objetivo para lidar com o novo formato educativo esteve presente em muitos discursos: “[A vivência tem sido] Exaustiva, angustiante. Aprendi muito nesse período, confesso, mas sob pressão psicológica imensa. Não temos apoio do poder público”. Sobrecargas foram evidenciadas no trabalho que invadiu o lócus doméstico: “Tem sido bem desgastante. Por vezes vou além do horário de trabalho oficial, volta e meia adentrando madrugada para dar conta de entregar as atividades [...]. A vida familiar se mistura com o trabalho”. Também foram citadas sobrecargas financeiras: “O fato de eu ter que usar meus próprios recursos (internet, computador e celular) também é bastante estressante – a internet paga por mim é fraca, o computador *buga* e meu celular, que deveria ser pessoal, já se tornou ‘do trabalho’ [...]”.

Além dos aspectos relacionados à docência, muitos/as professores/as demonstraram preocupação quanto à aprendizagem dos/as estudantes: “[...] a prática tem desanimado por não funcionar da forma que deveria [...] Dou duas semanas para fazer uma atividade e depois de 2 meses ainda há atividades que não foram feitas”. Há incertezas quanto aos aprendizados: “[...] os alunos não estão aprendendo da forma como deveriam... Recebo atividades mal feitas, sujas e percebo uma regressão. Por outro lado, mães desabafam que o filho(a) não quer fazer e ela não sabe mais como explicar”. Os/as professores/as não sabem como ajudar, pois detém “[...] pouco contato com os alunos [...] e pouco conhecimento sobre as condições socioeconômicas dos alunos e suas rotinas de estudos”.

A categoria sofrimento ético-político, cunhada por Bader Sawaia (2001, 1995), nos auxiliou na análise das respostas. “Esta perspectiva epistemológica supera o uso moralizador e normatizador de conceitos científicos que culpabilizam o indivíduo por sua situação social e legitimam relações de poder apoiadas no princípio da neutralidade científica” (SAWAIA, 2001, p. 97-98). Fundado na falta de apoio social e subjetivo, este sentimento transcende ao sujeito e dificulta ou impossibilita que ele transforme as condições que o causaram. “É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (IDEM, 2001, p. 99). A falta de apoio social e subjetivo pode cristalizar a angústia ou gerar um estado de apatia. A autora enfatiza, ainda, a dimensão sócio-histórica e político-econômica desta categoria, que varia de modo quali-quantitativo de acordo com diversos marcadores sociais (classe, gênero, idade etc.).

Neste momento histórico, vários são os sofrimentos que nos afligem. No momento em que concluíamos este resumo, o Brasil passava de quatro milhões e quinhentos mil contaminados por Covid-19 e cento e trinta e sete mil mortos (PAINEL CORONAVÍRUS, 2020). Muitas famílias vivenciam lutos pela perda de familiares e amigos/as, todas vivenciam o medo do contágio.

Neste cenário, professores/as e estudantes adentraram a um formato de ensino que, com frequência, apresentou desenhos iniciais compulsórios, improvisados e aligeirados, sem propiciar recursos adequados e/ou qualificar os/as envolvidos/as. Ressaltamos neste texto duas facetas descritas com desconforto pelos/as docentes. A primeira se relaciona ao ensino: eles/as sentiram que os saberes relacionados às aulas presenciais eram insuficientes para o formato remoto e, segundo os relatos, as formações pontuais oferecidas pelas Secretarias de Educação municipais e estaduais e/ou escolas foram relacionadas ao uso das novas tecnologias; foram pífios os relatos sobre formações e orientações didático-metodológicas para adoção das APNP. Além disso, a escola adentrou à casa do/a docente, confundindo e amalgamando o público e o privado, causando sobrecarga de trabalho e, também, econômico-financeira. A segunda faceta de desconforto está relacionada à aprendizagem dos/as estudantes: os/as professores/as demonstraram intensa preocupação e desânimo, pois não têm recebido retornos ou as aprendizagens evidenciam-se abaixo do esperado. Eles/as reconhecem os limites das famílias, cujos adultos não detêm conhecimentos suficientes para mediar aprendizagens e/ou vivenciam precariedades. Assim, as narrativas de tristeza, frustração, angústia, estresse, desânimo e desgaste, retiradas da questão que buscava reconhecer as vivências dos/as docentes em relação



ao planejamento e execução das APNP, revelam que eles têm experienciado sofrimentos que estão além das suas potencialidades de ação e, nesta medida, a categoria sofrimento ético-político (SAWAIA, 2001, 1995) iluminou nossas análises.

Em nosso contexto político-social, os/as docentes são, amiúde, responsabilizados, individualmente e como categoria, pelos pífios resultados da educação. Nosso presidente defende reiteradamente o retorno escolar antes da descoberta da vacina contra Covid-19. Ele atacou os/as professores/as em um ato público realizado em 18 de setembro de 2020 com as seguintes palavras: “para eles [professores e sindicatos] tá bom ficar em casa, por dois motivos: primeiro eles ficam em casa e não trabalham, por outro colabora que a garotada não aprenda mais coisas, não volte a se instruir” (SARATT, 2020). Se não realizarmos pesquisas e divulgações para visibilizar o trabalho docente durante o afastamento social causado pela pandemia, corremos o risco deste discurso se tornar lugar-comum. Em relação à postura de culpabilizar os/as docentes, termino este texto expondo o desabafo de um/a dos sujeitos desta pesquisa: “Sinto tristeza e revolta com esse governo genocida”.

**Palavras-Chave:** Sofrimento ético-político; docência; atividades pedagógicas não presenciais.

## Referências

MINAYO, Maria C. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SAWAIA, Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 97-118.

SAWAIA, Bader (1995). **Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora**. In: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; EDUC. p. 157-168.

CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer 05, de 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar** [...]. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020. Recuperado em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192).

PAINEL CORONAVÍRUS. Pesquisa realizada em 21/09/2020. Recuperado em <https://covid.saude.gov.br/>.

SARATT, Alex. **Sobre os ataques contra a educação e aos educadores feitos pelo presidente**. Brasil 247. Recuperado em <https://www.brasil247.com/blog/sobre-os-ataques-contra-a-educacao-e-aos-educadores-feitos-pelo-presidente>.

## **Trabalho 4: A clínica psicológica pode ser um espaço de desvelamento das desigualdades sociais?**

**Autor: Érico Douglas Vieira.**

Resumo:

### **1) Introdução e objetivos**

Este trabalho tem como objetivo colocar a clínica psicológica como espaço de desvelamento das desigualdades sociais brasileiras através da escuta do sofrimento e dos afetos que circulam no espaço clínico com sujeitos das classes populares. Geralmente, os estudos sobre pobreza enfocam mais as questões de privação material, sendo necessário lançar luz sobre os aspectos subjetivos e psicossociais que se manifestam nas vidas precarizadas. Como se as classes populares tivessem somente a sobrevivência imediata como norte e fossem “dessubjetivadas”, como se também não passassem por impasses e sofrimento subjetivo (BOCK, 2009; SAWAIA, 2014). Os sujeitos das classes populares, para além da carência material, não são reconhecidos como sujeitos, são estigmatizados através de estereótipos que desumanizam e que autorizam afetos de medo ou desprezo e justificam violências (SAFATLE, 2020; SOUZA, 2017).

Os fundamentos empíricos do trabalho se constituem a partir de um projeto de extensão e de um projeto de pesquisa realizados numa instituição de apoio da cidade de Jataí-GO por uma equipe de discentes e um docente coordenador, pertencentes ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Trata-se de um estabelecimento filantrópico, dirigido por pessoas ligadas a instituições religiosas, que presta cuidados como alimentação (café da manhã e almoço), local para higienização pessoal e estrutura para higienização de roupas, fornecimento de roupas e sapatos e realização de palestras educativas. O público-alvo é constituído por moradores de rua, andarilhos, "trecheiros" (pessoas que percorrem trechos, de cidade em cidade), desempregados, trabalhadores precarizados como garis. A equipe de extensão/pesquisa oferta atendimentos psicológicos do tipo plantão psicológico, de segunda a sexta, de 10:00 às 12:00, horário de maior circulação no estabelecimento. Além do acolhimento, o plantão psicológico é um tipo de escuta que amplia a clínica psicológica por ser uma modalidade inserida em instituições ou nas comunidades.

### **2) Método**

A Teoria Fundamentada nos dados, de natureza qualitativa, foi adotada neste estudo. Trata-se de uma metodologia de investigação qualitativa que direciona a coleta e a análise dos dados com vistas à construção de conceitos teóricos fundamentados nos próprios dados, em vez de se adotarem hipóteses preconcebidas (CHARMAZ, 2009). Para a coleta de dados, foram utilizados os diários de campo elaborados pelos plantonistas. Foram registros do material que emergiu no espaço das interações clínicas, como observações, registros das falas, sentimentos e elaborações do plantonista. O procedimento de codificação foi realizado em cada diário de campo. As categorias foram geradas a partir do agrupamento de códigos por semelhança temática e de pequenos textos para elaborar as definições dessas categorias. Como resultado do percurso investigativo das manifestações da desigualdade social no espaço clínico dos plantões psicológicos, as categorias construídas foram: a) Laços familiares e comunitários frágeis como condição de vulnerabilidades; b) A dor de ser visto como inferior, c) e Práticas clínicas ampliadas.

### **3) Resultados**

No espaço de escuta proporcionado pelos plantões psicológicos foi possível perceber as vulnerabilidades e riscos a que estão expostos os sujeitos das classes populares. Embora a vulnerabilidade não seja condição exclusiva da pobreza, algumas condições de classe proporcionam maiores riscos e menos proteção para as pessoas das classes populares. Circulou nos plantões uma soma de vulnerabilidades diversas como socialização familiar precária, relações sociais frágeis, instabilidade no mercado de trabalho e uma gama de opressões e violências a que são alvo preferencial os sujeitos da classe baixa. Estas condições maltratam a vida e instalam sensações de incapacidade e percepção da própria vida como uma série de fracassos, gerando sofrimento subjetivo. A escuta do sofrimento de sujeitos de classes populares convoca o clínico para pensar as questões que se manifestam no sujeito individual como expressões de questões sociais mais amplas.

Foram narrados vários episódios cotidianos em que se sentiram desqualificados e desprezados quando interagem com pessoas de outras classes sociais. Humilhações em espaços públicos, discriminações sofridas ou sofrimento diante da percepção de si como invisível, produzem desumanização e reações que vão desde a interiorização do senso de inferioridade até um sentimento difuso de ódio e revolta.

A falta de reconhecimento e as mensagens de rebaixamento recebidas pelos sujeitos excluídos instauram um sofrimento que deteriora as forças de vida e as potências. O entrelaçamento entre subjetividade e cidadania demonstra que o sofrimento ético-político, de ser visto como alguém inútil ou sem valor, revela os mecanismos sociais de injustiça, desigualdade e dominação presentes na contemporaneidade (SAWAIA, 2014). Estes mecanismos são de natureza social, mas se objetivam no sujeito, causam interferências na subjetividade, produzindo dor e sofrimento. A escuta clínica destes sujeitos precisa ser ampliada para a reflexão sobre a divisão da sociedade em classes sociais e os sofrimentos decorrentes da desigualdade social.

As práticas clínicas com sujeitos de classes populares convocaram o plantonista a repensar a clínica tradicional, ampliando conceitos e buscando inventar novas intervenções. A ideia de subjetividade universal e sua desconexão com as questões históricas e sociais recebida na formação tradicional em Psicologia, como associada somente a aspectos individuais e familiares, é repensada e articulada com questões de poder e de pertencimento de classe (HUNING; GUARESCHI, 2005). Os plantonistas buscaram se abrir para o contato com diversas formas de existência e de arranjos subjetivos, buscando estabelecer uma relação potencializadora para a promoção das forças de vida. A inserção na instituição e o formato de plantão psicológico demandaram uma abertura para o imprevisível e a necessidade de se mapear a rede de apoio e cuidado no território para possíveis encaminhamentos.

A clínica com sujeitos excluídos demanda uma expansão em relação às teorias e práticas da clínica tradicional. A ideia de subjetividade universal presente na literatura especializada, revela-se insuficiente para a compreensão dos sofrimentos individuais como expressão das desigualdades sociais. Os plantonistas foram convocados a construir ações singulares e relações clínicas que favorecessem encontros horizontalizados, reconhecimento de saberes populares, valorização e admiração como contraponto diante de humilhações reiteradas.

#### **4) Conclusões**

No trabalho clínico com sujeitos excluídos, percebe-se a necessidade de sustentar a complexidade presente nos sofrimentos, perseguindo não só suas questões subjetivas, mas também a produção social e histórica de suas vulnerabilidades que, sem dúvida, os atravessam subjetivamente. A clínica ampliada deve manter uma relação de intercessão entre a

subjetividade e a sociedade para contribuímos com posturas mais inventivas na clínica, como a própria realidade vem nos demandando.

**Palavras-chave:** Prática clínica; subjetividade; exclusão social.

## Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social: um estudo na cidade de São Paulo**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Documento disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO).

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUNING, Simone Maria e GUARESCHI, Neuza M. **Problematizações das práticas psi: articulações com o pensamento foucaultiano**, Athenea Digital, Barcelona: vol. 8, n. 1, p. 95-108, 2005.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao estado suicidário**. São Paulo: Edições N-1, 2020.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

**Trabalho 5: A Carne e o Metal: O cotidiano dos viajantes nos subterrâneos do metrô em São Paulo.**

**Autor: Thiago da Silva Prada.**

Resumo: Esta pesquisa refere-se à conclusão de dissertação de Mestrado apresentada e defendida em 2015, intitulada “A Carne e o Metal: o cotidiano dos viajantes nos subterrâneos do metrô em São Paulo” no Programa de Ciências Sociais da PUC-SP, com orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosemary Segurado. Foram utilizados de base os textos contidos na dissertação com algumas reelaborações para o resumo deste seminário.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa com os moradores da Zona Leste de São Paulo, que são usuários do metrô, especificamente da linha vermelha do metrô, a fim de verificar os efeitos provocados no cotidiano de suas vidas através de suas percepções e narrativas para uma compreensão social, afetiva e política do cotidiano desses sujeitos no uso diário do transporte público coletivo.

Para realizar tal pesquisa, o foco teórico metodológico se baseia na multidisciplinaridade para abarcar de múltiplas perspectivas o fenômeno sem reduzi-lo a nenhuma categoria, foram utilizadas teorias da sociologia do cotidiano, antropologia das emoções e filosofia, tendo como eixo central a teoria dinâmica dos afetos de Espinosa, juntamente com o pensamento de Michel Foucault e Marc Augé para pensar o transporte público e as estações como espaço em que relações de poder se dão e suas como “não-lugares” produtores de redução da capacidade afetiva do corpo e da mente, os conceitos de “estratégia” e “tática” de Michel de Certeau para pensar as resistências possíveis e, por fim, o conceito de “animalização” para pensar uma produção subjetiva política dos corpos numa constância de tensão e luta diária no deslocamento pela cidade.

Considerando a quantidade de pessoas que se utilizam do transporte diariamente na cidade de SP, houve um desafio para abranger a diversidade e heterogeneidade da população usuária dos metrôs, foram entrevistados jovens, adultos e idosos dos sexos masculinos e femininos, sendo um de cada faixa etária.

Para realizar as entrevistas, foram escolhidas a entrevista narrativa para verificar de maneira ampla e em profundidade a história dos usuários no transporte público, junto com entrevista aberta, em uma combinação que permitisse o aprofundamento na vivência de cada sujeito entrevistado, complementando com observação de campo.

As análises mostraram um sofrimento socialmente compartilhado, envolvido em múltiplos afetos e sentimentos negativos/tristes acerca das vivências diárias no transporte público, na produção de uma subjetividade e vida em impotência, mas com algumas táticas de resistência sendo postas em práticas para lidar com esse sofrimento.

Foram extraídas três categorias temáticas a partir das entrevistas: constrangimento físico, constrangimento afetivo e assédio sexual. Na primeira categoria, foram trabalhadas questões envolvendo o corpo, dores, machucados, efeitos a longo prazo no organismo, na segunda, afetos que envolveram o sentimento dos usuários ao terem que utilizar um transporte

público deficitário e superlotado diariamente e, por fim, o tema do assédio surgiu de forma muito clara envolvendo humilhação e vergonha por parte das mulheres, evidenciando o sofrimento delas como um constrangimento ao mesmo tempo físico, afetivo e um tom maior que levou a uma categoria à parte.

A constatação foi de que existe um sofrimento socialmente vivido no cotidiano diário do uso do transporte metroviário, porém, não compartilhado, isso quer dizer que, embora o sofrimento exista, ele é vivenciado e resolvido taticamente de maneira individual, ou seja, o não lugar produz, de fato, solidão e similitude, permeado de afetos como medo, insegurança, frustração, opressão, radicalizando-se em um processo de animalização, que seria a redução das aptidões de afetar e ser afetado, perdendo o reconhecimento da alteridade, da dor do outro, e, com isso, as táticas são muito mais do âmbito privado do que coletivas, buscando a auto preservação e sobrevivência no caos diário, sem, no entanto, buscar coletivamente mudanças possíveis para alteração do cenário diariamente no cotidiano.

**Palavras chave:** Cotidiano; Afetos; Emoções; Táticas; Subjetividade; Sofrimento.

## Referências

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

BOVE, L. **Uma filosofia de resistência à dominação**. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos –IHU Online**, ano XII, 6.ago.2012. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4543&secao=397](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4543&secao=397) >. Acesso em: 05 de maio de 2014.

BOVE, L. **Espinosa e a psicologia social. Ensaios de ontologia política e antropogênese**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Núcleo de psicopatologia, políticas públicas de saúde mental e ações comunicativas em saúde pública da universidade de São Paulo- UPSI-USP, 2010.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAUÍ, M.: **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DELEUZE, G. **Conversação. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. **Espinosa, filosofia prática**. São Paulo : Editora Escuta, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, M. **O Olho Do Poder**. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do Poder*. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **De espaços outros**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 de junho de 2014.

JAQUET, C. **A unidade do corpo e da mente. Afetos, ações e paixões em Espinosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KHOURY, M. **A dor como objeto de pesquisa social**. *Revista de antropologia ILHA*. N. 0, Florianópolis: SC, 1999.

KHOURY, Mauro. **Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado*. vol. 29, n.3. 2014.

LAPOUJADE, D. **O corpo que não aguenta mais**. In: LINS, D

## **Trabalho 6: A questão feminina é problema burguês de direito e justiça ou de negação às trabalhadoras de até um pedaço de pão?**

**Autora: Bruna Shimabukuro de Freitas.**

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em formato de monografia, trata-se de um estudo comparativo, a partir da Psicologia Sócio-histórica, com a proposição de analisar historicamente os encaminhamentos na Rússia e Brasil acerca das reivindicações das mulheres em 1917, quando ocorriam greves, revoltas, manifestações e uma série de reclamações por parte da classe trabalhadora, em um momento no qual vários países estavam em guerra ou sofrendo os impactos de confrontos a nível mundial. Com uma análise histórica da diferenciação das necessidades das mulheres trabalhadoras e burguesas naquele período, sob a perspectiva marxista de classe, nos dedicamos a conhecer como as soluções foram encaminhadas no Brasil e na Rússia, para entendermos como tal momento histórico trouxe novas perspectivas para a realidade enfrentada pelas mulheres desde aquele período, com a intenção de compreender, o que, de fato, traria mudanças significativas para a vida das mulheres da classe trabalhadora. Foi utilizada Epistemologia Qualitativa, com pesquisa bibliográfica, tendo artigos científicos como principal fonte de estudo, por defender o conhecimento como de caráter construtivo e não algo pronto a ser apreendido.



Com a Psicologia Sócio-histórica, que tem como base epistemológica o Materialismo histórico dialético, podemos compreender que, para que o ser humano seja entendido, é necessário investigar e reconstruir sua história como meio de conhecer de que modo foi formada sua consciência e a partir de quais aspectos seria possível a proposição de mudanças benéficas ao grupo que o sujeito pertence, de acordo com sua realidade histórica e social.

Consideramos o homem como sujeito a determinações sociais e de cultura, que resulta da história da sociedade como um todo, então percebe-se que esses aspectos externos ditarão o modo como a pessoa verá o mundo e se comportará frente à realidade. A história é um processo sem fim e a busca por uma verdade a partir de um conhecimento científico assim também será, pois toda verdade é parcial, já que o homem está sempre em transformação e em processo de superação.

1917 foi um ano marcado pela Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e Greve Geral brasileira, e em meio a isso, mulheres passaram a se organizar para reivindicar direitos. Enquanto as feministas burguesas buscavam direitos iguais entre elas e os homens burgueses, já que homens proletários não tinham tantos direitos de fato, as trabalhadoras reclamavam questões de sobrevivência. Novas perspectivas foram trazidas para a realidade feminina. Tanto a busca por direitos, quanto a questão de luta de classes - que se agrava sobretudo para mulheres, pois elas carregam o dobro do peso resultante da desigualdade social e de gênero - são pautas levantadas ainda hoje, mais de um século depois.

Neste trabalho se pretendeu compreender a questão feminina para pensar que tipos de mudanças na sociedade realmente trariam melhorias para a vida das mulheres proletárias, considerando o discurso de duas principais mulheres: Alexandra Kollontai, atuante no alto escalão do governo Russo em 1917, defensora dos direitos das mulheres, defensora da ideia responsabilização do Estado pelas tarefas domésticas, já que se trata de trabalho não pago; e Leolinda Figueiredo Daltro, professora nordestina, fundadora do Partido Republicano Feminino, que reconhecia a educação para mulheres como instrumento de emancipação e conscientização.

Novas sínteses são alcançadas à medida que a história avança, com o homem exercendo sua atividade sobre a realidade. Diante dos aspectos observados mediante estudo, conclui-se que a questão feminina, para as mulheres trabalhadoras, tem seu cerne na luta de classes. Portanto, a emancipação feminina somente seria alcançada com uma nova estrutura social, de

viés socialista, com maior intervenção do Estado, que garantiria à sociedade condições de vida favoráveis ao desenvolvimento da população como um todo, saindo da lógica capitalista de exploração, que só faz manter a opressão sobre as mulheres.

**Palavras-chave:** Psicologia sócio-histórica; Luta de classes; Mulheres.

## Referências

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, São Paulo, EDUC, 1996.

AYRES, Carla Simara. **Mulheres, realidade social e desafios emancipatórios**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000200619](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200619)>. Acesso em: 15/05/2019.

BLAY, Eva Alterman. **8 de Março: Conquistas e Controvérsias**. Estudos Feministas, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf>>. Acesso em: 15/05/2019.

BUONICORE, Augusto. **A greve geral de 1917 e os seus reflexos no movimento operário brasileiro**. São Paulo: Memória Sindical, 2017. Disponível em: <<https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/augusto-buonico-re-greve-geral-de-1917-e-os-seus-reflexos-no-movimento-operario-brasileiro/>>. Acesso em: 18/05/2019.

COSTA, Camilla. **A greve que parou São Paulo em 1917**. 2017. (20 min 18 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AJ4WuAEDr-8>>. Acesso em: 19/05/2019.

DALLE, Isaías. **100 anos de Greve Geral: Passado ou Futuro?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <[https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/12/Web\\_100-ANOS-DE-GREVE-GERAL\\_AF6.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/12/Web_100-ANOS-DE-GREVE-GERAL_AF6.pdf)>. Acesso em: 18/05/2019.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 1ª ed. Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1989.

JARDILINO, José Rubens Lima. **Carta a los lectores y lectoras**. Revista Historia de la Educación Lationamericana, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-72382016000100001](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382016000100001)>. Acesso em: 14/05/2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea**. 1908. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso em: 11/05/2019.

MAIA, Denise Santana. **Alexandra Kollontai: Memória, reflexões e lutas pela libertação da mulher**. Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/museopedagogico/wp-content/uploads/2017/08/AlexandraKollontai%20mem%C3%B3ria-e-luta-contra-a-opress%C3%A3o-da-mulher-DeniseMaia%20Disserta%C3%A7%C3%A3o-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acesso em: 10/05/2019.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: 3ª ed. Nova Cultural, 1988.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias**. Porto Alegre: Estudos Libero-americanos, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22050/14330>>. Acesso em: 16/05/2019.

PEREIRA, Andréa R. Sampaio. **O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas ignorantes/inertes?** Curitiba: Revista de Sociologia e Política, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44781999000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200010)>. Acesso em: 21/05/2019.

RAMOS, Gilmária Salviano. **Leitura feminista da história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Revista Estudos Feministas, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000300026](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300026)>. Acesso em: 02/06/2019.

SANTOS, Paulete Maria Cunha. **Leolinda Daltro – a Oaci-zauré – relato de sua experiência de proposta laica de educação para os povos indígenas no Brasil central**. Revista História da Educação Latinoamericana, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v18n26/v18n26a02.pdf>>. Acesso em: 10/05/2019.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: 6ª ed Martins Fontes, 1995.

SCHNEIDER, Graziela. **A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas panfletos, ensaios**. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

SECCO, Lincoln. **O centenário da Revolução Russa**. São Paulo: Estudos Avançados, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142017000300081](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142017000300081)>. Acesso em: 10/06/2019.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Legislação familiar soviética e utopias feministas**. Rio de Janeiro: Revista Direito e Práxis, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-89662017000302295](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302295)>. Acesso em: 12/05/2019.

SIRGADO, Angel Pino. **O social e o cultural na obra de Vigotski**. Campinas: Educação e Sociedade, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200003>>. Acesso em: 20/06/2019.

TOLEDO, Edilene. **Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>>. Acesso em: 14/05/2019.

VARELA, Raquel. **A Guerra das Guerras, a Revolução das Revoluções, 1917**. Lisboa: Revista Direito e Práxis, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-2227.pdf>>. Acesso em: 19/05/2019.

VYGOTSKY, Lev. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2477794/mod\\_resource/content/1/A%20construcao%20do%20pensamento%20e%20da%20linguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2477794/mod_resource/content/1/A%20construcao%20do%20pensamento%20e%20da%20linguagem.pdf)>. Acesso em: 24/06/2019.

### **Sessão Temática 3: Relatos de Sofrimento Ético-Político**

#### **Sala 04**

##### **Apresentação da coordenadora**

No dia 2 de novembro de 2020, aconteceu às 10h a mesa de debate sobre o sofrimento ético-político no III Encontro do NEXIN da PUC de São Paulo. Eu, Gabriela Moreira, fui a coordenadora da mesa, e a doutoranda do Nexin Aline Matheus foi a debatedora. Contamos com cinco trabalhos, todos apresentados pelos seus autores.

No primeiro momento, os autores dos trabalhos fizeram suas apresentações, seguido pela pergunta da debatedora, finalizando com as perguntas do chat, comentário geral da debatedora e considerações finais dos apresentadores.

O primeiro trabalho foi apresentado por dois mestrandos da PUC de Campinas sobre a desigualdade social desvelada pela pandemia. A dupla oferece grupos semanais online para alunos de uma escola pública e trouxe relatos dos sentimentos vivenciados pelos alunos durante as atuais aulas remotas. O segundo trabalho foi apresentado por duas professoras de graduação sobre as experiências de estágio com população em situação de rua e a intenção de oferecer na graduação uma aproximação dos alunos a essa realidade social. O terceiro trabalho contou com a apresentação de um aluno da Faculdade de Ciências da Vida de Minas Gerais, em que ele propõe uma análise de categorias da sexualidade a partir da ruptura do modelo cisheteronormativo na análise do discurso. O quarto trabalho foi apresentado por uma recém-graduada em Psicologia com seu trabalho de conclusão do curso sobre o sofrimento ético político vivenciado por travestis no modelo de exclusão social e pela dificuldade de ter emprego para essa população. Por fim, o quinto trabalho foi apresentado por uma mestranda em Administração pela Universidade Estadual de Londrina, em que ela faz uma crítica ao modo capitalista da sociedade funcionar em relação ao serviço público. Sua intenção era debater a lógica e o sentimento de incapacidade do servidor público.

As apresentações foram seguidas pela contribuição da debatedora, que buscou uma identidade dentre os diversos temas. Sua pergunta para todos foi sobre como é a escuta que

propõem enquanto exercício de sensibilidade. Os apresentadores do primeiro trabalho contaram o que tem aparecido como sentimentos dos alunos; as apresentadoras do segundo trabalho problematizaram sobre o que elas querem ouvir e o que a população de rua traz como conteúdo para além do sofrimento; o autor do terceiro trabalho falou sobre olhar a potência e não só a dificuldade da população estudada; a autora do quarto trabalho propõe uma prática em que escutar traga visibilidade para as travestis; e a autora do último trabalho falou sobre uma escuta desarmada.

Finalizamos a mesa com quatro perguntas feitas por uma mesma participante, uma para cada um dos quatro primeiros trabalhos, depois com comentários de agradecimento pelo debate e pelas contribuições da mesa.

Coordenadora: Gabriela Moreira R. dos Santos

Debatedora: Aline Matheus Veloso

**Trabalho 1: Título: “Vocês estão me escutando?”: reflexões sobre a prática de psicólogos escolares em tempos de pandemia.**

**Autores: Rômulo Lopes da Silva; Matheus Henrique da Silva Rocha; Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Juliana Soares de Jesus; Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vera Lucia Trevisan de Souza.**

Resumo: A pandemia do novo coronavírus e o isolamento proposto pela Organização Mundial da Saúde afetou as nossas relações cotidianas, prevalecendo as interações intelectuais e afetivas por meio de plataformas virtuais, e, a partir de uma compreensão espinosana o modo como essas relações são vividas pelos sujeitos, sobretudo os afetos, possibilitam aumentar ou diminuir a sua potência de ação. Essa realidade desvelou as desigualdades sociais presentes nas diferentes esferas da vida, evidenciado principalmente nos processos educativos diante do desafio de oferecer condições para a continuidade do ensino e da aprendizagem de qualidade para os alunos de escolas públicas.

Demarcamos, diante dessas questões sociais, o sofrimento ético-político que afeta todos atores escolares e, destacaremos neste trabalho, a experiência de psicólogos-

pesquisadores em ações realizadas com alunos de uma escola pública de São Paulo. Neste contexto, nos questionamos sobre como o psicólogo escolar poderia contribuir para o enfrentamento dessas condições? Quais são os desafios que são postos diante dessa realidade pandêmica e de desigualdades que vivemos nas escolas públicas brasileiras?

Frente a essas questões, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os afetos vivenciados por psicólogos escolares em intervenções realizadas semanalmente, via plataforma virtual, com adolescentes durante o período do isolamento social e, em especial, sobre a importância da linguagem nessas práticas.

Os fundamentos teóricos-metodológicos que norteiam essas reflexões têm como base as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, proposta por Vigotski, que versa sobre o desenvolvimento humano que ocorre no/pelo social. Este autor ainda aprofunda e discute a adolescência e pontua a predominância do pensamento por conceito e a imaginação, funções psicológicas superiores que facilitam a ampliação dos modos de conhecer a si mesmo e a sua realidade, promovendo o desenvolvimento. Desta concepção, aponta como central a linguagem, que possibilita que o sujeito acesse as experiências com/no social e também se relacione com o mundo por meio das suas significações. Em nossa prática, partimos da premissa de que nossa atuação visa transformar a realidade, e, para tal, por meio da linguagem, promover situações sociais que favoreçam a expressão dos sujeitos e a superação das condições vividas por alunos da escola pública.

Os encontros semanais realizados com alunos da escola referida anteriormente se iniciada demanda apresentada pela escola para os psicólogos-pesquisadores do grupo PROSPED, que estão inseridos há mais de quatro anos desenvolvendo práticas colaborativas com toda a equipe escolar e as famílias. Diante da queixa de os alunos estarem se percebendo ansiosos, o objetivo desses encontros foi o de oferecer um espaço para que os alunos pudessem expressar os sentimentos vividos durante o período de pandemia, por meio do uso de diferentes obras artísticas (como a pintura, escultura, música e a poesia) para que pudessem falar sobre o que pensavam e sentiam.

Nesses encontros, os psicólogos-pesquisadores se depararam com uma forma de expressão da linguagem e modos de se relacionar substancialmente diferentes das práticas realizadas presencialmente, demandando novas estratégias de atuação em contextos educativos. As intervenções remotas, de certa forma, restringiram a aproximação entre

psicólogos e alunos, e nesse cenário nos questionávamos quais seriam as possibilidades de promoção de situações sociais que promovessem o desenvolvimento desses alunos. Isto porque em nossa prática foram comuns as dificuldades postas pela falha da internet, alguns alunos que não ligaram suas câmeras e teve quem somente se expressava por mensagens de texto escritas no *chat* da plataforma em que aconteciam os encontros. Esse modo de participação tem sido um desafio para psicólogos-pesquisadores que se propõem a atuar de forma remota com alunos de escola pública.

Assim, observamos que a expressão dos alunos tem impactado a formação como psicólogo escolar, e, de modo dialético, constitui nosso olhar e nosso papel enquanto psicólogos-pesquisadores, o que, por sua vez, impacta em nossa percepção sobre a efetividade das práticas realizadas. Nos encontros, uma das falas recorrentes por todos os participantes é a “você está me escutando?”, devido às falhas tecnológicas, a “silêncios”, e refletimos o quanto esse questionamento emperra a construção de um espaço de compartilhamento de significações, importantes para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Além da incerteza de como esses dilemas vividos pelos encontros virtuais, retomamos a concepção de Vigotski sobre os processos imaginativos e vemos o quanto as experiências agilizam (ou inviabilizam) os atos criativos, potencializando ou despotencializando as nossas ações. Há ainda, com o distanciamento físico, a contradição evidente entre a dificuldade de vivenciar e sentir nossos afetos e, por outro lado, a emergência e o predomínio dos mesmos em nosso cotidiano.

Por outro lado, em nossas reflexões teórico-práticas, buscamos o acercamento desses fenômenos e entendemos o desenvolvimento como um processo, e, ainda que seja uma atuação em construção, acessamos falas dos alunos que revelam que esta ação tem se constituído como uma situação social de desenvolvimento favorecedora de novas relações e significações acerca de si próprios (e de suas angústias) e, concomitantemente, do que é ser/fazer psicólogo escolar.

Diante de tais apontamentos e reflexões, recorreremos ao filósofo holandês Espinosa, que nos faz pensar que diante das vivências postas pela pandemia, esses momentos de encontros tem possibilitado o aumento do *conatus*, isto é, a potência de perseverar em práticas que valorizem o posicionamento ativista transformador dos adolescentes e, assim também, reinventar o saber-fazer dos psicólogos para que permaneçam interessados e atuantes no



desenvolvimento de adolescentes de escolas públicas e da transformação das condições que promovem sofrimento ético-político.

**Palavras-Chave:** adolescentes; psicologia escolar; sofrimento ético-político; Covid-19;

**Trabalho 2: Retratos cotidianos do sofrimento ético-político: relatos de experiências em estágios supervisionados com população em situação de rua.**

**Autoras:** Ana Carolina Gil; Luciana Ferreira Silva.

Resumo: O objetivo desta roda de conversa é trazer as práticas que têm sido desenvolvidas por alunos do curso de Psicologia nos estágios profissionalizantes em psicologia social. Os estágios são desenvolvidos com população em situação de rua e nossa ideia é refletir sobre uma práxis transformadora de estigmas, discursos/relações de ódio e violações de direitos, nos convocando a pensar coletivamente novos modos de ver e fazer, potencializando o trabalho com esta população.

As pessoas que estão em situação de rua vivenciam, diariamente, o sofrimento ético-político, suas dores advêm das humilhações e injustiças sociais, da miséria, da discriminação, da opressão e partem do indivíduo dentro de um contexto político, econômico, social e cultural.

A roda traz experiências de campo com população em situação de rua e a afetividade enquanto elemento fundamental na prática psicossocial transformadora. A afetividade é entendida como um ato ético-político, isto é, transformador das questões psicossociais, de forma que tanto o Estado, os indivíduos e a sociedade apresentem o compromisso social e a possibilidade de transformar a si e a sua realidade. A afetividade impulsiona as pessoas a se agruparem enquanto sujeitos comprometidos com a realidade da qual fazem parte, buscando uma forma de superar o sofrimento, construir sua cidadania e garantir seus direitos.

Sendo assim, apoiamo-nos nas seguintes orientações metodológicas: a perspectiva da psicologia social de Bader Sawaia, trazendo o referencial da psicologia sócio-histórica com base nas considerações de Espinosa e Vigotski para amparar nossas discussões.

## Referências

SAWAIA, Bader (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; EDUC. p. 157-168.

CNE – Conselho Nacional de Educação. **Parecer 05, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar [...]. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020. Recuperado em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192).

PAINEL CORONAVÍRUS. **Pesquisa realizada em 21/09/2020**. Recuperado em <https://covid.saude.gov.br/>.

SARATT, Alex. Sobre os ataques contra a educação e aos educadores feitos pelo presidente. **Brasil 247**. Recuperado em <https://www.brasil247.com/blog/sobre-os-ataques-contr-a-educacao-e-aos-educadores-feitos-pelo-presidente>.

**Trabalho 3: HETEROCISNORMATIVIDADES: UM OLHAR ÀS AVESSAS. Análise a partir do documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH”.**

**Autores: Odair José Câmara Edmundo; Laura Freire de Andrade.**

Resumo: A presente pesquisa buscou compreender as influências dos processos normativos na constituição de subjetividades de travestis, a partir da análise crítica do discurso apresentado no documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH”. O contexto de desigualdade social no qual as travestis se encontram, é o ponto chave para refletir as possibilidades de produções de resistências e subjetividades, no qual a ruptura da matriz heterocisnormativa às assujeitam. O proceder desta pesquisa foi caracterizado enquanto qualitativo, de natureza exploratória, com recursos da pesquisa bibliográfica, e estudo documental enquanto aos meios, que permitiram verificar que a heteronormatividade pode impactar nas formas de produção de subjetividades e modo de viver das travestis, que reiteram e contrapõe concomitante essa norma, podendo causar nessas pessoas, condições precárias de vida.

Objetivos:

\*Compreender os processos de subjetivação travestis a partir da interlocução de gênero, corpo e sexualidade.

\*Analisar os processos sociais normativos da sexualidade na constituição subjetiva das travestis e transexuais.

\* Analisar os discursos transgressores da normativa binária e heteronormativa.

## Metodologia

O presente artigo utilizou da metodologia de pesquisa qualitativa que segundo Gil (2002), é um método que tem por objetivo realizar um levantamento criterioso e sistemático, em busca de respostas ao problema à qual este estudo se norteia. A partir do caráter investigativo, a presente metodologia obteve a função de identificar a história de vida e o contexto psicossocial das travestis apresentadas no documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH” dando ênfase aos fatores preponderantes que atravessam as suas constituições subjetivas. O documentário está disponibilizado no site Youtube®, foi produzido na cidade de Belo Horizonte- MG e apresenta como conteúdo, depoimentos das trajetórias de vida de travestis e transexuais da referida cidade. Tal documentário foi realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais – NUH/UFMG, sendo parte de um projeto intitulado “Educação sem homofobia”. Para tanto, este estudo se define enquanto uma pesquisa documental, que para Marconi e Lakatos (2013), trata-se de uma análise de materiais ainda não explorados que podem servir de fonte para pesquisa científica.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se constitui como descritiva, com aplicabilidade metodológica de análise crítica de discurso, fundamentada por Michel Foucault (1996). A compreensão Foucaultiana do discurso pontua que este é produtor e reproduzidor de conhecimento, bem como de poder simultaneamente, na medida em que o discurso define o sujeito, moldando e posicionando-o, como autor e protagonista de sua própria história, gerando assim opiniões e percepções de si próprio. O poder enquanto saber, provém da reflexão sociohistórica da situação em que se vive, para a busca da transformação da mesma, assumindo uma postura crítica, através da dialética reflexão-ação. Mediante revisão bibliográfica, foi possível validar a cientificidade desta pesquisa, no aprofundamento da temática da heterocisnormatividade e a articulação teórica apresentada possibilitou um encontro com a realidade observada através do discurso das travestis.

## Resultados e Considerações Finais

As narrativas analisadas na obra “Memorial Travesti e Transexuais de BH”, apontam que estas pessoas, em suas subjetividades não se apropriam enquanto “pessoas anormais”, mas

sim, que possuem corpos abjetos e subalternos às pessoas ditas “normais”, tendo como consequência a exclusão social das mesmas, além da falta de potencialização desses seres humanos, enquanto pessoas de direitos como quaisquer outras, para saírem desse lugar.

Os atravessamentos da heterocisnormatividade sobre as formas de emergir subjetivamente as travestilidades, não só produzem, mas reproduzem relações sociais que estigmatizam esses corpos num lugar de subalternidade, através da criação de territórios marginais em que são negados direitos básicos de cidadania a esses corpos e legitimam a heterocisnormatividade a estes. Assim, o corpo travesti, estando alocado numa sociedade onde o dito “normal” está no campo da identidade, linguagem e gênero, estaticamente masculino/feminino, homem/ mulher, proporciona ao corpo travesti o não enquadramento performático social.

Os discursos analisados das travestis, nas condições apresentadas no documentário, são construídos numa situação paradoxal, pois há uma denúncia do lugar de abjeção e desigualdade, mas é nestes lócus, que são estabelecidos os processos de subjetivação das travestis, numa posição flexível de ser homem ou mulher, para se constituírem subjetivamente. Portanto, este estudo, contribui à luz dos estudos sobre gênero e sexualidade as inúmeras possibilidades de compreensão e acolhimento, para pessoas marginalizadas, e que se encontram em situação de exclusão social, sendo aqui abordada as travestis.

**Palavras-chave:** Subjetividades; Travestis; Heteronormatividade; Desigualdade social.

## Referências

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. Recuperado de : <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3ancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 144 p., 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desdiagnosticando o gênero**. *Physis* Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [ 1 ]: 95-126, 2009.

DELEUZE, Gilles. **O devir revolucionário e as criações políticas**. Entrevista de Gilles Deleuze a Toni Negri (Tradução de João H. Costa Vargas). *Novos Estudos – CEBRAP*, 28, 67-73, 1990.

Pinheiro Bernardo. **Travestilidade às avessas – a desconstrução de uma “paródia” identitária.** Estudos Feministas, Florianópolis, agosto/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p473>. Acesso em: 01 marc.2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade : a vontade de saber – 2010.**

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Ed. 4. Atlas. São Paulo, 2002

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Memorial de Travestis e Transexuais de BH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jfC5B1dsc2M>.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, Wiliam. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania.** Rio de Janeiro: PPG/Saúde Coletiva/UERJ, 2002.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. Dissertação (Mestrado em Poscultura) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p.5-22. 1990.

SILVA, Nilza. **Subjetividade: Psicologia social contemporânea: livro-texto.** 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

#### **Trabalho 4: Sofrimento ético-político: a vivência travesti em um contexto de exclusão social.**

**Autoras: Tatiane Ribeiro de Carvalho; Bruna Borba de Araujo Tchalekian.**

Resumo:

##### Objetivos

Compreender que elementos constituem o sofrimento ético-político para a população travesti, bem como estudar o conceito de sofrimento ético-político; conhecer a vivência das travestis no Brasil; pesquisar sobre os sofrimentos que atravessam a população travesti e como estes podem estar ligados ao sofrimento ético-político; e realizar uma articulação teórica entre o conceito de sofrimento ético-político e suas expressões nas vivências da população travesti.

##### Metodologia

O presente trabalho parte da concepção de que para se estudar um fenômeno deve-se compreendê-lo e interpretá-lo a partir dos seus significados e do contexto em que está inserido. Desta forma foi realizada uma pesquisa qualitativa, uma revisão de literatura com artigos e livros relacionados ao tema e campo teórico em questão, e a análise da música “mulher” da cantora Linn da Quebrada. Pelo fato de Linn se identificar como travesti, a música “mulher”, de sua composição, e o vídeo clipe, dirigido por ela, foram escolhidos pela forma como a compositora expressa, através destes, a vivência travesti e por tanto pretendeu-se analisá-la com a finalidade de compreender alguns aspectos do sofrimento ético-político da vivência travesti.

##### Resultado

Ao analisar o vídeo clipe e a letra da música é possível identificar diversas questões, dentre elas, a prostituição. Linn canta “ela é diva da sarjeta”, ou seja, é na rua que ela se faz bonita e desejada, como teorizado por Salgado (2011), mas ao mesmo tempo compara seu corpo a uma ocupação, um lugar que é privado, é dela, mas que outras pessoas ocupam, outras pessoas utilizam este corpo, em benefício próprio. Ela traz também a ideia de que este corpo é esgoto, o que remete a sujeira, impureza (BOHM, 2009) e ao pecado, que são estigmas carregados pelos corpos travestis.

As travestis passam por diversas formas diferentes de exclusão, uma das formas mais comuns é no mercado de trabalho (ADELMAN, 2003; BENTO, 2006 apud FERREIRA, 2017), como relatado por diversos autores (VALE, 2005; PELÚCIO, 2007; GARCIA, 2007; ORNAT, 2008; NOGUEIRA, 2009; MÜLLER, 2011; DAVI, 20013; BRUM, 2014 apud FERREIRA 2016) tornando a prostituição uma das poucas opções viáveis para conseguir uma forma de sustento. Pela perspectiva de Sawaia (2001) e de Coutinho, Krawulski e Soares (2007 apud FERREIRA, 2017), o trabalho é um definidor da identidade e a travesti, por ter sua imagem associada à prostituição tem uma identidade marginalizada, marcada pelo preconceito que leva à exclusão e, portanto, ao sofrimento ético-político.

Existem vários tipos de violência sofridos por essa população e que, na música são usados para comparar e igualar as mulheres cis e transgênero, a misoginia, bem como o feminicídio, que atinge as mulheres cisgênero também atinge as mulheres transgênero; dessa forma Linn coloca que tanto a travesti quanto a mulher cisgênero “são feitas para sangrar” e são objetificadas durante o sexo, “para entrar é só cuspir”, provando que, do ponto de vista das violências, uma mulher transgênero é uma mulher. Ainda pontua o estigma de promiscua daquelas que vivem sua sexualidade de forma plena.

O sofrimento ético-político é definido como a dor proveniente de ser visto pela sociedade como alguém inferior e sem valor. A música, juntamente com o vídeo clipe ilustram, essa desvalorização da travesti e também da mulher cisgênero ao apontar essa visão do que é uma mulher, mostrando-as inferiores, objetificadas e submetidas ao desejo e a força do outro.

De modo geral, o vídeo e a música tratam sobre a prostituição, mas também sobre a concepção de mulher, mostrando que o gênero vai muito além do sexo biológico e ainda demonstra a importância da coletividade para gerar potência de ação e resistência.

### Conclusão

O sofrimento ético-político é um conceito amplo associado a um processo de exclusão/inclusão, ele é a dor experienciada por aqueles menos privilegiados em um sistema em que há desigualdade social e de gênero. Sendo a população travesti atravessada por estes processos, é uma população que experiencia o sofrimento ético-político em diversos contextos, como no mercado de trabalho, no âmbito escolar e durante toda a vida ao se exporem como são. O preconceito, a transfobia, a misoginia e a homofobia dos quais as travestis são alvos,

são mediadores da exclusão e a dor, a forma como são afetados e a violência são resultados dessa exclusão e são o sofrimento ético-político.

Esta população, assim como muitas outras, sofrem diariamente e por isso é importante, enquanto sociedade, problematizarmos o modelo social e político vigente, pensando nos mecanismos que geram a exclusão e em como é possível reduzir as desigualdades. E, enquanto buscamos uma transformação social, também se faz importante pensar, dentro das psicologias, a criação e manutenção de espaços de cuidado, visando o aumento da potência de ação das pessoas que experienciam o sofrimento ético-político, para que, dessa forma, sejam capazes de seguir resistindo à exclusão, ao preconceito e à violência, lutando pelos direitos.

**Palavras-chave:** travestis; desigualdade de gênero; desigualdade social; exclusão social; transfobia.

## Referências

BOHM, A.M. **Os 'monstros' e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis.** Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/29931> Acesso em: 20/10/2018.

FERREIRA, D.G. **Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo.** Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucsp.br/handle/handle/17140> Acesso em: 16/10/2018.

FERREIRA, T.S. **Os processos de entrada e permanência das travestis e das mulheres transexuais no mercado de trabalho.** Monografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1645> Acesso em: 17/12/2018.

QUEBRADA, Linn da. **Mulher.** 2017. (8m10s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-50hUUG1Ppo&t=5s>. Acesso em: 20/05/2019.

QUEBRADA, Linn da. **Mulher.** São Paulo: Showlivre, 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/mulher/> Acesso em: 20/05/2019.

SALGADO, F.M.M. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo.** Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucsp.br/handle/handle/16931> Acesso em: 13/10/2018.

SAWAIA, B.B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Editora vozes, 2ª Ed. Petrópolis, 2001.



## **Trabalho 5: O Sofrimento Ético-Político no Serviço Público.**

**Autora: Vânia Antunes Domingues da Costa.**

Resumo: Considerando o conceito de sofrimento ético-político elaborado por Sawaia em 1999 com base na afetividade spinosiana citado em Bertini (2014) elaborou-se o relato a seguir.

Sou nascida e criada em área rural, cresci em uma família estruturada, porém, sem muitas condições financeiras. Meus pais sempre me incentivaram a estudar, pois acreditavam ser uma forma de emancipação social – e o é. Trabalhei na roça até os 18 anos, após iniciei em um escritório contábil onde fiquei por 8 anos, passando em seguida por auto center, facção de costura e desde 2013 ingressei no serviço público. Quando assumi, tinha vontade de mudar o mundo, utilizar com eficiência todos os recursos administrados pelo ente ao qual sou vinculada. Fiquei 3 anos na tesouraria somente realizando pagamentos e conciliação bancária, 10 meses na gestão financeira da Secretaria Municipal de Assistência Social e desde 2017 estou na contabilidade fazendo o envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado, além de alimentar algumas informações contábeis no Portal de Transparência do Município e alimentar o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Ocorre que, observando a forma como a gestão pública municipal ocorre na prática, não somente aqui no meu município, mas também em outras localidades, percebe-se que as ações sempre são executadas de forma à obtenção de ganhos políticos individuais. Não há preocupação com o coletivo, emancipação social, qualidade do gasto público e a transparência na divulgação dos dados, por exemplo. Não digo que há ilegalidades, mas imoralidades, formas claras de manutenção da situação de exclusão e dominação social que se vivencia: pessoas apolíticas, dominadas e incluídas perversamente em um sistema democrático cujas formas de gestão não lhe possibilitam emancipar-se. Percebe-se, por vivência prática, um descontentamento cada vez maior da população com a qualidade do serviço público, porém, a forma de gestão visa à manutenção do que está posto.

Não há perspectivas de melhora, uma vez que o sistema capitalista insustentável e selvagem tem muita influência na gestão dos pequenos municípios. Muitos alegam que são transparentes, que todos os dados estão expostos no portal de transparência, que é só o munícipe consultar, no entanto, esse processo é tão complexo e repleto de linguagem técnica que o cidadão comum não consegue compreender. Assim, reforça-se que tudo sempre é executado

seguindo a legislação, porém, sempre de acordo com a obtenção de ganhos políticos individuais, de destaque do executor que nem sempre é o gestor. Não há debate, verificação, pesquisa das reais necessidades populacionais, busca por alternativas, verificação do que efetivamente afetaria a gestão de maneira a colaborar na qualidade de vida populacional.

O adequado seria o cidadão despertar para a importância de estar informado acerca de como o gestor público direciona os recursos, no entanto, de que forma isso seria possível nesse ambiente preparado especificamente para a manutenção desse sistema de

dominação? Não há estrutura que possibilite ao munícipe o acesso ao cumprimento nem de suas necessidades básicas, como alimentação, saneamento e moradia. De que maneira quem não tem renda fixa ou pelo menos um trabalho que lhe proporcione algum ganho para adquirir alimento, poderá se preocupar com a qualidade dos gastos públicos? Muitos saem de suas casas de madrugada e só retornam no início da noite, ficando longe da família o dia todo em busca de garantir o sustento dos seus. Que tipo de orientação esses filhos têm para que estudem, busquem conhecimento, procurem por alternativas científicas aos problemas sociais?

Diante destas constatações, o objetivo deste relato é evidenciar um sofrimento ético-político no serviço público. Considerando a amplitude da temática, relatou-se algumas questões observadas que garantem a manutenção do sistema de inclusão perversa e de dominação do sistema capitalista insustentável e selvagem mantido. Os objetivos específicos foram: expor o contexto pessoal da análise; traçar um panorama de como ocorre a gestão pública na prática; trazer possíveis soluções a um problema insolucionável; evidenciar o reflexo disso na sociedade. A metodologia utilizada é baseada na observação e vivências práticas.

Como resultados cita-se que o sistema é preparado para manter todos na condição de dominação, onde os que buscam de alguma forma interferir nessa lógica é tido como diferente, causador de problemas, daí o sofrimento e vontade de conformação. Muito já foi feito nesse sentido, porém, ainda há muito a se fazer, observando-se a última eleição presidencial e esse período pandêmico que se vive. A inclusão é tão perversa, que leva o cidadão a desejar o extermínio de si mesmo, quando elege um representante que faz ofensas claras e abertas às minorias, utilizando-se para isso do nome de um Deus castigador e opressor. Outro exemplo são os que, em pleno período pandêmico, frequentam lugares públicos desnecessariamente; ou ainda os que precisam trabalhar in loco em nome de uma economia que não pode parar, em nome do progresso. Em contrapartida, vejo diariamente os cidadãos procurando o prefeito para

que libere o agendamento de exames, ou que lhes faça doação de cestas básicas pois estão sem alimentos. A conta não fecha. Onde está esse progresso? Para quem é feito? Às custas de quem?

Portanto, fica evidente a necessidade de ampliação destes debates, de procurar formas alternativas de trazer a população para essa discussão. É preciso, um modo, uma forma de intervir nessa lógica perversa e dominadora. Acredita-se que isso só seria possível com a junção de esforços, pois, ações isoladas não conseguem mudar o que está posto. Essa questão, apesar de instigar muitas leituras, ainda está obscura, pois sei que deve haver formas alternativas para colaborar em uma mudança positiva nesse sentido, porém, ainda a desconheço. O momento histórico vivido atualmente, em trabalho home office e a insegurança quanto à contaminação pelo Covid-19 levou essa inquietação a proporções muito grandes. Meu sofrimento está ligado ao sentimento de incapacidade social, me sentindo de pés e mãos atados para conseguir, de alguma forma, colaborar para subverter essa lógica.

**Palavras-chave:** Contexto; Inclusão Perversa; Sistema Capitalista; Dominação.

### **Referências**

BERTINI, Fatima Maria Araújo. **Sufrimento ético-político: uma análise do estado da arte.** *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 60-69. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a07v26nspe2.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

## Pôsteres

**1- Título: Significações de professores sobre as relações que estabelecem na escola**

**Nome: Marcela de Sales Mac Knight, Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Trevisan de Souza, Dr<sup>a</sup> Lilian**

**Aparecida Cruz Dugnani**

**Universidade: Pontifícia Universidade Católica de Campinas**

**email: [marcelamacknight@gmail.com](mailto:marcelamacknight@gmail.com)**

**Link:**

**[https://www.youtube.com/watch?v=Nu0QL6ay1Z0&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=11](https://www.youtube.com/watch?v=Nu0QL6ay1Z0&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=11)**

Resumo: Baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os de Vigotski, este estudo objetiva investigar as significações atribuídas pelos professores às relações que empreendem na e com a escola, bem como o impacto das mesmas em suas ações educativas. Visto a centralidade das significações no processo de constituição e desenvolvimento do sujeito, consideramos que compreender significações presentes nas interações dos professores e refletir sobre as mesmas promove novas significações e possibilidades de relacionamento que superem os inúmeros conflitos subjacentes à vida escolar. Tal investigação não pretende a universalização dessa compreensão, e sim uma ênfase nas condições materiais de existência da escola pública, com suas problemáticas e potencialidade particulares. A pesquisa em desenvolvimento caracteriza-se como de natureza qualitativa e suas informações serão construídas a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com professores: do sétimo (2) e do nono (2) anos do Ensino Fundamental II e do primeiro (2) e do terceiro (2) anos do Ensino Médio, de uma escola pública estadual, localizada no interior do Estado São Paulo. Como resultados parciais, a partir de levantamento bibliográfico, notamos que as relações escolares tendem a ser investigadas, majoritariamente, ou pela perspectiva de um ou outro sujeito escolar, os pelo viés de uma temática específica. Trabalhamos com a hipótese de que tal cenário de fragmentação nas pesquisas pode comprometer a apreensão da totalidade das relações escolares, na medida em que as propõe uma investigação parcial das mesmas, daí a relevância de se investigar o conjunto de interações empreendidas pelo professor na escola pública.

## **2- Título: A reinserção social através do trabalho e o resgate da subjetividade em ex-presidiários**

**Nome: Thallis Sousa Silva, Julia Moura da Silva Acerbi, Mariana Uhelszki**

**Rodrigues, Caroline Cruz,**

**Email: thalissousa@outlook.com , carolinepinheirodc@gmail.com , uhelszki18@gmail.com , [juliamoura5@hotmail.com](mailto:juliamoura5@hotmail.com)**

**Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Link:**

**[https://www.youtube.com/watch?v=lgDq2WwNRHM&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=12](https://www.youtube.com/watch?v=lgDq2WwNRHM&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=12)**

Resumo: As ciências humanas há muito se dedicam a estudar as relações de poder entre os indivíduos e o meio em que estão inseridos. Tais relações, que se estabelecem em diferentes agrupamentos sociais, têm sido objeto de estudo desde os primórdios das civilizações (Foucault, 1975), sendo descritas como formas de controle social pelo estabelecimento de relações de poder hierárquicas. O contexto prisional é imbuído de estratégias de dominação com o objetivo de moldar os indivíduos através da governabilidade sobre as tecnologias do Eu, de forma a massificar e subtrair a subjetividade existente fora daquele contexto específico (CASTRO, 2004). A análise realizada no presente trabalho buscou compreender como o contexto prisional influencia na subjetivação dos corpos privados de liberdade, assim como as possibilidades de resgate da subjetividade a partir de iniciativas reintegradoras, como o trabalho. Para tal, realizou um delineamento qualitativo com a elaboração de um roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas a fim de compreender as representações que os ex-presidiários têm perante à sociedade, assim como os preconceitos que são deferidos e norteiam o estereótipo. A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de reciclagem do estado de São Paulo que desde 2007 acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social, abrigando egressos do sistema prisional. As dimensões do sofrimento ético-político retratadas durante a pesquisa e entrevistas se deram, principalmente, pelo apagamento social vivenciado cotidianamente por estes indivíduos que são inviabilizados e excluídos perversamente da sociedade, assim como pelas dificuldades de autorreconhecimento e reconhecimento dos pares que integram a sociedade, conforme relatos.

### **3- Título: Transtornos de Ansiedade: uma proposta de análise etiológica a partir da Psicologia Histórico-Cultural**

**Nome: José Alberto Lechuga de Andrade Filho, Renata Bellenzani**

**Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=TAsa\\_6EgVvI&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=10](https://www.youtube.com/watch?v=TAsa_6EgVvI&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=10)

Resumo:

De acordo a OMS, a prevalência mundial dos transtornos de ansiedade é de 3,6%. No Brasil, esse índice salta para 9,3%, o qual sugere que o país tenha a população mais ansiosa do mundo. A etiologia (isto é, a determinação de causas e origens) desses transtornos constitui o campo de investigação de diversas áreas do saber, principalmente da psicologia e da psiquiatria, que, quase invariavelmente, têm-na pesquisado sob a lógica positivista da ciência moderna. O objetivo deste estudo – que ainda se encontra em andamento por se tratar de uma pesquisa de mestrado – é o de construir um posicionamento crítico, embasado na Psicologia Histórico-Cultural (com seu método materialista histórico dialético), frente ao que tem sido produzido em relação à etiologia da ansiedade. Para isso, efetuamos pesquisas nas bases de dados BVS e BVS-Psi, valendo-nos de filtros disponibilizados pelos próprios sites (“etiologia”, “transtornos de ansiedade”, “revisão sistemática”, “estudos de casos e controles” e “relato de casos”), a fim de reunir e discutir os principais e mais atuais trabalhos dedicados à temática. Os primeiros resultados dessas pesquisas foram 146 artigos. Doravante, criamos duas categorias gerais para classificá-los: Ansiedade em populações clínicas (quando dada uma doença, investigou-se a prevalência da ansiedade associada a ela) e Ansiedade em população geral (não-clínica; quando não se investigou a ansiedade na relação com outra doença, mas sim como condição patológica em si), com o intuito de separarmos os artigos que abordavam a ansiedade relacionada a outras condições clínicas (primeiro filtro) e os que a tratavam como desfecho clínico investigado (segundo filtro). Destes, somente os trabalhos da segunda categoria foram selecionados, constituindo-se, assim, um critério de inclusão: pesquisas que investigassem os transtornos de ansiedade como desfecho clínico primário. Dos 146 artigos iniciais, então, somente 33 continuaram na nossa proposta, os quais foram submetidos à segunda filtragem, a saber: 1) quantos estudos apresentaram conceituações em relação a ansiedade e/ou sua etiologia, incluídos os fatores de risco?; e 2) dos que as apresentaram, quais os tipos e origens dessas definições/conceituações? Logo, 22 artigos restaram e, por isso, compõem nosso corpus de

análise. Com a leitura dos resumos desses trabalhos, corroboramos nossa hipótese de que a etiologia da ansiedade vem sendo estudada a partir da concepção positivista de ciência, ou seja, em sentido amplo, que compreende problemas sociais submetidos às mesmas leis da natureza e, por isso, passíveis de serem apreendidos com neutralidade e distanciamento do pesquisador, o que, dentre outros impasses, individualiza o sofrimento emocional e encortina sua dimensão ético-política. Isto

posto, tencionamos propor a análise psicossocial dos transtornos de ansiedade, a partir do materialismo histórico dialético. Este método, elaborado por Marx e Engels, principalmente, em resumo, lança luz sobre a imprescindibilidade do estudo da história para desvelarmos as determinações mais radicais da vida humana. A partir dele, os fenômenos sociais só podem ser compreendidos quando superamos sua dimensão de aparência e chegamos à sua essência, que não é estática, mas se movimenta historicamente. Desta feita, consideramos os aspectos neurobiológicos da ansiedade, mas objetivamos avançar nessa discussão, desvelando suas determinações sociais.

Palavras-chave: Ansiedade; Etiologia; Psicologia Histórico-Cultural; Positivismo.

#### **4- Título: Transversalidades Da Luta Antimanicomial Movimentos Sociais e Luta Por Direitos Humanos: Um Relato De Experiência**

**Nome: Nicole Canhete do Espírito Santo, Naiara R. Vicente de Matos (orientadora)**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=5kH\\_vBmEZuM&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=9](https://www.youtube.com/watch?v=5kH_vBmEZuM&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=9)

**Resumo:**

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido com um grupo de estudantes de graduação de cinco (5) Universidades em Santos (UNIFESP, UNISANTOS, SÃO JUDAS, UNIMES e UNIP) todas(os) alunas(os) pesquisadoras(es) pertencentes aos respectivos cursos de Psicologia. Participaram com a aposta de afirmarem que há resistência estudantil e que os espaços de lutas sociais podem potencializar a produção de modos de vida e promoção de saúde, defendendo a liberação da loucura como multiplicidade/diferença, constituinte destes modos; afirmando “a construção coletiva do protagonismo (...) e a criação

de formas concretas que produzam um usuário-ator, sujeito político” (TORRE e AMARANTE, 2001) em meio aos atravessamentos destoantes vividos pela sociedade brasileira, durante a pandemia da COVID-19. Entendemos que o Movimento da Luta Antimanicomial vem se reafirmando na sociedade brasileira, há cerca de 31 anos na luta pela desinstitucionalização da loucura, constituindo-se como um espaço capaz de mobilizar resistências diante os efeitos da lógica neoliberal, hegemônica e excludente. As atividades foram planejadas no período de 13 dias consecutivos, realizadas respectivamente nos dias 20, 27 e 29 de Maio de 2020, com aproximadamente 90 participantes em cada encontro. Outro foco do trabalho foi trazer a conscientização e importância desse movimento para a sociedade, fundamentalmente, discutir o que diz respeito a saúde mental e a atenção psicossocial na atualidade, (tanto para estudantes da área da psicologia e saúde, como para a sociedade de um modo geral). Destacou-se neste projeto a análise acerca das políticas públicas disponíveis em nosso país no que tange à saúde mental, levantando algumas considerações e reflexões sobre possíveis melhorias e promoção da saúde pública brasileira. Partindo de uma abordagem qualitativa do objeto de estudo, a metodologia utilizada neste trabalho foram as narrativas de histórias de vida, retiradas das palestras (dos convidados) onde foram apresentadas nas plataformas, via link *Google Meet*, em horários alternados entre manhã e tarde. A fundamentação teórica foi norteada pelos conceitos filosóficos de Deleuze e Guattari, onde ressaltamos que a participação no movimento estudantil da luta antimanicomial constitui territórios com possibilidades de resistências, linhas de fuga e transformações na vida dos usuários. A pesquisa aponta para uma ética da ação enquanto “máquina de guerra” (conceito deleuzeano), capaz de dar passagem a modos singulares de atuar politicamente.

Palavras-Chave: reforma psiquiátrica, saúde mental, atenção psicossocial, resistência. movimento estudantil.

##### **5- Título: A Arteterapia como instrumento de promoção de saúde na experiência com jovens transgêneros**

**Nome: Cláudia de Oliveira Boim Pinto e Silva, Mayara Badial Lima, Naiara R.**

**Vicente de Matos (orientadora)**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos – Santos/SP**

**Email: clau\_boim@hotmail.com , mayarabadial@hotmail.com , [naiara\\_m@hotmail.com](mailto:naiara_m@hotmail.com)**



**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=GzVrX6Y4ePA&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=8](https://www.youtube.com/watch?v=GzVrX6Y4ePA&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=8)

**Resumo:**

O presente artigo buscou refletir e compreender os aspectos históricos e sociais envolvidos no processo de construção da identidade de gênero com a utilização da arte como instrumento de trabalho no campo específico da Psicologia, elucidando quais as possíveis contribuições para a discussão a respeito da constituição do sujeito, de uma jovem transgênero moradora de Salvador/BA, de baixa renda, com idade de 15 anos. Trata-se de um relato de experiência ocorrido entre os meses de agosto à novembro de 2011, sendo oferecido atendimento com técnicas da Arteterapia, onde foram destacados aspectos conceituais e metodológicos próprios à abordagem arteterapêutica junguiana. As contribuições a respeito do trabalho, contou com uma revisão bibliográfica de diferentes autores que discutem os conceitos de identidade de gênero, sexualidade e transexualidade. O resultado deste estudo demonstrou que apesar das diferentes concepções teóricas, a arteterapia é perpassada por uma noção estética do humano, visto como um ser potente (de ação), capaz de transformar aspectos de sua identidade social às necessidades de reconhecimento plural das novas identidades metamorfósicas adquiridas (binárias ou não binárias), visando a garantia de seus direitos, para a construção de uma sociedade igualitária que respeite e reconheça a diversidade sexual como uma prática política de formação para a cidadania.

Palavras-Chave: identidade de gênero, sexualidade, transexualidade, arteterapia.

**6- Título: Educação E Pandemia: Um Aprofundamento Da Desigualdade Educacional**

**Nome: Carlos Eduardo Meireles, Carolina Andréa Palácios, Larissa Ruiz Costa, Raísa de Bacarji Jardim**

**Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do sul, Campo Grande - MS**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=BmVROV5EIqk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=BmVROV5EIqk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=7)

**Resumo:**

Desde a colonização, os povos indígenas brasileiros vêm perdendo espaço territorial e tendo seus direitos cada vez mais extintos, instiga-se a cada dia questionamentos em relação ao compromisso ético da Psicologia, a fim de subtraí-la de seu histórico elitizado. Assim, buscase aqui investigar grades curriculares dos cursos de Psicologia do Estado de Mato Grosso do Sul, e possibilidades de espaços aos povos originários, entre outros motivos, pelo fato do MS ser o segundo maior estado que contém população indígena (IBGE, 2010). Assim, foi realizado um levantamento documental das grades curriculares dos cursos de psicologia do estado do MS. Ao todo, o estado contempla 8 instituições de Ensino Superior que possuem o curso de psicologia em sua lista de graduação, sendo 6 instituições particulares e 2 federais. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) apresenta três campi com o curso, totalizando 10 cursos de Psicologia no estado. Dentre estes 10 cursos, foi possível ter acesso a 7 ementários, sendo dois incompletos. As ementas das outras instituições não estavam disponibilizadas nos sites das mesmas. Nas ementas dos cursos analisados, foram buscadas disciplinas voltadas ao ensino de questões ligadas aos povos originários ou estudos étnico-raciais (e suas variações nominais), sejam elas disciplinas específicas ou que possuíam alguma menção a essa temática na ementa. Das 7 ementas analisadas, 4 disciplinas possuem nomes com menção direta a povos indígenas ou relações étnico-raciais e suas variações, sendo apenas 1 relacionada diretamente a Psicologia voltada aos povos indígenas em seu título. As outras duas ementas estão voltadas a antropologia e psicologia social, nas quais abordam o tema mais amplamente, focando também em outros assuntos além do que está sendo pesquisado. De acordo com os resultados é possível observar que a discussão da população indígena brasileira encontra-se escassa dentro das grades curriculares dos cursos de Psicologia de Mato Grosso do Sul, em relação à quantidade de disciplinas nos cursos e quantidade de cursos no estado. É necessário também destacar a importância de analisar os termos que são dispostos nos títulos e ementas das disciplinas que promovem essa discussão (pela seleção feita através das palavras chave “Índigena” e “Relações étnico-raciais”), pois a colocação de determinados conceitos envoltos a tais palavras chave, traz a hipótese da não garantia à discussão da população indígena, o que resulta ainda na hipótese de uma nova problemática: a reprodução da desigualdade na universidade, através de uma aparente inclusão perversa institucional. Conclui-se assim, que os cursos do estado de MS são no mínimo irrisórios e difusos no quesito dessa discussão, pois quando esta existe, é através de disciplinas não específicas ao curso de Psicologia, e quando é específica, é através do eixo das disciplinas optativas, sendo a maioria das ementas envoltas, portanto, à presente hipótese de uma discussão não efetiva de uma

população tão diversa, complexa e violentada no país e principalmente no estado, reproduzindo assim tal violência histórica em um lugar que promove, teoricamente, sua quebra.

Palavras-Chave: povos originários; psicologia; universidade.

## **7- Título: Homofobia No Âmbito Familiar E Social**

**Nome: Laís Silva Tovar, Naiara R. Vicente de Matos (orientadora)**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=haAf4qVGIdQ&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=6](https://www.youtube.com/watch?v=haAf4qVGIdQ&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=6)

Resumo:

Enquanto o discurso da cisheteronormatividade for predominante em nossa sociedade, haverá inúmeras formas de violência ao público LGBTQIA+. O objetivo deste relato de experiência foi destacar os principais tipos de violências vivenciadas por esse público, ao relatarmos percepções homofóbicas no contexto familiar, ou seja, ainda nos primeiros anos de vida e nos primeiros espaços sociais de convivência. Partimos da abordagem da Teoria *Queer*, que emerge com o propósito de um novo significado ao convívio social do público LGBTQIA+, sobretudo, respeitando a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais. A ideia de os teóricos usarem o termo *Queer*, representando raro, excêntrico, vem da situação de positivar a repulsa, a humilhação, de forma pejorativa, que os homossexuais são agredidos e insultados pela sociedade heteronormativa e centralizadora. Segundo Butler (2002), *Queer* adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos e representam a transgressão quanto a uma sociedade “normatizada”, destacando a realidade social e cultural de uma minoria de direitos historicamente excluída. Na metodologia do trabalho optou-se por uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema em questão. A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa e suas informações serão construídas a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com análise das respostas de questionários modelo *Survey Monkey* realizadas com 42 pessoas assumidamente LGBTQIA+, pertencentes a diferentes cidades do Estado de São Paulo, idade entre 25 a 50 anos. Como resultado, destaca-se nesse trabalho as dificuldades do público LGBTQIA+

garantirem a efetividade dos seus direitos, 80% dos casos apresentaram dificuldades emocionais, destacando-se que ao se assumirem para as famílias e meios sociais, as inúmeras formas de violências aparecem desde a infância, ou seja, na maioria dos casos o preconceito tem início dentro de suas casas quando foram em 95% tratados de forma inferiorizada, subalternizada pelos mesmos. Nas entrevistas, apareceram principalmente os afetos tristes de repulsa, de humilhação e formas pejorativas com que os homossexuais são agredidos diariamente quando insultados pela família/sociedade, causas estas, dos inúmeros sofrimentos psíquicos adquiridos, por traumas, transtornos emocionais e principalmente no aumento de riscos de suicídio vivenciado pelo público LGBTQIA+.

Palavras-Chave: homofobia, homossexualidade, violência LGBTQIA+, traumas, preconceito.

### **8- Título: Saúde Mental E Bem-estar Psicológico Em Duas Comunidades Nativas**

**Nome: Elisa Harumi Musha, Isabelle Tenca, Jéssica Amodio Xander Trigo, Matheus de Melo Rodrigues, Raquel Rodrigues Cutrim**

**Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=Mje7zGVAQ-0&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=5](https://www.youtube.com/watch?v=Mje7zGVAQ-0&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=5)

Resumo:

O objetivo do trabalho é comparar noções de saúde mental e bem-estar psicológico entre duas etnias. A pesquisa exploratória qualitativa é resultado do trabalho desenvolvido na matéria de Práticas de Pesquisa II do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. A amostragem é composta por um homem e uma mulher maiores de 18 anos pertencentes a etnia Mbyá-Guarani e okinawana, sendo que o segundo deve ser nativo ou morador de Okinawa por pelo menos dois anos. O contato foi estabelecido pelo método bola de neve, assim, os primeiros contatos foram realizados após uma busca em redes sociais e por indicações de profissionais da saúde que já possuíam contato com esse perfil. Optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas e uma análise de conteúdo comparativa intergrupos com a base metodológica estruturada por Laurence Bardin, além de se fundamentar na Psicologia Social para realizar as interpretações dos dados encontrados. Entrevista com colaboradora 1, 77 anos, nascida em Okinawa. Ela valoriza a alimentação, movimentação do corpo, união de amigos, família, colegas e vizinhos para a saúde. Afirma, também, a importância e o valor da vida (Ikigai). Já o adoecimento relaciona-se a alimentos gordurosos e apimentados, que ela

evita. Ademais, solidão e trabalhos que exerçam muita pressão sobre o indivíduo serão causas para depressão, vivenciada com tristeza e isolamento. Seu cotidiano envolve rezas no oratório, agradecendo aos pais e demais falecidos em datas especiais, reza para o Japão e Brasil, além de sempre pedir saúde. Acredita que os falecidos vivem nos corações, sendo importante mantê-los em memórias sempre com gratidade, para ficarem em paz no outro mundo. Na entrevista com indígena Mbyá-Guarani, 25 anos, colaborador 2, foram valorizados os rituais para promoção da saúde e cura de doenças físicas (possibilidade de tratamento através de remédios) e espirituais (curadas pelo pajé). O pajé realiza os rituais e detém os conhecimentos de cura, que normalmente são realizados na casa de reza localizada na aldeia. Ademais, menciona o Teko Porã, termo relacionado ao bem-viver para os Mbyá-Guarani, que é praticado no cotidiano, envolvendo atividades físicas e alimentares. Acerca de sua relação com a morte, diz que os Mbyá-Guarani acreditam que há dois tipos de espírito e um permanece na terra para assombrar aqueles que os trataram mal. Além disso, realizam um ritual parecido com o velório dos juruás, reunindo-se na casa de rezas para ver o corpo pela última vez, seguido do enterro. Saúde mental equivale-se a saúde espiritual. Já as doenças físicas frequentemente são provenientes dos juruás e podem ser curadas com remédios deles. Ele também não acredita que seja possível manter costumes indígenas na cidade, por uma questão das demandas da natureza. É perceptível, assim, uma valorização da alimentação e da movimentação do corpo em ambas comunidades. Todos mencionaram a alimentação como meio central de manutenção da saúde e o uso de hospitais de modo pontual, e não como única resposta a uma queixa de saúde. Ademais, ambos têm uma relação particular com a morte e o pós morte, valorizando o segundo momento.

Palavras-chave: Povos Originários. Colonização. Saúde Mental. Ikigai. Teko Porã

### **9- Título: As problemáticas da inclusão no contexto escolar: um relato de experiência**

**Nome: Nicole Nascimento Costa, Naiara R. Vicente de Matos (orientadora)**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=Pc3x44zq0Pk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=Pc3x44zq0Pk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=4)

Resumo:

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido a partir de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de classe média, na cidade de Santos. Participaram do grupo um adolescente (dezoito anos) e uma criança (seis anos), ambos do sexo masculino. O objetivo deste relato de experiência é analisar os principais problemas enfrentados por pessoas com TEA (Transtorno de Espectro Autista) no contexto escolar –, na perspectiva da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), com a utilização da sala de recursos multifuncionais, garantindo a viabilidade do Plano Educacional Individualizado (PEI), com enfoque nas pessoas com deficiência/TEA. Como método utiliza-se o (AT) - Acompanhante Terapêutico, vivenciada em dois colégios particulares, realizada no período de fevereiro de 2019 a agosto de 2020. Enquanto estudante de Psicologia, a utilização do método AT foi de suma importância para a compreensão prática além do entendimento teórico aprendido no curso. O papel da pesquisadora visou potencializar a importância do trabalho do Psicólogo no contexto escolar na visão da Educação Especial. A atuação da estudante foi de acompanhar os estudantes, realizar as tarefas pedagógicas com os alunos, mediar as relações entre aluno-professores e alunos-colegas, além da busca de uma vivência integralizada/humanista dentro da relação ensino-aprendizagem. No trabalho foi avaliada a utilização e a montagem da sala de recursos multifuncionais, dentro do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes, assim como a exequibilidade do PEI para a formação efetiva dos alunos.

Palavras-Chave: Plano Educacional Individualizado; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial.

**10- Título: Aspectos Da Subjetividade Colonialista: Um Relato De Experiência**

**Nome: Juliana Pedroso Soares, Naiara R. Vicente de Matos (orientadora)**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos – Santos/SP**

**Link:**

**[https://www.youtube.com/watch?v=rsNLgMNwJ\\_w&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=rsNLgMNwJ_w&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=1)**

Resumo:

O presente artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho realizado entre os anos de 2017 e 2018 em uma comunidade brasileira no interior de Moçambique. Salienta-se um ambiente estruturado para expatriados (sendo todos imigrantes). O sujeito da pesquisa são quatro mulheres vivendo em situação de imigração, no interior de uma comunidade formada por brasileiros, em Moçambique. A análise dos discursos destes sujeitos permite identificar os efeitos das “violências sutis” e de outros mecanismos ideológicos que acompanham os processos colonizadores, reproduzindo a relação perversa entre colonizado/colonizador. Neste âmbito, foi possível analisar os discursos de 4 famílias integrantes, sendo essas, 4 mulheres donas de casa entre 28 a 42 anos. Analisa-se a relação entre a economia (corporações multinacionais), o trabalho (doméstico), a cultura (educação) e a falta de compreensão das relações de poder e dos processos de negação dos direitos humanos. O trabalho trouxe como foco a questão da colonialidade do poder (QUIJANO, 1993), que, ancorada no tecido social mais amplo, dificulta que os seus efeitos subjetivos sejam devidamente compreendidos pelos colonizados e pelos colonizadores. Destaca-se, a relação intrínseca entre o pensamento crítico e a superação da falsa consciência, inferindo-se que sem o avanço da reflexão crítica transformadora nenhum processo de conscientização será eficaz. Como resultados, fundamentalmente destaca-se nesta pesquisa, a questão de o discurso indagar sobre a raiz linguística, os habitantes locais e os imigrantes brasileiros empregam sentidos diferentes para o português. No entanto, entendemos que a imposição da unidade linguística ocorreu às custas da exclusão da diversidade das línguas nativas. Por isso, os discursos, embora utilizando a mesma gramática e fonemas, nem sempre veiculam os mesmos sentidos. Ressaltamos que há um conflito entre significado e sentido (conceito vigotskiano). Um ponto a ser destacado ainda, refere-se ao conceito de “dupla consciência”, que a autora utiliza a partir da definição de Bruno Simões. Este conceito procura traduzir os dois modos de agir: ora como colonizados, ora como colonizadores, onde ele se torna mais potente na medida em que articula seu par antagônico, a “mestiçagem crítica”, relacionada com os processos de resistência dos povos colonizados e com as práticas descolonizadoras.

Palavras-Chave: Descolonização; Colonização; Colonialidade do Poder; Subjetividades Colonizadas

## **11- A Precariedade de Discussões Relacionadas aos Povos Originários nos Cursos de Psicologia de Mato Grosso do Sul**

**Nome: Carlos Eduardo Meireles, Carolina Andréa Palácios, Larissa Ruiz Costa, Raísa de Bacarji Jardim**

**Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do sul, Campo Grande - MS**

**Link:**

[https://www.youtube.com/watch?v=06hWD6KocMk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=06hWD6KocMk&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=3)

Resumo:

Desde a colonização, os povos indígenas brasileiros vêm perdendo espaço territorial e tendo seus direitos cada vez mais extintos, instiga-se a cada dia questionamentos em relação ao compromisso ético da Psicologia, a fim de subtraí-la de seu histórico elitizado. Assim, buscase aqui investigar grades curriculares dos cursos de Psicologia do Estado de Mato Grosso do Sul, e possibilidades de espaços aos povos originários, entre outros motivos, pelo fato do MS ser o segundo maior estado que contém população indígena (IBGE, 2010). Assim, foi realizado um levantamento documental das grades curriculares dos cursos de psicologia do estado do MS. Ao todo, o estado contempla 8 instituições de Ensino Superior que possuem o curso de psicologia em sua lista de graduação, sendo 6 instituições particulares e 2 federais. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) apresenta três campi com o curso, totalizando 10 cursos de Psicologia no estado. Dentre estes 10 cursos, foi possível ter acesso a 7 ementários, sendo dois incompletos. As ementas das outras instituições não estavam disponibilizadas nos sites das mesmas. Nas ementas dos cursos analisados, foram buscadas disciplinas voltadas ao ensino de questões ligadas aos povos originários ou estudos étnico-raciais (e suas variações nominais), sejam elas disciplinas específicas ou que possuíam alguma menção a essa temática na ementa. Das 7 ementas analisadas, 4 disciplinas possuem nomes com menção direta a povos indígenas ou relações étnico-raciais e suas variações, sendo apenas 1 relacionada diretamente a Psicologia voltada aos povos indígenas em seu título. As outras duas ementas estão voltadas a antropologia e psicologia social, nas quais abordam o tema mais amplamente, focando também em outros assuntos além do que está sendo pesquisado. De acordo com os resultados é possível observar que a discussão da população indígena brasileira encontra-se escassa dentro das grades curriculares dos cursos de Psicologia de Mato Grosso do Sul, em relação à quantidade de disciplinas nos cursos e quantidade de cursos no estado. É



necessário também destacar a importância de analisar os termos que são dispostos nos títulos e ementas das disciplinas que promovem essa discussão (pela seleção feita através das palavras chave “Indígena” e “Relações étnico-raciais”), pois a colocação de determinados conceitos envolvidos a tais palavras chave, traz a hipótese da não garantia à discussão da população indígena, o que resulta ainda na hipótese de uma nova problemática: a reprodução da desigualdade na universidade, através de uma aparente inclusão perversa institucional. Conclui-se assim, que os cursos do estado de MS são no mínimo irrisórios e difusos no quesito dessa discussão, pois quando esta existe, é através de disciplinas não específicas ao curso de Psicologia, e quando é específica, é através do eixo das disciplinas optativas, sendo a maioria das ementas envolvidas, portanto, à presente hipótese de uma discussão não efetiva de uma população tão diversa, complexa e violentada no país e principalmente no estado, reproduzindo assim tal violência histórica em um lugar que promove, teoricamente, sua quebra.

Palavras-chave: povos originários; psicologia; universidade.

## **12- A exclusão social de mulheres diagnosticadas com câncer de mama: um relato de experiência**

**Nome: Giovanna Ribeiro Spagnolo Stahl**

**Instituição: Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES/SP**

**Link:**[https://www.youtube.com/watch?v=vTroG5bLG7I&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9\\_wdC&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=vTroG5bLG7I&list=PLVHHb8JcMfhQP58PNCW3eO4FqCiV9_wdC&index=2)

Resumo:

Trata-se de um relato de experiência, que tem por objetivo analisar o processo de exclusão social de mulheres diagnosticadas com câncer de mama na atualidade, e para isso foram realizadas observações de frequência semanais com uma mulher viúva na faixa etária entre 50-60 anos, de classe média, tendo como início o estudo em junho de 2019 (desde o diagnóstico), e o término da observação em setembro de 2020. A metodologia utilizada foi pesquisa de levantamento bibliográfico, tendo como base, livros e artigos científicos encontrados de diferentes autores que discutem o conceito de exclusão social nas plataformas acadêmicas *Google Acadêmico e Scielo*. Por meio deste relato, compreende-se implicações e

atravessamentos de diversas ordens que estas mulheres enfrentam no cotidiano, dentre elas: dificuldades físicas, desconforto emocional-afetivo, sofrimento psíquico e fundamentalmente foram encontrados a necessidade do maior comprometimento das relações familiares, como no caso, na paciente observada, ressalta-se a fragilização na formação/rompimento de laços afetivos, por conta de comportamento estigmatizador (entre mãe-filha).

Palavras-chave: Câncer de mama; Exclusão social; Estigma.